

The background is a solid orange color. It features several overlapping grey circles of varying sizes. A large, bold, grey number '20' is centered on the page, with the '0' being particularly large and stylized. The text 'CONECTAS' and 'Direitos Humanos' is positioned in the upper left corner.

CONECTAS
Direitos Humanos

20 perfis de ativistas celebram duas
décadas da organização internacional
pioneira do Sul Global

CONECTAS

Direitos Humanos



20 perfis de ativistas celebram duas décadas da organização internacional pioneira do Sul Global

Conectas completa 20 anos no momento mais desafiador para o Estado de Direito desde o retorno à democracia no Brasil. Nesse contexto, a organização é chamada a agir de forma corajosa, firme e contundente na defesa das instituições democráticas e das pessoas mais vulneráveis.

A presente publicação mostra que Conectas chega muito bem preparada para esse papel pela consistência de seus valores, a efetividade de suas estratégias e a solidez de suas parcerias.

Lançamos esta publicação para celebrar os 20 anos da organização, homenagear todos e todas que a ajudaram a chegar até aqui e para compartilhar esta história com as futuras gerações.

Theo Dias, presidente do Conselho Deliberativo



20 PERFIS PARA 20 ANOS

Os 20 perfis que compõem este livro dão conta do trabalho da Conectas nestes 20 anos. Nas palavras de nossos fundadores, colaboradores e parceiros configura-se uma organização em permanente transformação. A leitura descreve a história do movimento de direitos humanos e suas mudanças, e o momento desafiador que vivemos no Brasil. Difícil encontrar palavras que possam acrescentar algo a esta apresentação.

Para nós, atuais diretoras e diretor, a leitura dos textos, o repassar das fotos e a memória das lutas — com suas vitórias e derrotas — geram um sentimento de enorme responsabilidade. As histórias aqui contadas mostram que a Conectas ocupa um lugar de grande relevância na construção de um movimento de direitos humanos mais plural, no qual as vozes do Sul Global também

sejam ouvidas. Refletem ainda uma organização que é peça-chave na construção de um movimento de direitos humanos inovador, capaz de repensar permanentemente seus desafios de forma criativa. **Por fim, apontam para os desafios que o campo dos direitos humanos deve enfrentar daqui por diante.**

Esta publicação evidencia o papel da Conectas na defesa da democracia no Brasil e dos grupos mais vulneráveis: trabalhadores rurais, migrantes e refugiados, pessoas privadas de liberdade, vítimas de violência policial, entre outros. Nossos parceiros destacam com palavras carinhosas a forma como a organização trabalha na construção de relações de respeito. Essa é nossa principal riqueza.

A leitura dos perfis também nos provoca uma enorme admiração. Admiração pelo acerto visionário das pessoas

que fundaram a organização e também pelo trabalho cotidiano de colegas. Após quase dois anos de pandemia e três de um governo antidemocrático, impossível não admirar a tenacidade das pessoas que compõem hoje a equipe da Conectas.

A equipe, presente neste livro, tem persistido de forma corajosa nas lutas, agora num contexto muito mais ameaçador do que aquele de 2001, quando a organização foi criada. Ela tem trabalhado de forma inabalável, colocando o cuidado com os parceiros e com cada colega como prioridade. Sabemos que só assim nosso trabalho vale a pena.

As 20 histórias lembram que nestes 20 anos fizemos muitos amigos e amigas. A marca da Conectas, que vai se configurando nessas histórias, é a de uma organização que cria espaços de troca para amplificar as vozes das

organizações que estão mais próximas das violações de direitos humanos. São espaços como o Colóquio Internacional de Direitos Humanos, espaços de elaboração e reflexão como a Revista *Sur* e espaços nos corações e mentes de quem de alguma forma se encontrou conosco nesta trajetória. Felizmente, essas trocas se iniciam com a Conectas e continuam para a vida toda.

Gostaríamos de agradecer à jornalista Fernanda Mena, pesquisadora em direitos humanos e relações internacionais, que coordenou uma equipe de profissionais para relatar essa trajetória. Elas contaram a nossa história muito melhor do que poderíamos ter sonhado.

Boa leitura!

Por Juana Kweitel, Camila Asano e Marcos Fuchs

ÍNDICE

Apresentação	08
Linha do Tempo	12

Perfis

Malak El-Chichini Poppovic	18
Oscar Vilhena Vieira	30
Denise Dora	40
Sandra Carvalho	48
Lucia Nader	56
Eloísa Machado de Almeida	64
Frans Viljoen	72
Custódio Duma	80
Otto Saki	86
Débora Maria da Silva	92

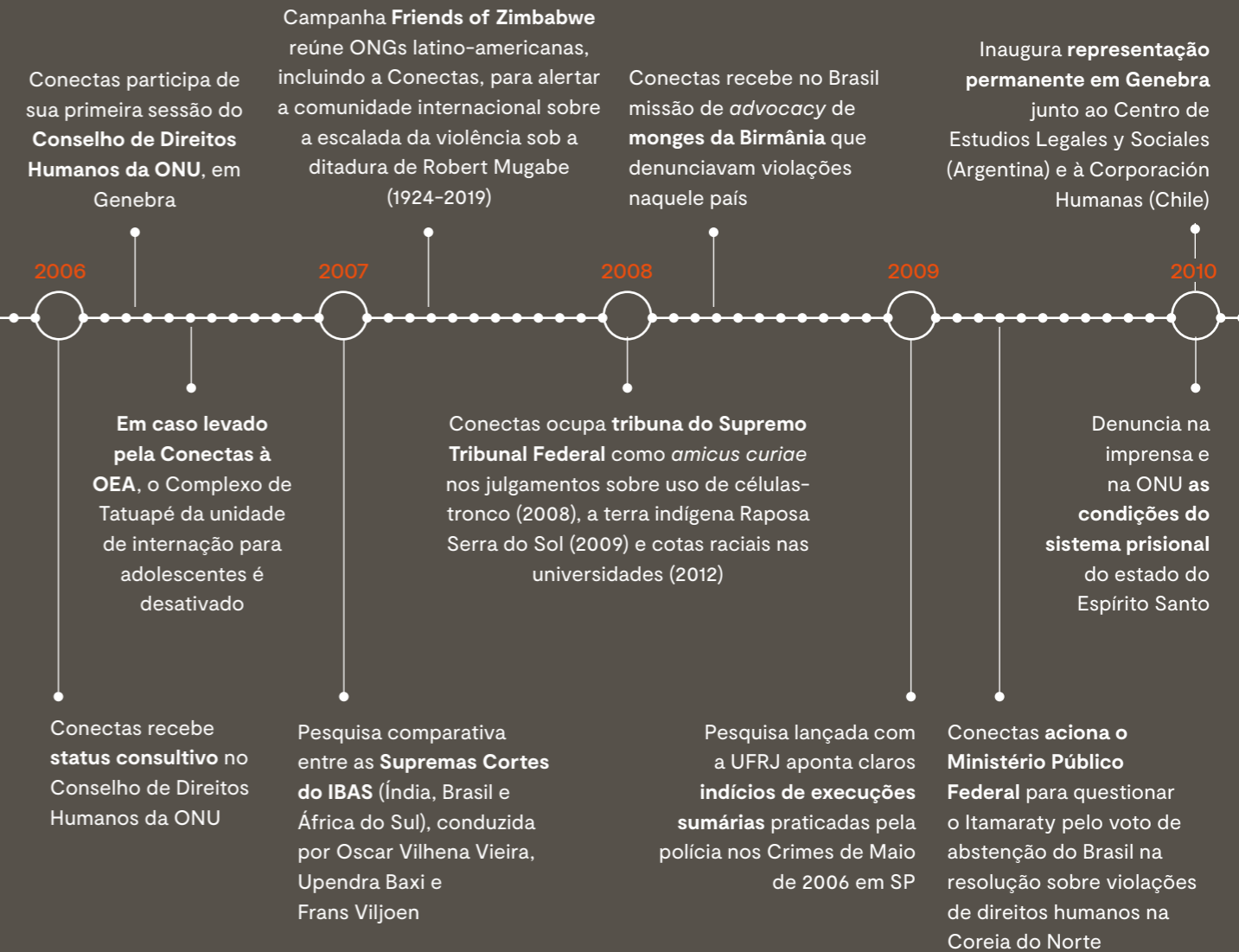
Nossa equipe hoje	170
Conselho	178
Créditos	181

Clément Nyaletsossi Voule	100
Haris Azhar	108
Thiago Amparo	114
Douglas Belchior	122
Paolo Parise	128
César Rodríguez-Garavito	134
Jorge Ferreira dos Santos	140
Ishtar Lakhani	148
Shyrlei Rosendo	156
Samara Pataxó	164

2001



2010



2011

Criação da **Rede Justiça Criminal**, coalizão de ONGs que trabalha por um sistema de justiça criminal mais humano e justo

STF decide pela constitucionalidade das **cotas raciais nas universidades brasileiras**

10 jovens feridos e presos nos protestos das jornadas de junho revelam à Conectas **estratégia adotada pela polícia de SP de "encurralar" e atacar manifestantes**

Para comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, Conectas abre as portas da sua sede, em São Paulo, para a **Primeira Feira de Ideias**, que expõe projetos de coletivos e ONGs em defesa dos direitos humanos

2011

2012

2013

2014

2015

2016

Colóquio inclui um quarto idioma: o **francês**

Inauguração de uma representação permanente da Conectas em **Brasília**

Publicação de número especial da **Sur em árabe**

Organização questiona o limite na concessão de **vistos humanitários a haitianos** pelo governo brasileiro. A cota foi retirada

Crise na penitenciária de Pedrinhas (MA), com 60 presos mortos, **é denunciada à OEA**. Medida cautelar da Corte obriga o Brasil a proteger a vida dos presos

Edição comemorativa de 10 anos da Sur inaugura novo projeto gráfico e editorial que aproxima a publicação de ativistas

Provocado por Conectas e parceiros, relator da ONU sobre extrema pobreza e direitos humanos, Philip Alston, manifesta-se sobre a **PEC do Teto dos Gastos: "radical e sem compaixão"**

Primeira edição do **Curso de Jornalismo e Direitos Humanos**, em parceria com a Oboré e Abraji

2021

Conectas e parceiros atuam pela aprovação da nova **Lei de Migração (13.445/2017)**, enterrando o Estatuto do Estrangeiro, herança da ditadura militar

Conectas participa de **audiência pública sobre a descriminalização do aborto no STF**

Conectas e parceiros derrotam tentativa do governo de Jair Bolsonaro de **controlar as ONGs via medida provisória**

ONGs, coletivos e movimentos sociais de favelas tomam parte na ADPF 635 (ADPF das Favelas). Conectas teve atuação jurídica no caso, e STF suspendeu operações policiais em comunidades do Rio na pandemia

Boletim Direitos na Pandemia, fruto de pesquisa da Conectas e do Cepedisa/USP, analisa resposta oficial à pandemia de Covid-19 e mostra que **governo federal atuou contra medidas de contenção**

2017

2018

2019

2020

2021

Campanha Realidade Visceral, da Rede Justiça Criminal, usa realidade virtual para expor **superlotação dos presídios**

Conectas e Missão Paz vão a Roraima e denunciam a **ausência de atuação do governo do Brasil na acolhida de refugiados venezuelanos**. Em 2017, país cria a Operação Acolhida

Conectas e ADERE levam à OCDE **denúncia de trabalho rural análogo à escravidão em MG**

Edição da **Sur** sobre raça tem Sueli Carneiro como editora convidada e coloca o **combate ao racismo no centro do debate sobre direitos humanos**

16º Colóquio Internacional de Direitos Humanos inclui atividades em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Brasília

Conectas integra **missão emergencial do Conselho Nacional de Direitos Humanos a Brumadinho (MG)** após o rompimento da barragem de minérios da Vale

Conectas e Folha de S.Paulo lançam **podcast Cara Pessoa**

Campanha de ONGs leva Conselho de Direitos Humanos da ONU a **resolução inédita sobre racismo e violência policial** após assassinato de George Floyd nos EUA

Conectas e parceiros conseguem a **revogação da Lei de Segurança Nacional**, lei dos tempos da ditadura militar usada pelo governo Bolsonaro para perseguir críticos

I COLÓQUIO ANUAL DE DIREITOS HUMANOS DE SÃO PAULO

REALIZAÇÃO:
CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO PELOS DIREITOS HUMANOS

PATROCÍNIO:
THE FOUNDATION
Fundação Ford natura

ORGANIZAÇÃO:
UD

I Colóquio Internacional de Direitos Humanos, realizado em 2001. Na mesa, está Lucia Nader (segunda a partir da esq.), diretora da organização entre 2011 e 2014. Crédito: Divulgação/Conectas Direitos Humanos - 2001

Malak El-Chichini Poppovic

EGITO

ECONOMISTA

COFUNDADORA DA CONECTAS, TRABALHOU NO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR), NO NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA USP E NA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

DESAFIO DE CRIAR UMA ONG INTERNACIONAL NO BRASIL ESTÁ NA GÊNESE DA CONECTAS

Alta funcionária da ONU idealizou abertura do terceiro setor do país para o mundo e parcerias entre as nações do Sul Global

Foram muitas as conexões que levaram a economista egípcia Malak El-Chichini a estar no lugar certo e com as pessoas-chave para a fundação da primeira organização não governamental brasileira de caráter internacional.

Trata-se de uma trajetória que interliga três continentes e envolve diplomatas e acadêmicos, advogados e ativistas, costurando Cairo (Egito), Genebra (Suíça), Dacar (Senegal) e Nova York (EUA), antes de assentar de vez no Brasil, graças ao Carnaval de 1985.

Isso porque foi no contexto da folia carioca que Malak conheceu o editor Pedro Paulo Poppovic, seu companheiro de vida desde então.

O encontro foi um capricho do destino

e trouxe uma alta funcionária da Organização das Nações Unidas (ONU) para um Brasil em plena redemocratização e retomada de direitos civis e políticos.

Malak trabalhava havia uma década no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), onde ingressou depois de concluir mestrado no Instituto de Pós-Graduação de Estudos Internacionais de Genebra.

O trabalho no Acnur oferecia, a um só tempo, uma comunidade estimulante de colegas, entre eles o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello (1948-2003), a oportunidade de se aprofundar nos desafios postos no campo humanitário, além de uma vivência intensa e reveladora sobre as diversas realidades que a levaram a

“Eu nunca quis ser política, mas ao mesmo tempo eu queria mudar as realidades”

Malak El-Chichini Poppovic

conhecer mais de 30 países da África, do Oriente Médio e da América Latina.

Malak viveu por dois anos no Senegal, onde o escritório regional do Acnur cobria 13 países. Ali, coordenou programas, como o de repatriação e reinstalação de refugiados das guerras de descolonização de vários países da região. Depois, foi transferida para Nova York, onde passou quatro anos trabalhando na sede norte-americana da ONU, antes de retornar para Genebra.

No país da costa ocidental africana, Malak diz ter aprendido mais do que ensinado: sobre guerras, sobre colonização e sobre como proteger pessoas. Esses temas, no entanto, não eram totalmente estranhos a ela. Pelo contrário, eles haviam lançado as bases de seu sonho de poder mudar as realidades e dar uma vida melhor para as pessoas, ainda em sua terra natal.

Nascida no Cairo em 1943 numa família de classe alta, Malak é a terceira de cinco filhos. Foi educada na mesma escola de freiras católicas da França que sua mãe havia frequentado décadas antes, ainda num modelo de internato de moças. Em sua casa, a conversa era em árabe com o pai, e em francês com a mãe.

Malak saiu da escola contagiada pela visão humanista das freiras francesas. “Eu queria ser missionária quando era jovem, mas não sabia que não era possível porque eu não era cristã”, lembra, aos risos.

Ainda criança, Malak foi testemunha

da revolução socialista de Gamal Abdel Nasser (1918-1970) de 1952. Viu partes da capital egípcia serem incendiadas durante os tumultos que levaram ao fim do poder da família real e da ocupação britânica do Canal do Suez. Assistiu à expulsão do país de integrantes das minorias estrangeiras, alguns deles colegas de escola seus e de sua mãe, depois que o Egito foi atacado por Inglaterra, Israel e França na guerra de 1956.

“Foram tempos movimentados e eu tinha uma dualidade. Por um lado, minha família pertencia a um grupo privilegiado contra o qual o regime de Nasser se voltou, por outro lado, eu acreditava que era preciso ter mais igualdade no Egito”, explica.

O mesmo regime mais tarde se tornou arbitrário e passou a violar direitos humanos. “Foi quando eu me dei conta de que não dá para fazer reformas sem democracia. E que os direitos humanos são sempre indispensáveis.”

A jovem Malak que queria estudar literatura então resolveu se “meter a ser economista porque achava que era importante para o desenvolvimento do Egito e da África”. Formada, ganhou uma bolsa de estudos para uma pós-graduação em Genebra.

“Eu sonhava em viver um pouco na Europa sozinha. O francês era minha primeira língua e eu me achava praticamente europeia. Mas bastou chegar à Suíça para eu me descobrir como árabe e como africana”, diverte-se. “Você tem que sair do seu país

para conseguir enxergar quem realmente é.”

Em Genebra, nos anos 1970, Malak conheceu um grupo de mulheres estrangeiras que não se enxergava nos debates do feminismo europeu e que se reunia para debates noite adentro sobre questões de gênero no contexto de países periféricos e subdesenvolvidos.

Entre elas, estava a escritora brasileira Rosiska Darcy de Oliveira, exilada na capital diplomática da Europa depois de denunciar as violações da ditadura militar brasileira de 1964.

Naquele fevereiro de 1985, foi para Rosiska que Malak telefonou quando a grande exposição sobre refugiados que ela organizava na Arábia Saudita foi subitamente cancelada. Depois do desabafo, surgiu um convite para que Malak fosse ao Rio passar o Carnaval na casa de Rosiska, onde já estava outro amigo da brasileira. Era Pedro Paulo.

Aquela era a quarta vez que Malak visitava o Brasil, sempre de férias, para visitar a amiga e uma de suas irmãs, Nayla, que também vivia no Rio e trabalhava com refugiados políticos, alguns dos quais chegou a esconder na própria casa.

A novidade desta viagem, no entanto, foi crucial: Malak deixou o Brasil já com planos de rever Pedro Paulo, que a faria depois retornar para uma estadia de longo prazo. Em poucos meses, ela estava de mudança para São Paulo, onde havia estado

uma única vez, por pouco mais de 24 horas.

“Quando cheguei ao Brasil, no início da abertura, achei tudo muito promissor comparado ao que estava acontecendo nos outros países”, conta ela. “Era um país vibrante, com uma sociedade civil muito interessante, que era vista como exemplo na África, onde o terceiro setor era colonizado por organizações dos países desenvolvidos.”

O primeiro grande desafio foi aprender a língua, dentro e fora de casa. O segundo, descobrir como se encaixar profissionalmente no novo país.

Malak foi apresentada ao cientista político Paulo Sérgio Pinheiro por um amigo comum e ex-colega no Acnur, Guilherme Lustosa da Cunha (1942-2010). E começou a trabalhar no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), fundado por Pinheiro e pelo sociólogo Sérgio Adorno.

Foi ali que conheceu muitos jovens pesquisadores e ativistas, entre eles, o advogado **Oscar Vilhena Vieira**, recém-formado na universidade e voluntário na Comissão Teotônio Vilela, com quem fundaria a Conectas 13 anos mais tarde. “De cara ficamos muito, muito amigos.”

Malak e Oscar compartilhavam ideias, diagnósticos e aspirações sobre justiça, direitos humanos e o papel da sociedade civil organizada.

A dupla também projetava uma maior abertura de um Brasil em transformação para

um mundo cada vez mais conectado e interdependente. “Fui muito influenciada pelo egípcio Boutros Boutros-Ghali, Secretário Geral da ONU, que falou: nós temos que democratizar a globalização”, explica.

Malak é da geração de altos funcionários da ONU que gestou a série de grandes conferências organizada por Boutros-Ghali nos anos 1990. Os encontros sobre grandes arcos temáticos que pautaram o debate público dali por diante conseguiram integrar ativistas e organizações da sociedade civil de países periféricos em torno de discussões sobre meio ambiente (Rio de Janeiro, 1992), direitos humanos (Viena, 1993) e gênero (Beijing, 1995).

“A internacionalização dessas grandes questões deu voz a muitos novos atores. Foi um momento de grande fortalecimento da sociedade civil”, avalia ela. No contexto de construção de redes internacionais, Malak enxergava o Brasil isolado até mesmo de seus vizinhos da América Latina, quanto mais de outras economias em desenvolvimento da África e da Ásia

Fortalecer a solidariedade entre ativistas e organizações do terceiro setor na periferia global lhe pareceu algo importante. “O fato de eu ser uma pessoa deslocada tornou forte para mim a ideia de solidariedade. Aqui, no Brasil, estou deslocada. Quando eu volto para o Egito, também estou deslocada porque eu mudei e o país mudou.”

A importância estratégica de fortalecer


o terceiro setor ganhou ainda mais corpo quando Malak integrou a equipe da Comunidade Solidária, criada em 1995 pela então primeira-dama Ruth Cardoso (1930-2008), antropóloga casada com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

“A Ruth Cardoso era uma pessoa muito inspiradora e estava inovando na relação entre a sociedade civil e políticas públicas. Ela tinha essa ideia de que o terceiro setor tinha que ser fortalecido porque ele era muito importante para a área social”, conta. “Todo o trabalho na Comunidade Solidária foi muito útil para a constatação do impacto que uma ONG pode ter no plano pessoal de um indivíduo.”

Como assessora especial da área internacional da Comunidade Solidária, Malak criou pontes com a recém-criada Fundação das Nações Unidas (UNF), para a qual migrou, levando Ruth Cardoso para o conselho.

A fundação havia adotado a proposta de fomento da cooperação para o desenvolvimento entre países do chamado Sul Global, criada pelo então chefe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Mark Malloch-Brown (hoje diretor da Open Society Foundation).

Entusiasta da ideia há tempos, Malak colocou esse tipo de cooperação à prova num projeto-piloto de cooperação entre Brasil e Botsuana, na África, no campo da prevenção ao vírus HIV. Em 1999, quando o programa foi iniciado, o país africano tinha



“O fato de eu ser uma pessoa deslocada tornou forte para mim a ideia de solidariedade”

Malak El-Chichini Poppovic

a maior taxa de contaminação pelo vírus da AIDS do continente.

Financiado pela UN Foundation e pela Fundação Bill e Melinda Gates, o programa deu muito certo.

“Ficou evidente que a troca entre dois países que nem têm uma mesma língua, mas que compartilham outras características, como estruturas precárias e dificuldades técnicas, era muito positiva”, avalia.

Foi a senha para um projeto mais ambicioso, que ligasse os pontos de sua trajetória, alinhando a sua *expertise* com a de um grupo de advogados e ativistas para criar um novo modelo de organização não governamental no Brasil.

“Conversei com o Oscar, que tinha a ideia de uma rede de ativistas e de fortalecer os sistemas de justiça enquanto eu queria abrir o Brasil para a região, mas também abrir para a África e, se possível, para a Ásia, em conexões Sul-Sul”, conta. “Para mim também era importante criar uma organização com maior representatividade internacional: outras culturas, outros olhares, outros sotaques”, explica. “Tive muita sorte de encontrar pessoas que estavam pensando como eu.”

A opção política pela cooperação Sul-Sul e por promover novas vozes nos debates globais, fortalecendo defensores de direitos humanos e o diálogo entre lideranças sociais, acadêmicos e especialistas se combinaram na criação da Conectas.

Conectar ativistas e fomentar seu acesso aos sistemas de proteção dos direitos humanos, conectar disciplinas e acadêmicos, fazer pontes entre organizações e elos entre redes.

Seu preâmbulo foi o primeiro Colóquio Internacional de Direitos Humanos, em maio de 2001. Considerado como o ponto de partida da organização, o encontro de uma semana em São Paulo colocou em contato jovens ativistas dos países de língua portuguesa, unindo África e Brasil.

A experiência se repetiu ao longo dos anos, articulando acadêmicos e defensores, advogados e pesquisadores em palestras, oficinas, grupos de trabalho e atividades de troca de experiências.

A ONG então se estruturou, a partir de um primeiro financiamento da UN Foundation, em torno do Programa Sul Global e do **Programa de Justiça**, que anos depois se desdobraram num projeto de monitoramento de Política Externa e Direitos Humanos e num periódico, **a Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**. — p.64 — p.114

“Quando começamos, a sociedade civil era muito fragmentada: grupos antirracistas, grupos de mulheres, grupos LGBTQIA+, grupos ligados à violência, grupos ligados à terra. A gente via que era preciso conectar esses grupos. Esse era o grande sonho”, diz Malak, que hoje avalia ter superestimado o processo de redemocratização do Brasil.

“Subestimamos as dificuldades do

período porque, quando você tem uma democratização de direitos sem uma democratização econômica, a desigualdade continua tão grande que não é possível dizer que todos têm os mesmos direitos”, pondera. “Aprendemos que isso não é algo automático. E aprendemos isso ‘the hard way.’”

p.122 — Um exemplo? “Aprendemos que **não é porque não tem racismo oficial que os negros não serão discriminados, porque a sociedade continua racista.**”

p.48 — Desde o início, a ONG atuou em **casos de violações de direitos humanos nos sistemas prisionais do país**. Mas nenhum caso marcou tanto a organização como o do Espírito Santo, que, em 2009, foi palco de guerras entre facções ocorridas em celas superlotadas.

Episódios de desmembramento de pessoas eram frequentes. E algumas celas chegavam a ter oito vezes mais presos que sua capacidade. Para desafogá-las, o governo havia criado celas em contêineres, onde a temperatura chegava a 50°C.

“Foi o primeiro caso em que a gente realmente usou todos os recursos e instrumentos possíveis”, lembra Malak. Primeiro, a Conectas fez parcerias locais, com ONGs e conselhos de direitos humanos. Depois, enviou uma carta ao presidente da República, sem resposta. Finalmente, produziu um dossiê enviado para o Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, onde foi organizado um evento

paralelo sobre o tema.

“Ninguém nos respondia, nem internacionalmente nem localmente”, conta Malak. “E percebemos que, sem muita visibilidade, seria impossível mudar alguma coisa.”

A Conectas então enviou o dossiê para o jornalista Elio Gaspari, que se interessou pelo tema e publicou uma coluna em vários jornais do país intitulada “As masmorras de Hartung aparecerão na ONU”.

A repercussão foi tamanha que o evento em Genebra foi um sucesso e as mudanças nas prisões capixabas começaram a acontecer: a superlotação diminuiu quatro vezes e as celas em contêineres foram fechadas.

“Descobrimos que estratégia era importante. E que tínhamos de usar todos os métodos para defender as pessoas que não podem se defender sozinhas. Nossa atuação foi algo que transformou para melhor a vida de muita gente”, comemora ela, que foi diretora-executiva da Conectas entre 2005 e 2011.

Malak avalia que o grande desafio de seu campo hoje é ampliar o diálogo sobre direitos humanos. **“Temos falado para um público fechado, e muita gente ainda não foi atingida pelo discurso dos direitos humanos, tanto à direita quanto à esquerda. É preciso abrir portas**, ver por onde a comunicação não passa e por quê, e repensá-la”, explica.

“Eu nunca quis ser política mas, ao

mesmo tempo eu queria mudar as realidades”, admite. “Meu sonho de militância sempre foi o de poder dar uma vida melhor para as pessoas, mais justiça. Um sonho de desenvolvimento, que se realizou na medida em que, mesmo quando eu saí da Conectas, ele continuou — e continuou cada vez melhor”, avalia. “Não posso dizer que acertei. Digo: acertamos.”

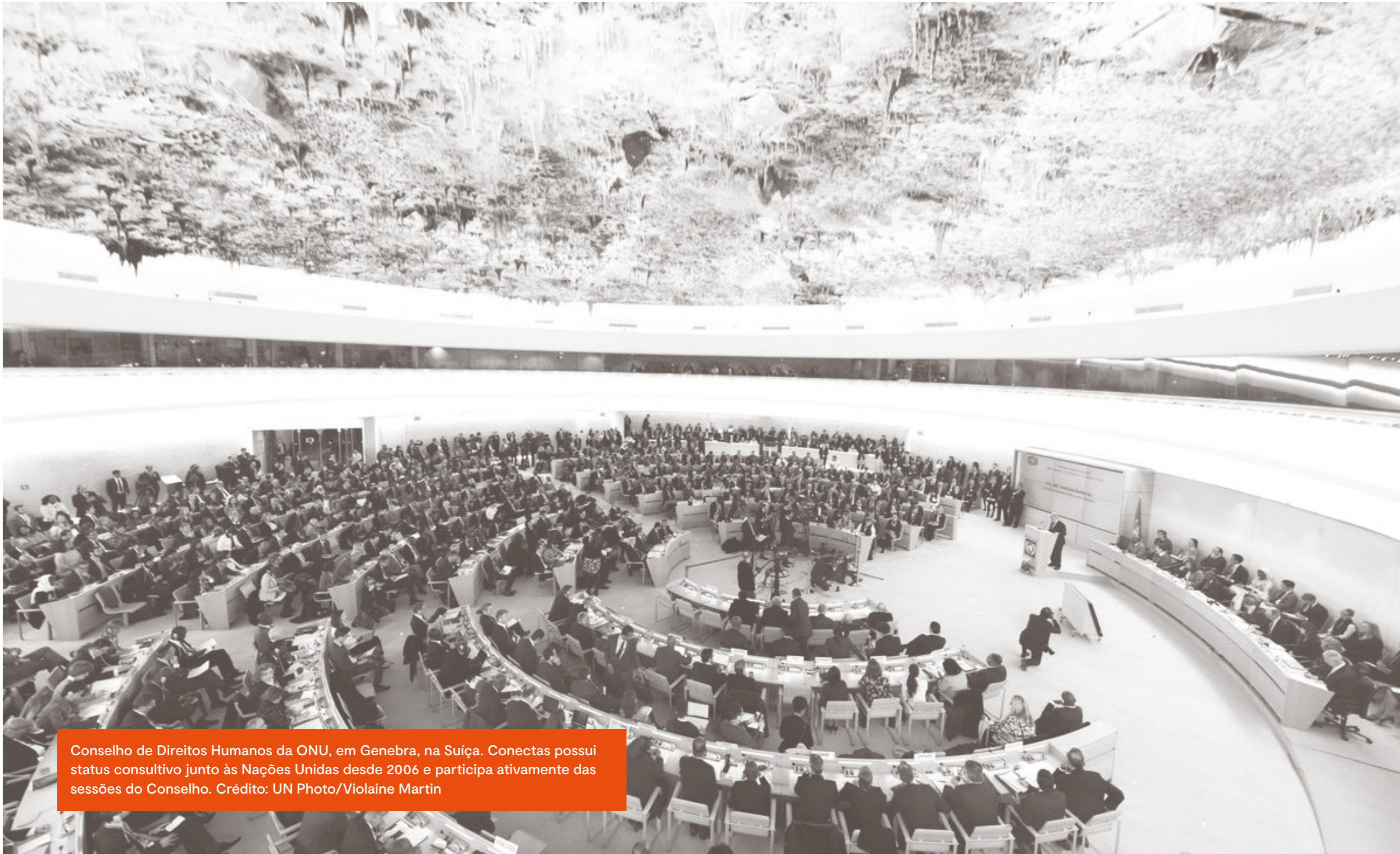
p.86 — Para ela, **as transformações vividas pela ONG** desde sua fundação são a maneira de se adaptar aos desafios de cada momento. “No meu tempo, por exemplo, a Conectas era muito mais internacional do que hoje, e por boas razões. O Brasil era exportador de boas ideias e, agora, é o Brasil que está precisando de ajuda”, aponta. “Renovar-se significa viver o presente.”

Por *Fernanda Mena*

LEIA MAIS

+ **A construção de uma organização internacional do/no Sul, por Malak El-Chichini Poppovic e Lucia Nader - Sur 15 (2011)**

+ **Perspectivas sobre o movimento internacional de direitos humanos do século XXI, por Malak El-Chichini Poppovic e Oscar Vilhena Vieira - Sur 20 (2014)**



Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, na Suíça. Conectas possui status consultivo junto às Nações Unidas desde 2006 e participa ativamente das sessões do Conselho. Crédito: UN Photo/Violaine Martin

Oscar Vilhena Vieira

BRASIL, SÃO PAULO

ADVOGADO

DIRETOR DA ESCOLA DE DIREITO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS EM SÃO PAULO, É COFUNDADOR DA CONECTAS

PROJETO AMBICIOSO MUDOU LÓGICA DE FINANCIAMENTO INTERNACIONAL PARA SUL GLOBAL

Cofundador da Conectas conta como rascunhou constelação contra-hegemônica de ativistas numa embalagem de pizza

Foi numa noite fria em 1998, no verso de uma embalagem de pizza para viagem, que o advogado Oscar Vilhena Vieira rascunhou parte do ambicioso plano de criação da Conectas. O suporte improvisado lhe veio à mão durante uma animada conversa com o jornalista Gilberto Dimenstein (1956–2020) e com Paul Martin, diretor do Centro de Direitos Humanos da Universidade Columbia, onde Oscar havia sido pesquisador visitante em 1991.

Ele acabaria por traçar múltiplas conexões entre diferentes nomes de Angola, Colômbia, Índia, Brasil, Indonésia, Argentina e África do Sul criando uma constelação de lideranças em direitos humanos do Hemisfério Sul.

“A gente foi mapeando essas lideranças

de maneira muito consciente para pedir a elas indicações de jovens ativistas de seu entorno”, lembra ele. “Era um movimento de não reafirmar quem já tinha autoridade, mas de criar novas autoridades.”

A sua intenção ao conectar ativistas do Sul Global ao redor do mundo era criar uma rede **amparada por um marco — p.72 intelectual** de modo que essa nova militância contra-hegemônica elaborasse suas próprias ideias e as compartilhasse sem intermediários.

O projeto tomou forma a partir do evento que marcou a própria origem da Conectas, que foi o I Colóquio Internacional de Direitos Humanos ocorrido em São Paulo, em 2001. O propósito de efetivar uma rede Sul-Sul foi à época tão inovadora

“O que nos fez criar a Conectas foi essa percepção de que precisávamos de organizações mais fortes no Hemisfério Sul para vocalizarmos a nossa visão daquilo que estava acontecendo aqui”

Oscar Vilhena Vieira

que fez com que diversos ativistas, brasileiros e de fora do país, tivessem as primeiras contas de e-mail de suas vidas criadas pelos organizadores do evento.

p.56 — A percepção de que havia um grande **desequilíbrio no eixo Norte-Sul**, com espaço reduzido para as organizações de países como o Brasil, já era conhecida de Oscar, mas havia se tornado ainda mais evidente durante essa que era sua segunda temporada de pesquisas em Nova York.

Além dos estudos na faculdade de relações públicas e internacionais da Universidade Columbia, ele fez um estágio na Human Rights Watch, entre outras organizações, e conheceu por dentro as engrenagens de grandes organizações internacionais de direitos humanos do planeta. O contraste daquele modelo com a sua experiência nas jovens organizações brasileiras criadas a partir da redemocratização produziu nele um *insight*.

“O tipo de relação que a gente tinha com as organizações internacionais era de mandar um fax com informações sobre o que havia ocorrido no Brasil. Eles empacotavam essas informações num belo relatório sobre o cenário de direitos humanos no Brasil e, por conta disso, recebiam recursos desta e daquela fundação”, aponta.

“Caiu a ficha de que tinha uma coisa estranha nessa relação. As organizações internacionais ocupavam espaço, se

profissionalizavam e recebiam recursos, enquanto as organizações brasileiras ficavam como fornecedores de informação. Com isso, ficavam sem autoridade interna, capacidade e profissionalização para dialogar com as autoridades brasileiras.”

O principal motor de criação da Conectas está na leitura de que essa relação precisava mudar e de que os países do Sul tinham mais a ganhar nas trocas de experiências entre si do que com organizações das nações do Norte.

Essa visão foi elaborada e compartilhada entre Oscar e **a economista Malak — p.18 El-Chichini Poppovic**, sua principal parceira nesta jornada e a quem conheceu no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP).

“O que nos fez criar a Conectas foi essa percepção de que precisávamos de organizações mais fortes no Hemisfério Sul para vocalizarmos a nossa visão daquilo que estava acontecendo aqui”, conta. “E isso não seria feito de forma autocentrada. Nós não queríamos ser um novo centro, que galvanizasse todas as atenções e recursos. O objetivo era construir uma estrutura policêntrica de militantes ao redor do mundo.”

Ambos chegaram à mesma conclusão a partir de perspectivas complementares. Ela, de fora para dentro, ao se mudar para o Brasil depois de uma sólida carreira internacional nas Nações Unidas. Ele, de

dentro para fora, ao conhecer de perto a máquina de uma das organizações internacionais que recebia as informações que ele mesmo enviava, via fax, nos tempos em que era secretário-executivo da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos.

Foi a partir do trabalho na comissão que Oscar inaugurou sua atuação no campo dos direitos humanos e pôde desenvolver um olhar sofisticado sobre os principais entraves ao avanço dessa agenda no Brasil.

A Comissão foi criada em 1983 para investigar e combater violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado dentro de estabelecimentos de privação de liberdade. Foi fundada por um grupo de notáveis que incluía Fernando Gabeira, Eduardo Suplicy, Margarida Genevois, Emir Sader, Marilena Chauí, José Gregori, Maria Helena Gregori, Severo Gomes e o padre Agostinho de Duarte de Oliveira, sob o comando de Paulo Sérgio Pinheiro.

“Era um grupo de pessoas excepcionais. Perceberam que o fim do regime militar não significava necessariamente o início do Estado Democrático de Direito. E que o autoritarismo socialmente implantado no Brasil não seria superado só porque agora tínhamos eleições”, explica Oscar.

“Eu brinco que minha profissão era arrumar pianos de cauda”, diverte-se. “Todos tinham grandes pretensões. E eu era o jovem que tentava organizar tudo aquilo: visitava presídios, pedia informações

para a polícia e fazia relatórios. Foi meu batismo de fogo.”

Na Comissão, Oscar participou do enfrentamento de casos emblemáticos como a descoberta das ossadas de mortos pela ditadura no cemitério de Perus, em 1990, e o massacre do Carandiru, em 1992.

As circunstâncias que levaram o jovem Oscar a esse círculo de notáveis são coerentes com os valores da sua criação familiar. Um episódio trágico envolvendo um de seus irmãos, no entanto, poderia ter posto tudo a perder. Mas, ao contrário, acabou aproximando-o ainda mais deste campo e da elaboração de uma visão mais complexa sobre a importância de tais ideias e de sua função social num país desigual como o Brasil.

Nascido em 1966 na região da Serra do Mar, no interior de São Paulo, Oscar cresceu em um ambiente que define como “democrata cristão um pouco de esquerda”. Filho de um delegado de polícia e de uma pedagoga e professora universitária, ele é o mais novo de quatro irmãos, todos criados numa fazenda nos arredores de Paraibuna.

Seu pai foi delegado-geral de São Paulo, posição na qual criou a Delegacia da Mulher, durante o governo de Franco Montoro (1916-1999). Junto com o advogado José Carlos Dias, participou do grupo que buscou reformar as polícias e o sistema penitenciário após o fim da ditadura militar.

Ao cursar Direito na PUC Oscar se engajou no movimento estudantil, que tinha os direitos humanos como uma de suas principais bandeiras de luta, e tomou parte nas grandes manifestações pelas eleições diretas que marcaram o fim da ditadura militar no país.

Um ano antes de se formar, em 1987, o entusiasmo com que Oscar acompanhava a abertura política e os debates da Assembleia Constituinte foi subitamente atravessado pelo choque e pela dor: seu irmão mais velho foi assassinado ao apertar uma confusão de rua.

Como o pai, seu irmão era delegado de polícia e presenciou um grupo de garotos agredir um pipoqueiro. Interveio. E um deles, armado, atirou nele.

“Esse é o único lado muito triste da minha vida e que criou um paradoxo aos olhos dos outros: como é que eu poderia ser advogado de direitos humanos com tudo isso?”, conta Oscar, que anos depois dirigiu o Instituto Latino-Americano para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud), onde desenvolveu projetos na área de defesa de adolescentes em conflito com a lei. “No Ilanud, busquei associar a defesa de direitos humanos a políticas públicas na área de segurança, como polícia comunitária, controle de armas de fogo e penas alternativas.”

Sensibilizado pela morte trágica do filho de seu delegado-geral e ex-aluno,

Montoro levou o pai de Oscar para ser assessor especial do governo no Palácio dos Bandeirantes, onde ele passou a dividir sala com o assessor internacional da mesma administração.

“Esse assessor internacional era o Paulo Sérgio Pinheiro, um intelectual sofisticado que passou a trabalhar com ele, e ficaram amigos”, relata Oscar.

“Quando contei ao meu pai que queria fazer ciência política, ele deve ter achado um desastre, mas disse que lhe parecia muito bom, e armou um almoço para que eu conversasse a respeito disso com o Paulo Sérgio.”

Oscar acabaria fazendo seu mestrado e seu doutorado sob a orientação do colega do pai.

“No mestrado, eu fui analisar as decisões do Supremo pós-Constituição e ver como juízes conservadores, que tinham sido empossados pelo regime militar, estavam implementando uma Constituição altamente progressista”, explica. “Eu vi que o Supremo reagia melhor do que eu poderia esperar.” E foi aí que surgiu a ligação de Oscar com o Supremo, que, anos depois, criaria as **bases para o programa de justiça da Conectas** e suas ações de litigância estratégica e de *amicus curiae* (amigos da corte) em causas importantes da agenda de direitos humanos. — p.64

“A Conectas se tornou, num determinado ponto, a organização com maior

número de *amicus curiae* no Supremo. Com isso, a organização de certa forma abriu uma trincheira para o que hoje se tornou um percurso comum para qualquer organização”, avalia.

Foi por meio de Paulo Sérgio Pinheiro também que Oscar entraria para a militância deste campo por meio da atuação no secretariado-executivo da Comissão Teotônio Vilela.

“Foi a experiência da comissão, o entendimento das grandes organizações e a confiança que tive com a Malak que nos permitiram pensar num projeto ambicioso”, reconhece.

Para fortalecer as relações Sul-Sul e aumentar sua representatividade internacional neste eixo, no entanto, era preciso não só construir redes de ativismo em direitos humanos, mas também acessar os canais de financiamento. Isso permitiria aos países do Sul lidar com suas questões de maneira mais eficiente e compartilhar soluções.

p.40 — Oscar e Malak procuraram **Denise Dora, à época na Fundação Ford do Brasil**, que, além de contribuir de maneira essencial para a formulação da ideia do que viria a ser a Conectas, organizou um encontro da dupla com a direção geral da entidade em Nova York. “Fomos Malak e eu para Nova York, explicamos o projeto, empolgados, e o diretor disse que tínhamos de buscar recursos no Brasil porque éramos

uma organização brasileira”, lembra.

Começou ali um jogo de esclarecimentos e de persuasão sobre a Conectas ser uma organização internacional baseada no Brasil e da necessidade de democratização dos recursos necessários a entidades fora do eixo EUA-Europa.

Oscar elaborou o argumento definidor: “Eu perguntei ao diretor à época, Anthony Romero, se o conceito de organização internacional era algo definido pelo *zip code*”, provocou ele. O questionamento teve impacto imediato e ajudou a redefinir a ideia de organização internacional em qualquer lugar do mundo.

“A Conectas foi muito vigorosa nesse diálogo sobre financiadores e organizações e mudou esse jogo não só para nós, mas para muita gente”, admite. “A gente então se juntou com outras organizações da Colômbia e da Argentina e transformou essa ação em um movimento político que está no embrião da Conectas.”

A celebração das muitas conquistas da Conectas ao longo desses 20 anos não ofusca o reconhecimento dos desafios que se colocam na trajetória da organização e do campo dos direitos humanos daqui para a frente. No caso brasileiro, como diz Oscar, alguns desses desafios existem “desde o século 18” e precisam se articular com as questões e visões de futuro.

O choque entre essas duas agendas remete, mais uma vez, a questões de

financiamento. “No Brasil, tivemos um problema grande de financiamento. Boa parte da sociedade civil organizada se formou com a transferência de recursos públicos. Com isso, elas se tornam importantes na implementação de serviços de direitos humanos, mas não em questionar”, diz.

Por outro lado, diz ele, o país tem empresas que financiam seus próprios projetos sociais. **“É muito difícil ver o setor empresarial preocupado com os problemas brasileiros do século 18 ou com ousadia suficiente para financiar a sociedade civil organizada.”**

A partir da atuação de algumas empresas que também emerge outro desafio, em sua visão. Ele está ligado **ao papel crescente das corporações na vida das pessoas, às condutas empresariais que geram violações de direitos humanos e a uma legislação que favorece que as empresas escapem à responsabilização.**

“Cada tipo de indústria tem um problema de direitos humanos associado. É assim com a mineração, é assim com a tecnologia, por exemplo”, aponta Oscar, que hoje dirige a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, onde criou um Centro de Direitos Humanos e Empresas. “Desde os anos 1980 que se está discutindo um tratado com responsabilidades gerais do setor empresarial de multinacionais. Nada passou e isso demonstra uma incapacidade dos Estados de impor

limitações”, explica.

Entre os temas cruciais que impactam esse debate, avalia, está um terceiro desafio deste campo: **a questão climática, que pede não só regulação das empresas mas um pacto intergeracional.** “A comunidade de direitos humanos tem que ser capaz de pensar a questão socioambiental de uma maneira mais ampla e a partir do impacto sobre as novas gerações.”

Por *Fernanda Mena*

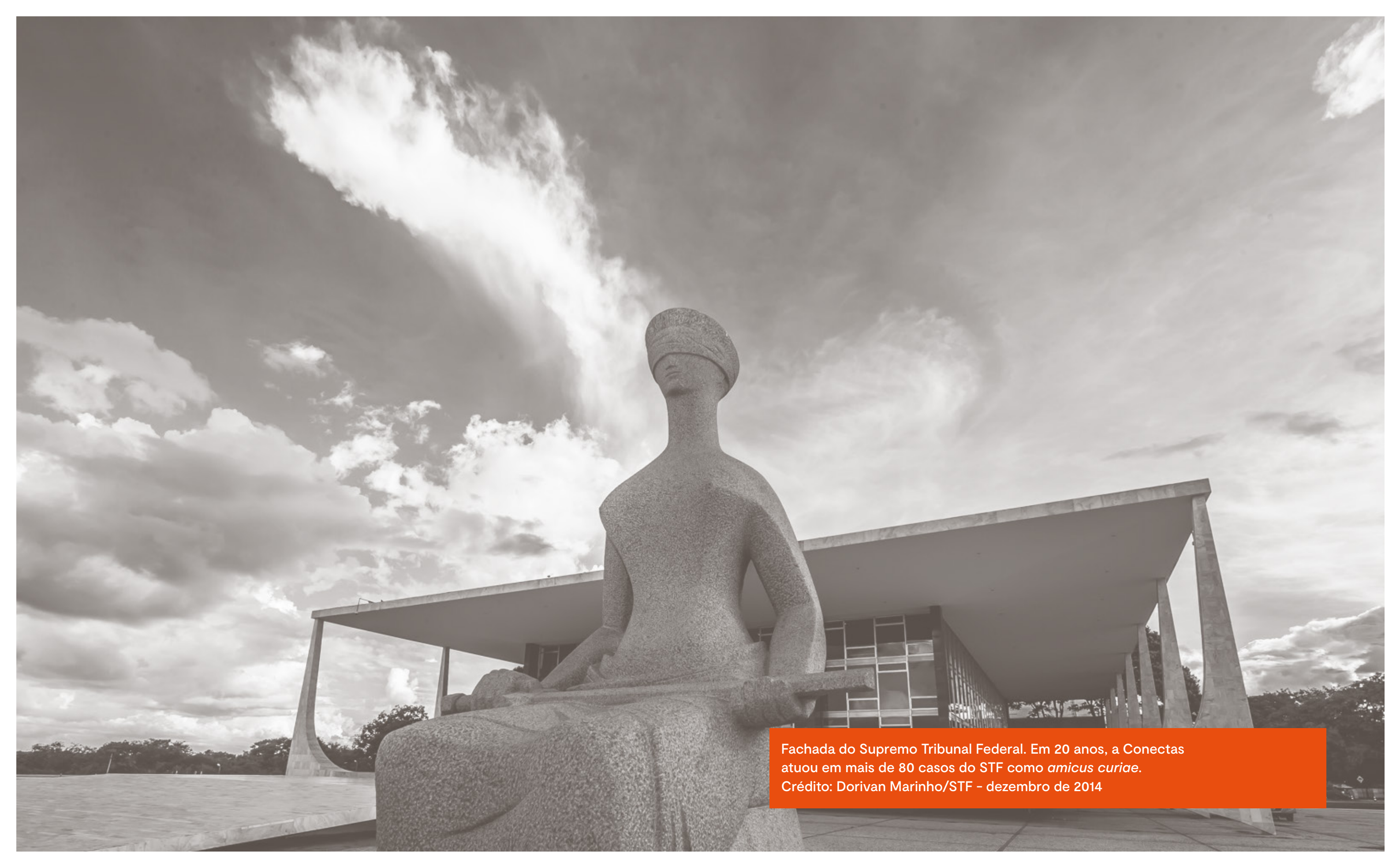
LEIA MAIS

+ Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos, por Oscar Vilhena Vieira e A. Scott Dupree - *Sur* 1 (2004)

+ A desigualdade e a subversão do Estado de Direito, por Oscar Vilhena Vieira - *Sur* 6 (2007)

+ Advocacia estratégica em Direitos Humanos, por Oscar Vilhena Vieira e Eloísa Machado de Almeida - *Sur* 15 (2011)

+ Perspectivas sobre o movimento internacional de direitos humanos do século XXI, por Malak El-Chichini Poppovic e Oscar Vilhena Vieira - *Sur* 20 (2014)



Fachada do Supremo Tribunal Federal. Em 20 anos, a Conectas atuou em mais de 80 casos do STF como *amicus curiae*.
Crédito: Dorivan Marinho/STF - dezembro de 2014

Denise Dora

BRASIL,
RIO GRANDE DO SUL

ADVOGADA

DIRETORA-EXECUTIVA DA ARTIGO 19 E CONSELHEIRA DA CONECTAS, FOI COORDENADORA DA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO FORD

ORGANIZAÇÃO MUDOU O ECOSISTEMA DE DIREITOS HUMANOS GLOBAL

Para a advogada, Conectas funcionou como um amálgama entre elementos que já existiam, mas não trabalhavam juntos

A trajetória da advogada Denise Dora no campo dos direitos humanos acompanha, em grande parte, a história da Conectas.

Após se engajar no movimento estudantil de tendência feminista e de alguns anos de advocacia para o movimento sindical, nos anos 1980, Denise percebeu que o direito trabalhista tinha limites consideráveis. “Eu me lembro de atender muitas mulheres e muitas crianças que trabalhavam na indústria de vestuário e de calçados no Rio Grande do Sul, onde pegavam os meninos pela orelha para colocar de castigo, as mulheres não podiam ir ao banheiro mais do que uma vez ao dia, e as hierarquias eram muito rígidas”, conta. “E, embora o direito trabalhista contemplasse a defesa de direitos, ele se restringia ao universo

das relações de trabalho, e não dava conta desse tipo de situação. Acho que por ali fui entendendo que a agenda de direitos humanos tinha um escopo maior.”

Na época, diz, havia muito poucas oportunidades de formação em direitos humanos no Brasil. Assim, no início dos anos 1990, a advogada se inscreveu num curso no Instituto Interamericano de Direitos Humanos na Costa Rica. Eram cinco brasileiros inscritos. Entre eles, o advogado **Oscar Vilhena Vieira, um dos fundadores da Conectas**. “Ficamos amigos de cara”, lembra ela. — **p.30**

A volta de Denise ao Brasil coincidiu com uma onda de constituição de muitas organizações não governamentais no país, e a advogada viu nessa forma de atuação

“Nós, do Sul, não podíamos mais ficar dependentes de ter artigos aceitos eventualmente nos periódicos do Norte — queríamos promover e pautar nosso próprio debate”

Denise Dora

uma possibilidade de aliar seu engajamento no feminismo com o instrumental dos direitos humanos. Em 1993, fundou, junto com algumas amigas, a Themis — Gênero, Justiça e Direitos Humanos, organização da qual foi diretora-executiva até o final da mesma década e que ajudou a estabelecer, por exemplo, o primeiro programa de promotoras legais populares no Brasil. O programa forma lideranças comunitárias em noções básicas de direito, direitos humanos das mulheres e temáticas afins, para que elas possam atuar na promoção e proteção de direitos em seus bairros.

Naquele tempo, contudo, a junção dos temas da justiça de gênero com os direitos humanos não era óbvia. “A violência contra a mulher era vista como casos isolados de lesão corporal e ameaça, ou seja, um tema para a justiça criminal”, explica Denise. “Mas nós dizíamos: ‘Não é isso. Trata-se de relações de poder, e os Estados têm a responsabilidade de proteger os direitos das mulheres.’”

Esse quadro começou a mudar justamente na época da fundação da Themis. Na 2ª Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, na Áustria, mais conhecida como a Conferência de Viena, da qual Denise participou, a comunidade internacional afirmou pela primeira vez, ainda em 1993, que os direitos das mulheres e das meninas eram parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais e que

a violência contra as mulheres constituía uma violação dos direitos humanos, ainda que a resolução tivesse sido aprovada após muita resistência. Dois anos depois, a Conferência de Pequim, na China, onde a advogada também esteve fazendo incidência política, fez história ao reconhecer mais direitos humanos das mulheres, tais como os direitos reprodutivos, e consolidá-los numa Plataforma de Ação – ou seja, não apenas afirmar que existiam, mas também elencar passos que os países precisariam dar para promovê-los.

Após completar um mestrado em direitos humanos na Universidade de Essex, no Reino Unido, Denise assumiu a coordenação da área de direitos humanos da Fundação Ford no fim de 2000, meses antes da fundação oficial da Conectas. A advogada lembra que o oficial de programas que a antecedeu no cargo havia prometido uma doação para a realização do primeiro Colóquio, na PUC-SP.

“Naquele início, o próprio escopo da Conectas ainda era indefinido: seria uma organização brasileira que iria agir internacionalmente? Ou uma organização internacional sediada no Brasil?”, lembra. “Qualquer que fosse a resposta, já era uma grande ambição, ao querer que não ficássemos 100% nas mãos das organizações internacionais para fazer um relatório de direitos humanos, uma denúncia à OEA, uma ação na ONU.”

Segundo Denise, a organização dedicou tempo a pensar sobre qual seria seu papel, sendo o Colóquio um espaço para esse tipo de reflexão. “Tradicionalmente, a postura das organizações brasileiras era: ‘Nós temos tantos problemas nossos pra

p.86 — resolver, como vamos nos meter a lidar com problemas no Zimbábue?’ Para ela, a Conectas criou um “novo padrão de solidariedade”.

p.134 — A ideia por trás da Conectas **era a de que uma organização baseada no Sul não só tinha a mesma habilidade de organizações do Norte para atuar nas plataformas internacionais mas também tinha capacidades adicionais**, tais como o conhecimento da realidade local, o engajamento e o compromisso com as pautas, além do potencial de produzir um novo tipo de diálogo intercultural.

“A premissa era a de que uma organização que vive o mesmo tipo de dificuldades, que tem essa vivência das desigualdades e das violências em Estados fracos e instáveis teria mais condições de produzir um diálogo entre as organizações do Sul Global, de traduzir aquele ambiente abstrato e asséptico da ONU para as organizações do Sul e identificar qual o melhor uso que podiam fazer dos mecanismos de governança global”, aponta.

Segundo Denise, a Conectas cumpriu muito bem esse papel, não só preparando organizações do Sul Global para atuar em

Genebra como também pressionando o governo brasileiro para assumir posições pró-direitos humanos em sua atuação internacional. “Nenhuma outra organização tinha feito isso antes da Conectas, e essa forma de proceder fez muita diferença”, afirma. **“Fez diferença para muitas organizações, mas também fez uma diferença no ecossistema global de direitos humanos.”**

Outras organizações do Sul Global, diz Denise, tais como CELS (Argentina), DeJusticia (Colômbia), Kenya Human Rights Commission (Quênia), *Legal Resources Centre* (África do Sul) e *Asean Foundation* (Indonésia), estavam, cada uma na sua região, trabalhando com incidência internacional e foram se tornando atores globais, como a Conectas rapidamente se tornou.

Também a *Sur* foi criada a partir de uma série de debates entre centros de direitos humanos de universidades do Sul Global. “O que se pensou ali é que era necessário criar um fórum para fazer circular o pensamento sobre direitos humanos do Sul e ver se ele era diferente do clássico, tradicional”, afirma. “Como é que se vê a questão do HIV-Aids a partir do Brasil, por exemplo? E da África do Sul? Nós, do Sul, não podíamos mais ficar dependentes de ter artigos aceitos eventualmente nos periódicos do Norte — queríamos promover, pautar nosso próprio debate.” Ao longo dos anos, a revista, que nasceu com um perfil mais acadêmico, foi construindo outro

lugar para si, até se consolidar no que é hoje, afirma, um importante espaço de reflexão sobre a prática dos direitos humanos.

“Quando a Conectas faz o Colóquio, depois a *Sur*, e estabeleceu essa forma de atuação em Genebra, criou um amálgama entre elementos que já existiam, mas que ninguém havia juntado, e trouxe essa ambição de querer pautar a agenda global”, diz. “Quando a Conectas bancou isso, essas outras organizações vieram junto. E aí temos um grupo de organizações já reconhecidas, com capacidade de atuação, que mudaram a paisagem internacional do movimento de direitos humanos”, avalia. “É como se houvesse um campo semeado, e a Conectas tivesse tido o papel de regá-lo.”

Durante sua passagem pela Fundação Ford, Denise ajudou a fomentar esse movimento. A fundação criou um fundo chamado Global Initiative para alavancar organizações do Sul que atuavam internacionalmente, tanto por meio de apoio financeiro quanto de promoção de intercâmbios entre as organizações. “A própria insistência da Conectas nesse tipo de atuação ajudou nesse *reframing* da filantropia, porque, se não existissem organizações do Sul Global com essa capacidade, teria sido mais difícil.”

Desde 2018, Denise faz parte do Conselho Deliberativo da organização. E, nos últimos quatro anos, ela viu a Conectas se voltar mais para o cenário nacional. “O contexto nacional virou essa tragédia, e

exige uma capacidade de resposta; foi um giro importante no sentido de criar raízes”, afirma. “Entretanto, há uma crise da governança global, uma crise dos direitos humanos — não das organizações de direitos humanos e nem da luta pelos direitos humanos, mas sim uma crise de legitimidade e credibilidade dos sistemas. E é fundamental termos uma estratégia para enfrentar isso.”

Para ela, a recente onda de populismo de direita, o fracasso da ONU em responder aos principais desafios enfrentados pela humanidade — seja o da pandemia, da fome ou o da crise climática — e a crescente concentração de poder e recursos nas mãos de pouquíssimos atores privados tornam urgente refletir sobre **como fazer frente à extrema direita, como repensar o sistema de governança global e qual é o papel do Estado a partir da dominância de empresas em aspectos vitais da sobrevivência.**

A Conectas, afirma, tanto pelo papel que adquiriu no contexto internacional quanto por se dedicar, há 20 anos, a refletir de forma inovadora e independente sobre questões existenciais, tem um papel importante na construção dessa estratégia. **“Agora, a pergunta não é mais ‘como podemos participar do ecossistema de direitos humanos?’ e sim ‘qual ecossistema queremos ser?’.”**

Por *Maria Brant*

LEIA MAIS

+ Entrevista com Denise Dora, *Sur* 15 (2011)

+ O Sul em transição, por Denise Dora, Ravindran Daniel e Barbara Klugman - *Sur* 26 (2017)

Feira de Ideias organizada pelos participantes do XIV Colóquio Internacional de Direitos Humanos na Praça das Artes, em São Paulo. Crédito: Thais Silvestre/Conectas - maio de 2015



Sandra Carvalho

BRASIL, SÃO PAULO

ADVOGADA

COORDENADORA DA JUSTIÇA GLOBAL,
FOI CONSELHEIRA DA CONECTAS

DENUNCIAR INTERNACIONALMENTE VIOLAÇÕES CONTRA PESSOAS PRESAS REQUER FORÇA-TAREFA

Diretora da Justiça Global, parceira da Conectas há 15 anos, lembra articulação que denunciou massacre à OEA

Primeira brasileira a ganhar, em 2009, o Prêmio Anual de Direitos Humanos da Human Rights First (HRF), a advogada Sandra Carvalho é um nome central na discussão sobre direitos humanos no Brasil. Ela trabalhou no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), foi secretária-executiva da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos e coordenou a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo antes de fundar a ONG Justiça Global em 1999.

Sua trajetória perpassa momentos dramáticos da história recente brasileira, como os massacres do Carandiru (1992), o de Corumbiara (1995), o de Eldorado dos Carajás (1996) e o da Operação Castelinho

(2002), além de diversas chacinas perpetradas pela PM de São Paulo.

“Passei pelas mega-rebeliões promovidas pelo PCC, pelo massacre do Urso Branco [no presídio em Porto Velho, em 2004], **pelas violentas rebeliões na antiga — p.64 Febem em SP.** A experiência com o sistema prisional marca definitivamente a vida da gente. Esse ambiente degradante, desumano, nos alimenta um espírito de indignação e nos coloca em movimento na busca por direitos”, afirma Sandra.

Presença-chave na história de duas décadas da Conectas, Sandra iniciou sua militância no começo dos anos 1990, já em seu primeiro ano na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

“Hoje, o uso de armas não letais — gás, balas de borracha, bombas de efeito moral — é um grande problema em Pedrinhas. Há uma utilização massiva de todas elas como instrumento de tortura”

Sandra Carvalho

Ela conta que convenceu o professor Paulo Sérgio Pinheiro a integrá-la ao NEV com uma bolsa de iniciação científica. No núcleo, conheceu a **Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, coordenada ali por Oscar Vilhena Vieira**, outro orientando de Paulo Sérgio e cofundador da Conectas. Começou a trabalhar lá como estagiária. “Paulo Sérgio e Oscar foram importantíssimos na escolha do meu caminho.”

A experiência desses anos de trabalho preparou Sandra para lidar com situações de imensa desumanização. Mas o fato é que mesmo após ter vivido o início de sua carreira acadêmica já imersa na série de massacres deflagrados na primeira metade dos anos 1990, ela ainda encontraria situações que a marcariam profundamente.

O massacre no complexo de Pedrinhas (MA), em 2013, foi uma delas. “Cheguei logo após o massacre, acompanhando uma delegação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e da Câmara dos Deputados”, lembra ela. “Como todo cenário pós-massacre, o clima ali era de muita tensão, de desespero por parte das famílias e das pessoas presas. A gente via os presos aglomerados e o chão todo molhado de água. Um cheiro insuportável. Essa imagem me marcou muito.”

Pedrinhas também demarcou a primeira experiência da coordenadora da Justiça Global com um corpo de agentes penitenciários composto por seguranças

privados. “Também logo no início chamava a atenção a ostensiva utilização das chamadas armas menos letais.”

O caso marcou a parceria não só entre a Conectas e a Justiça Global, mas ainda entre a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e a Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB-MA).

Era preciso uma força-tarefa para dar conta dos eventos ocorridos entre novembro e dezembro daquele 2013, quando uma série de rebeliões terminou com a morte de 22 presos, alguns deles decapitados. Inicialmente, OAB-MA e SMDH acionaram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 16 de dezembro de 2013, a Comissão aprovou a Resolução 11, que obrigava o Brasil, por meio de medida cautelar, a agir imediatamente para conter novas violações no complexo de Pedrinhas. O descumprimento acarretaria a possibilidade de uma condenação internacional.

Entre as medidas imediatas, estava a obrigação de diminuir a superlotação do local e de conduzir imediatas investigações das denúncias. Outra determinação foi a de que visitas periódicas e sem aviso prévio passassem a ser realizadas no local.

Justiça Global e Conectas, co-peticionárias no caso, passaram a integrar essas incursões. Em janeiro de 2014, Ministério da Justiça e governo do

Maranhão apresentaram um Plano de Ação de Pacificação das Prisões de São Luís como resposta às articulações das entidades de direitos humanos.

No plano estavam previstas a separação de membros de facções criminosas em prisões específicas, a ocupação das unidades do complexo pela Força Nacional e a transferência de presos para penitenciárias federais. Em 2016, as quatro organizações lançaram o relatório “Violação Continuada: Dois Anos da Crise em Pedrinhas”.

“A Conectas teve um papel importante na visibilidade internacional das violações ocorridas no Brasil e em mobilizações no âmbito da ONU”, pontua Sandra, que também vê os colóquios realizados pela organização como um propulsor na formação e mobilização de jovens ativistas e na articulação de redes para além das fronteiras nacionais.

Mas a parceria entre as entidades, lembra ela, começara bem antes. Tanto a Justiça Global quanto a Conectas atuaram juntas após os chamados Crimes de

p.92 — Maio, a onda de atentados do PCC em São Paulo, em 2006, seguida de chacinas nas periferias de São Paulo e na Baixada Santista. Para esquadrihar melhor o caso e responsabilizar o poder público, as organizações uniram esforços.

É essa parceria entre as entidades que Sandra, nascida em Taubaté, no interior de São Paulo, lembra como sendo uma

das mais importantes tanto em sua trajetória quanto na da organização que lidera.

Agora, quando o próprio chefe do Executivo federal corteja a lógica do “bandido bom é bandido morto”, outros debates estão sendo realizados sobre as prisões no país. “A utilização excessiva de armas não letais como instrumento de tortura vem ganhando força e se impõe como um tema urgente. Temos atuado de maneira efetiva nessa litigância”, conta ela.

“É um grande desafio porque a gente vive em uma sociedade muito punitivista. A gente vai seguindo na contramão da história. Pedrinhas, Carandiru, Complexo do Curado (PE), os socioeducativos, todos eles só reforçam que nossa luta tem o horizonte do desencarceramento. A instituição prisional é incompatível com os direitos humanos.”

Para a ativista, um ponto muito positivo no Brasil dos últimos anos é a popularização do debate racial, algo que vai chegar mais fortemente nas entidades de direitos humanos tradicionais com atraso. **“Nascemos organizações brancas e ainda somos organizações brancas.** Mas sem dúvida há um salto significativo no debate racial, com **o surgimento da Coalizão Negra por Direitos**, por exemplo, e também na luta LGBT.”

Sandra percebe que entidades como Justiça Global e Conectas foram **convocadas e intimadas a racializar cada vez mais o**

debate sobre direitos humanos, um movimento que acontece de fora para dentro e que muda o eixo de diversas abordagens.

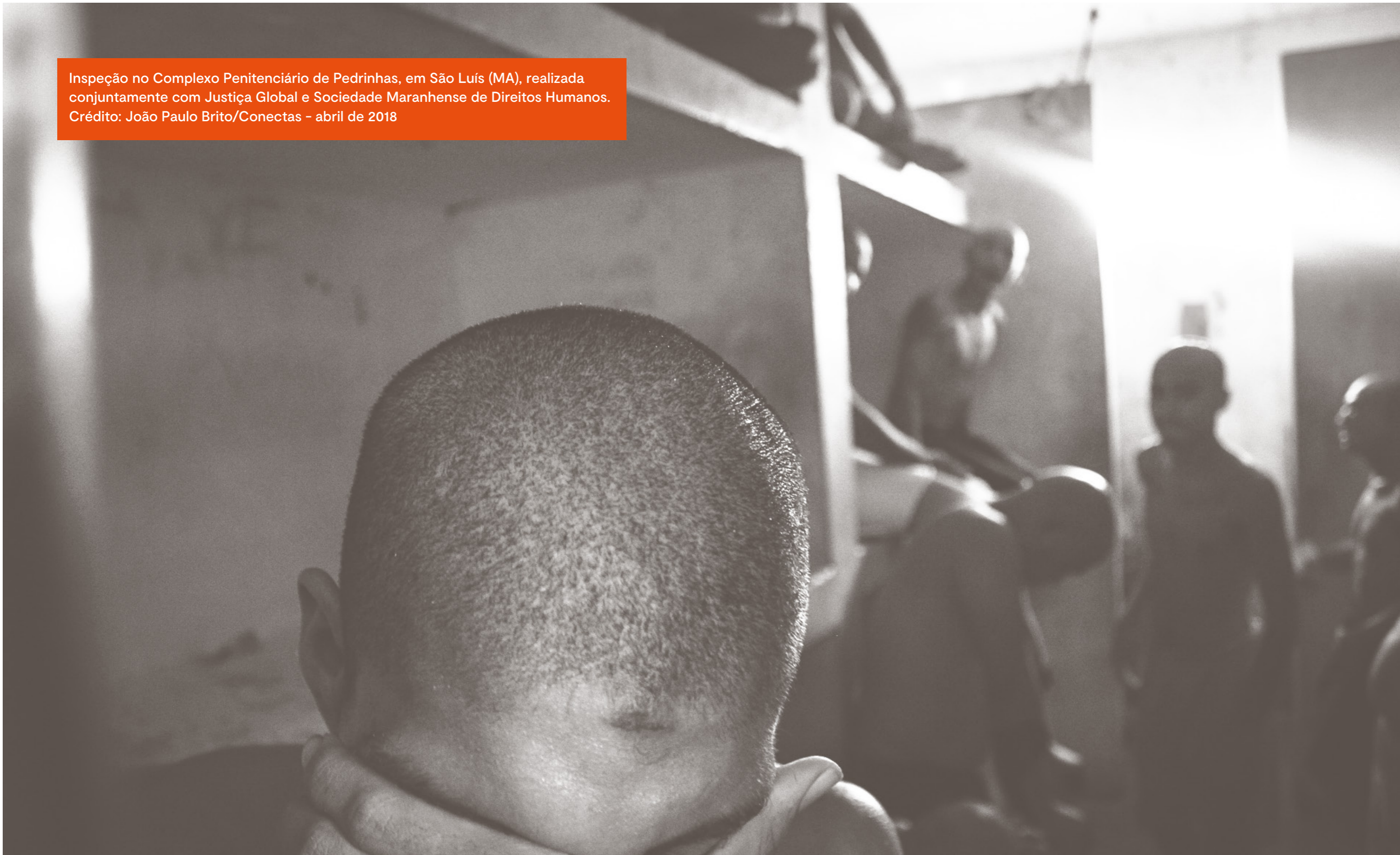
“Se você voltar 20 anos atrás, esse tema não era pauta entre nós. Muito pouco se falava disso, e o crescimento desses movimentos impôs uma nova agenda nas organizações para que, no futuro, a gente possa ver efeitos na reversão da violência contra esses grupos.”

Por *Fabiana Moraes*

LEIA MAIS

+ **Experiências de litígio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, por Sandra Carvalho e Eduardo Baker, *Sur 20* (2014)**

Inspeção no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís (MA), realizada conjuntamente com Justiça Global e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Crédito: João Paulo Brito/Conectas - abril de 2018



Lucia Nader

BRASIL, SÃO PAULO

CIENTISTA POLÍTICA

DIRETORA EXECUTIVA CONECTAS (2011-2014)

COMO RESISTIR E SE REINVENTAR PARA ENCARAR OS DESAFIOS NO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS

Nome-chave para o desenvolvimento institucional da Conectas, a cientista política fomentou parcerias com ativistas do mundo

Parte importante da trajetória da cientista política Lucia Nader se desenrolou dentro da organização que celebra duas décadas em 2021. Ela foi coordenadora de redes da Conectas entre 2003 e 2005 e depois coordenadora de relações internacionais entre 2006 e 2011, quando então se tornou diretora-executiva da ONG, cargo que ocupou até o final de 2014.

Desde o início de sua história com os direitos humanos, como voluntária do Instituto Sou da Paz, no final dos anos 1990, abismos foram abertos neste campo no país, principalmente a partir da inédita chegada de um político da extrema-direita à presidência do Brasil. Lucia testemunhou uma luta que já era difícil se tornar ainda mais desafiadora.

“Nunca foi fácil trabalhar ou falar de direitos humanos no Brasil, onde eles sempre foram erroneamente atrelados à defesa da impunidade”, avalia ela. “Mas, hoje, há mais ataques a eles, tanto físicos, contra ativistas, quanto no âmbito das narrativas. Esse é um desafio tremendo que a Conectas está encarando agora, **um momento em que se tornou ainda mais fundamental resistir e trabalhar pelos direitos humanos.**” — p.18

Para ela, os assuntos com os quais trabalhou quando entrou para a Conectas, em 2003, ainda continuam bastante presentes no debate do país. “**As violações no sistema prisional** e na atuação das polícias brasileiras continuam, por exemplo, assim como os desafios em relação aos direitos das mulheres e aos direitos econômicos,

“Ser revolucionário hoje é lutar pela Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã por causa do enorme avanço que representou na área de direitos humanos”

Lucia Nader

sociais e culturais”, avalia ela. “Isso, agora, se soma a um cenário complexo de ataque à democracia e às instituições.”

De fato, o histórico brasileiro de violência ganhou novos contornos. Em 2021, o presidente Jair Bolsonaro foi denunciado pela sétima vez ao Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, que julga crimes contra a humanidade. E o país vive uma escalada na

p.164 — venda de armas de fogo, **nos ataques aos povos indígenas e ao ecossistema amazônico**, na disseminação de discursos de ódio, misóginos e racistas e na presença de grupos neonazistas.

“Ser revolucionário hoje é lutar pela Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã por causa do enorme avanço que representou na área de direitos humanos”, aponta Lucia. “Vemos um novo autoritarismo sair do armário, tanto a partir de políticos eleitos quanto de parte da população brasileira. E isso tornou necessária a defesa de tudo aquilo que pensávamos já estar garantido.”

Esse novo contexto, diz, pede a adoção de novas práticas e táticas por parte de ativistas e de organizações de direitos humanos. E, entre elas, a comunicação é uma estratégia fundamental. De acordo com Lucia, sempre foi uma preocupação da Conectas se comunicar de maneira técnica e ao mesmo tempo descomplicada. “Muitas vezes, os direitos humanos são vistos como algo do mundo jurídico, do

mundo acadêmico e de uma elite que conjuga essa gramática”, aponta. “Defendemos minorias, aqueles que não têm os seus direitos preservados. E essas pessoas não são necessariamente queridas pela opinião pública. Trabalhar com seus direitos, portanto, muitas vezes não conta com um amplo apoio da população.”

Foi a partir da Conectas que Lucia foi a Genebra passar por uma formação no **International Service for Human Rights, em 2005**. Na volta, criou o Projeto de Política Externa e Direitos Humanos, que aglutinou entidades civis e governamentais na defesa e acompanhamento da política externa brasileira com impacto em direitos humanos. O projeto surgiu a partir da necessidade de fortalecer a participação cidadã e o controle democrático da política externa brasileira relacionada aos direitos humanos e ensejou a criação de um Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, composto por várias organizações, juntamente com a Conectas.

O Comitê teve sua gênese em uma audiência pública, em Brasília, realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados naquele mesmo ano. Nela, foi apresentada uma pesquisa da Conectas sobre a pouca transparência dos processos de elaboração e execução da política externa brasileira em direitos humanos. O estudo mostrou que o princípio da prevalência nem sempre

era respeitado. Previsto no artigo 4, inciso II, da Constituição Federal, ele determina que direitos humanos devem ter primazia frente a quaisquer outros interesses nas relações internacionais do país.

Em sua história na Conectas, Lucia teve papel fundamental na reestruturação e profissionalização da organização, fortalecendo-a internamente para que pudesse atuar de maneira mais efetiva, segura e técnica. Para além do importante trabalho institucional, a cientista política traz na memória eventos que marcaram sua trajetória na Conectas e seu olhar sobre direitos humanos.

Um desses episódios foi o do encontro com um senhor que estava à espera de cruzar a fronteira entre México e Estados Unidos durante o governo de Barack Obama (2009-2015), que somou o maior número de deportações da história norte-americana, com 2,5 milhões de pessoas deportadas.

“Durante uma visita, em conjunto com outras organizações, um senhor que estava na fila para cruzar a fronteira veio me mostrar um cheque de 20 dólares que havia recebido na prisão. Ele tinha sido preso ao cruzar a fronteira para visitar os filhos nos Estados Unidos, e havia recebido um dólar por dia trabalhando na cozinha da cadeia, antes de ser mandado de volta para o México”, conta.

Lucia lembra que o homem pediu a ela que trocasse aquele valor do cheque por

dinheiro, algo que ele não conseguia fazer porque teve todos os documentos retidos pela polícia de fronteira no ato da prisão e nunca mais devolvidos. “Esse exemplo mostrou o quão tangível é uma violação de direitos humanos e quantas facetas ela tem. Era um senhor de idade, separado da família por uma fronteira, que deve ter sido preso sem o devido processo legal. Trabalhou em uma prisão privada, que visa ao lucro, e recebeu um cheque, mas não tinha como compensá-lo por falta de documentos. De alguma maneira, haviam retirado dele a sua própria identidade”, lembra ela.

Hoje, Lucia faz doutorado na Universidade de Sussex, na Inglaterra, no qual se dedica ao que chama de ativismo regenerativo. Comum na biologia, o conceito de regeneração tem relação com a capacidade de recuperação e renovação de tecidos, órgãos e organismos que sofreram danos consideráveis. “Há alguns anos, esse conceito vem sendo também utilizado no campo socioambiental, como uma tentativa de superar e de ir além da lógica de sustentabilidade”, explica. “Quero entender melhor de que maneiras podemos **resistir, revitalizar e fortalecer o ativismo e as organizações de direitos humanos**. Talvez isso possa nos ajudar a encarar alguns dos desafios que se impõem hoje a quem trabalha por esses direitos.”

Para Lucia, são esses desafios de “hoje, aqui e agora” que vão pautar o futuro dos

— p.148

direitos humanos no Brasil e no mundo. **“Um desses desafios é continuar resistindo aos ataques frontais à democracia e aos acordos mínimos da convivência em sociedade, como os direitos humanos,** vindo de governos eleitos ou não e que têm apoio de parte da população”, avalia.

“Outro desafio é diversificar as estratégias de promoção dos direitos humanos e fortalecer as alianças entre distintas agendas progressistas. É difícil resistir e se reinventar ao mesmo tempo. Parecem dois movimentos contraditórios, mas acredito que são complementares e essenciais para continuarmos a encarar os imensos desafios aos quais nos confrontamos.”

À parte o racismo e machismo persistentes no país e que permitem gravíssimas violações de direitos humanos, Lucia também enxerga sinais de conquistas importantes para a sociedade brasileira. Entre elas, estão o avanço e a visibilidade conquistados pelos movimentos negros e pelos movimentos de mulheres. “Essas são lutas históricas, e hoje há a inclusão de novas vozes e o surgimento de uma nova forma de se comunicar, além da relação de fortalecimento mútuo entre esses movimentos.”

Para ela, essa mudança também parte hoje de dentro das organizações e instituições da sociedade civil brasileira. “Todo o

p.122 — esforço atual feito pela **Conectas para ter uma equipe menos branca**, mais diversa e

que traga a realidade do mundo e do Brasil para dentro da organização é fundamental.”

Por *Fabiana Moraes*

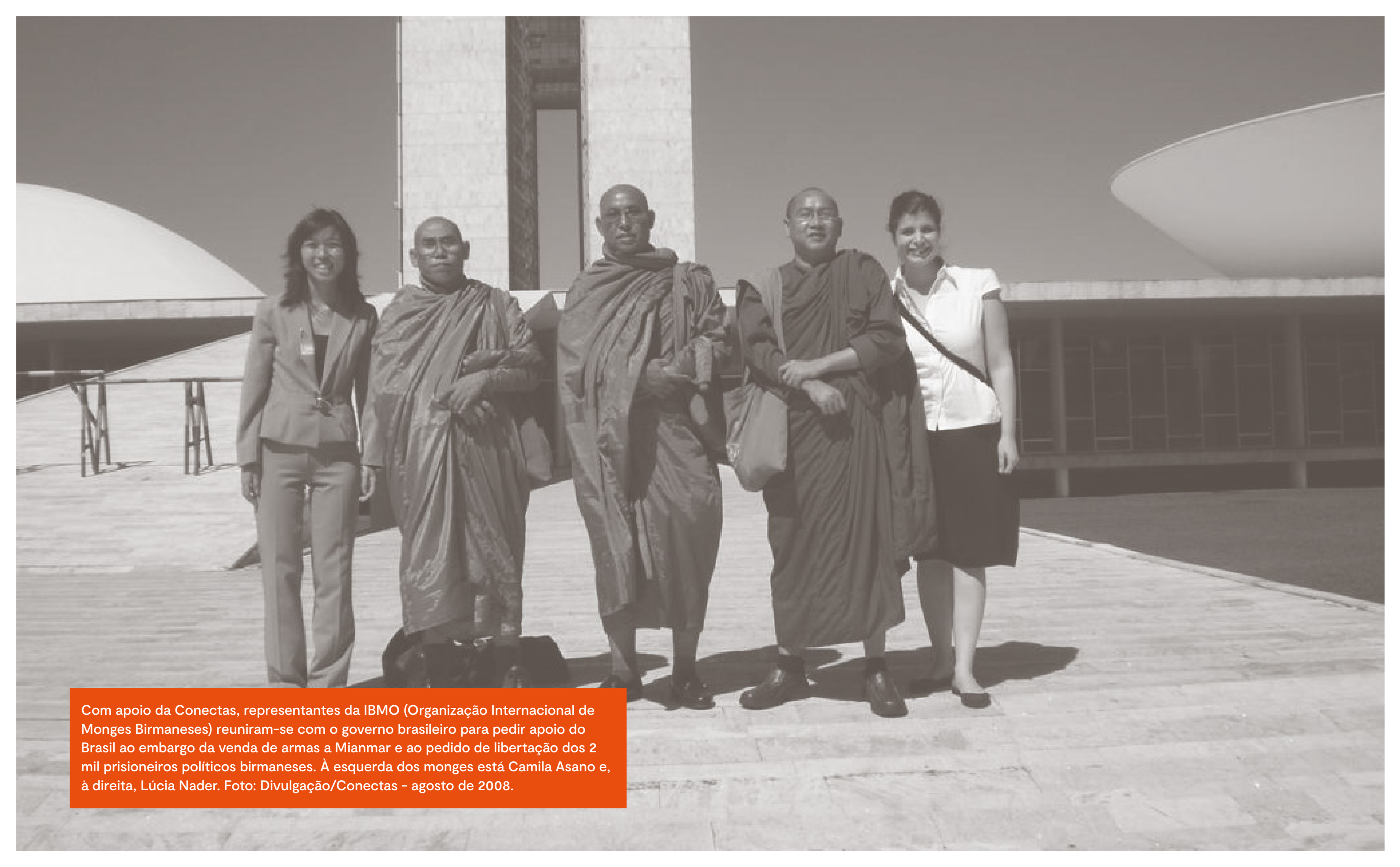
LEIA MAIS

+ Cinco razões para temer a inovação, por Lucia Nader e José Guilherme F. de Campos – *Sur* 23 (2016)

+ Organizações sólidas em um mundo líquido, por Lucia Nader – *Sur* 20 (2014)

+ A construção de uma organização internacional no/do Sul, por Malak El-Chichini Poppovic e Lucia Nader – *Sur* 15 (2011)

+ O papel das ONGs no Conselho de Segurança da ONU – *Sur* 7 (2007)



Com apoio da Conectas, representantes da IBMO (Organização Internacional de Monges Birmaneses) reuniram-se com o governo brasileiro para pedir apoio do Brasil ao embargo da venda de armas a Mianmar e ao pedido de libertação dos 2 mil prisioneiros políticos birmaneses. À esquerda dos monges está Camila Asano e, à direita, Lúcia Nader. Foto: Divulgação/Conectas - agosto de 2008.

Eloísa Machado de Almeida

BRASIL, SÃO PAULO

ADVOGADA

PROFESSORA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E
COORDENADORA DO SUPREMO EM PAUTA DA FGV
DIREITO SP, FOI COORDENADORA DE LITIGÂNCIA
ESTRATÉGICA DA CONECTAS

LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA PERSISTENTE CRIOU NOVO MODELO DE ORGANIZAÇÃO CIVIL

Advogada que inaugurou área de litígio da Conectas redirecionou carreira após detectar tortura em unidade de privação de liberdade

Em 2003, a jovem advogada Eloísa Machado de Almeida, então com 24 anos, foi convidada para implementar um programa de Justiça e de advocacia estratégica na Conectas. Ela acabaria ajudando a desenhar o Artigo 1º, um programa dedicado a combater a violência institucional, em especial aquela ligada aos presídios e ao sistema socioeducativo para adolescentes privados de liberdade, além de casos de tortura e de execução sumária.

A ação da Conectas e o foco do programa faziam todo o sentido na trajetória que Eloísa começara a construir e que visava à defesa de direitos humanos de adolescentes privados de liberdade.

Esse percurso teve início quando, ainda estudante de Direito, Eloísa se entediou

com o estágio que realizava em um escritório de advocacia paulistano. Resolveu então prestar concurso para outro estágio em um projeto chamado Olha o Menino, que pretendia aprimorar a defesa técnica de adolescentes acusados de prática infracional ou em cumprimento de medida socioeducativa.

O projeto reunia a antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem, hoje rebatizada Fundação Casa), a Procuradoria de Assistência Judiciária do Estado de São Paulo e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, o ILANUD, à época dirigido por seu professor de Direitos Humanos na PU-C-SP, **Oscar Vilhena Vieira**.

“É um pouco ingênuo trabalhar com direitos humanos e achar que você consegue fazer um golaço e rapidamente mudar uma situação. É preciso muita persistência”

Eloísa Machado de Almeida

— p.30

“Na época, eu também fazia Ciências Sociais, um curso no qual eu enfrentava essas questões de desigualdade e violência. Estava com esses temas em ebulição na cabeça”, lembra ela, ao citar os incentivos para a mudança de rumo.

Eloísa foi alocada em uma unidade de internação da Febem localizada no famigerado (e, anos depois, extinto) Complexo do Tatuapé. Considerada problemática, a unidade abrigava jovens reincidentes e condenados por crimes violentos. Seu primeiro dia de trabalho, portanto, já envolveria algum nível de tensão, mas ela não imaginava o quão grande seria.

“Era a primeira vez que eu entrava em uma unidade de privação de liberdade. Peguei os prontuários e comecei a chamar os meninos por ordem alfabética, para não ter confusão”, diz. Ao final da conversa com o primeiro jovem, a quem Eloísa explicou seu processo, ela ouviu: “A senhora é gente boa. Se eu fosse a senhora, ia embora daqui agora mesmo.” Como assim? “Eu ia embora agora. Agora.”

Na dúvida, Eloísa pegou suas coisas e foi de lá diretamente para o fórum, onde relatou o ocorrido ao procurador responsável. Após um telefonema, ela descobriu que uma grande rebelião havia irrompido no local. “Era o famoso ‘a casa virou’. E eu fiquei muito impressionada com tudo aquilo: aquele lugar horrível que era o Complexo do Tatuapé e as consequências da rebelião.

Quando consegui entrar novamente na unidade, dois dias depois, os meninos estavam todos estourados.”

Os jovens atendidos por ela entravam feridos: hematomas, cortes na cabeça, curativos de esparadrapo. “Anotei tudo e levei ao procurador. Foi meu primeiro caso de tortura”, lembra. “Nesse dia, eu pensei: não vou mais parar de fazer isso. Eu não podia parar. Não me saía da cabeça que, se eu não estivesse ali, ninguém ficaria sabendo daquilo. E, por isso, me entreguei de corpo e alma a esse trabalho.”

Quando entrou na Conectas, sua relação prévia com a Associação das Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco (AMAR), que reunia parentes de jovens em medida socioeducativa na Febem, criou um fluxo contínuo de relatos de violações por parte do Estado. Eram torturas, assassinatos e suicídios. “Éramos um pára-raios das famílias que vinham buscar ajuda. Foram quase 30 casos de mortes de jovens dentro de unidades da Febem. E, além das ações individuais de responsabilização e indenização, começamos a fazer ações coletivas pela interdição de unidades”, conta.

A proliferação desses pedidos de interdição, em especial do Complexo do Tatuapé, maior e mais antiga unidade da Febem, foi parar na Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 2005, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou a adoção de medidas para garantir a integridade física

dos adolescentes do Complexo do Tatuapé, e teve início a desativação de suas 18 unidades, substituídas por outras menores, com capacidade para no máximo 56 jovens.

Muitas dessas ações configuram o que se chama de litígio estratégico em direitos humanos. “É quando a construção de um caso levado aos tribunais almeja não só a sua resolução, mas um objetivo maior, que pode ser de diversas naturezas”, explica a advogada, que hoje é professora de Direito Constitucional da FGV Direito SP. “Esse objetivo pode ser a criação de um instrumento processual novo ou de uma jurisprudência, pode ser mudar um padrão de indenização ou acabar com uma violência sistemática.”

“É um trabalho exaustivo e que em geral demora para dar resultado. É um pouco ingênuo trabalhar com direitos humanos e achar que se consegue fazer um golaço e rapidamente mudar uma situação. É preciso muita produção de provas, depoimentos, idas e vindas ao fórum e ao Instituto Médico Legal. É preciso pensar e repensar, recuar, conversar com as pessoas. É preciso muita persistência”, afirma. “É essa persistência rendeu uma avalanche de litígios. Nós não dávamos sossego para essas instituições. E acho até que ajudamos a desenvolver a área correcional da infância de tanto processo que jogamos lá.”

Para ela, a Conectas conseguiu fazer diferença ao promover uma litigância

estratégica persistente, de qualidade e por um longo período. Com isso, criou um modelo de sociedade civil que se dedica a esse tipo de atividade.

Eloísa guarda na memória alguns casos que se tornaram especiais. Além dos litígios envolvendo o Complexo do Tatuapé, há o caso da interdição do presídio do Guarujá, superlotado e que misturava adultos e adolescentes, e das ações que se seguiram aos chamados **Crimes de Maio de 2006**, quando mais de 500 pessoas foram assassinadas por grupos de extermínio após ataques às forças de segurança promovidos pelo PCC.

A equipe de Justiça da Conectas buscou o Conselho Regional de Medicina para que supervisionasse a produção de laudos dos exames necroscópicos daquelas mortes e garantisse sua qualidade. A equipe também organizou um evento para denunciar as mortes, ao qual compareceram policiais, alguns vestindo camisetas estampadas com a caveira símbolo dos grupos de extermínio. “Deu uma confusão danada”, lembra ela. “E eu fiquei morrendo de medo”, admite.

Para amparar as acusações, a Conectas também fez uma parceria com o pesquisador Ignácio Cano, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que produziu um estudo sobre execuções sumárias perpetradas por policiais e grupos de extermínio. “O estudo amparou as ações, e requisitou a federalização dos casos, que também foram apresentados ao Sistema Interamericano

de Direitos Humanos.”

A advogada admite que trabalhar com casos dessa natureza “envolve um turbilhão de emoções” e que, após os Crimes de Maio, percebeu que estava desgastada por haver lidado com tantas formas de violência e por tantos anos. Eloísa passou a se dedicar mais ao trabalho que a Conectas já vinha realizando de supervisionar as ações que corriam no Supremo Tribunal Federal (STF).

“Para quem fazia os litígios que nós fazíamos, trabalhar com Direito Constitucional e teoria comparada, como no projeto do Supremo, era uma diversão. Funcionava como o nosso parquinho, nosso descanso”, brinca. Nesse contexto, partiu de Oscar Vilhena Vieira a ideia de buscar casos ligados a direitos humanos em que a Conectas pudesse atuar no próprio tribunal como *amicus curiae* (expressão em latim que significa “amigo da corte” e designa uma entidade admitida a participar de uma ação judicial para fornecer argumentos jurídicos ou subsídios técnicos para auxiliar os juízes na tomada de decisão).

Com isso, a organização passou a atuar em uma gama bastante variada de temas, como os julgamentos do Estatuto do Desarmamento, a instituição de cotas raciais nas universidades públicas, o uso de células-tronco em pesquisas científicas, **p.164 — o aborto de embriões anencéfalos e a demarcação de terras indígenas.**

“Fazer sustentação no STF era o ápice”, lembra ela. “Sempre dava um friozinho na barriga.”

Essa atuação próxima do Supremo se tornaria seu objeto de pesquisa, e ela acabaria por explorar, tanto em seu mestrado quanto em seu doutorado, a participação da sociedade civil no STF por meio do instrumento do *amicus curiae*. “Nessas pesquisas, pude constatar que a Conectas é uma das organizações mais relevantes no Supremo por sua atuação como *amicus curiae*.” Hoje, ela coordena o Supremo em Pauta, um grupo de análise sobre o tribunal na FGV Direito SP.

Para Eloísa, um dos fatores que se mostraram fundamentais para o sucesso dos casos de litigância e para a atuação da organização na condição de *amicus curiae* foi a afinidade construída entre os membros da equipe que formava o então programa de Justiça da Conectas.

Diante dos desafios postos hoje no Brasil, a jurista avalia que as instituições de direitos humanos precisam evoluir para acompanhar a complexidade das novas demandas. **“O Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a ONU e o Tribunal Penal Internacional têm muitas limitações e precisam ser melhores porque não estão preparados para o que está acontecendo hoje.** Precisamos ser capazes de aprimorar essa institucionalidade.”

Por *Fernanda Mena*

LEIA MAIS

+ **Advocacia Estratégica em Direitos Humanos, por Oscar Vilhena Vieira e Eloísa Machado de Almeida, *Sur* 15 (2011)**



Sessão do Supremo Tribunal Federal que julgou a ADI 3330 sobre a constitucionalidade das ações afirmativas no Programa Universidade para Todos (ProUni). Conectas participou da ação como *amicus curiae* e defendeu as cotas raciais. Crédito: Carlos Humberto/STF - maio de 2012

Frans Viljoen

ÁFRICA DO SUL

JURISTA

DIRETOR DO CENTRO DE DIREITOS HUMANOS
DA UNIVERSIDADE DE PRETÓRIA. PARCEIRO DA
CONECTAS EM PROJETO SOBRE SUPREMAS CORTES

CRISE AMBIENTAL AFETARÁ OS MAIS VULNERÁVEIS E O PENSAMENTO SOBRE DIREITOS HUMANOS

Para professor sul-africano, Conectas foi pioneira nas parcerias entre pesquisadores de Brasil, África do Sul e Índia

Frans Viljoen cresceu numa pequena cidade do interior da África do Sul e sempre sentiu profundo desconforto com a desigualdade material e racial que testemunhava como branco e privilegiado durante o regime do apartheid. Foi só na universidade, em meados dos anos 1980, que ele realmente entendeu o significado daquela segregação da população negra de seu país.

Como parte de suas tarefas no movimento estudantil, Frans dava aulas para jovens em favelas. “Essas interações aconteceram no auge dos estados de emergência na África do Sul e me deram oportunidade de entender o que meus conterrâneos passavam e o impacto das políticas de segregação sobre vários aspectos das vidas daquelas pessoas.”

Depois de terminar a faculdade, Frans se tornou promotor público. “No departamento onde eu trabalhava, o que era considerado uma grande façanha era conseguir condenar alguém à pena de morte”, lembra. “Mas, para mim, foi profundamente traumatizante ver o efeito desumanizador da pena de morte em todas as pessoas envolvidas no processo.”

O jurista avalia que a experiência com esse tema foi determinante para seu envolvimento com os direitos humanos. “Logo depois que deixei a promotoria, fui trabalhar como advogado pro bono, defendendo pessoas condenadas à pena de morte”, relata ele. “Esse tema unia minhas preocupações em relação a raça, desigualdade e desumanização e se tornou o assunto que

“Qual é a composição da organização? Qual é sua legitimidade para falar de questões raciais? Antes, passava-se por cima dessas questões. Não mais”

Frans Viljoen

mais estudei e ao qual mais me dediquei.”

Hoje, Frans é diretor do Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória. Seu primeiro contato com a

p.30 — Conectas foi por meio de **Oscar Vilhena Vieira, um dos COFUNDADORES da organização**, que estava coordenando uma pesquisa comparativa entre as cortes constitucionais de Brasil, África do Sul e Índia. “Foi uma experiência muito transformadora”, afirma. “A partir dela, muitos pesquisadores abriram seus olhos para o Sul Global e começaram a fazer outros estudos comparativos.”

A existência de uma voz do Sul Global e de sua perspectiva foi o que impulsionou o projeto, que envolveu também o jurista Upendra Baxi e resultou na publicação de “Transformative constitutionalism: comparing the apex courts of Brazil, India and South Africa”, de 2013. “Mas quem puxou essa colaboração e concretizou esse olhar e quem forjou as relações entre os diferentes pesquisadores e instituições foi a Conectas.”

p.18 — Para Frans, a **Conectas acabou se transformando em uma espécie de modelo para outras organizações do Sul Global**, incluindo o Centro de Direitos Humanos que dirige em Pretória. “A ONG deu a partida para um trabalho na área de política externa e direitos humanos, de comparação das revisões periódicas universais, por exemplo, que, com o surgimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, tornou-se muito útil”, diz. “Nós aqui no Centro de Direitos

Humanos tentamos emular o trabalho deles, usamos a sua metodologia de trabalho, e isso foi muito útil para construirmos uma voz crítica quando a África do Sul deixou de ser um país focado em direitos humanos no âmbito de suas relações exteriores.”

Também a **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, diz, tornou-se o padrão-ouro para as revistas acadêmicas de direitos humanos. Frans edita o periódico *African Human Rights Law Journal* – segundo ele, “terrivelmente chato em comparação com a *Sur*”.

Para Frans, a *Sur* causou um terremoto em termos do que é possível fazer em uma revista acadêmica de direitos humanos, tais como a publicação de todos os artigos em três línguas, o trabalho de edição para tornar os textos úteis e sucintos, os gráficos, as fotos, a beleza do *layout*. “A *Sur* é única porque é indexada, mas ainda assim consegue se comunicar de forma muito inovadora e nos desafia a todos: será que conseguimos tornar nossos artigos mais acessíveis, mais úteis?”, questiona. “Fico maravilhado a cada vez que recebo um exemplar, não apenas esteticamente, mas também em termos do que a Conectas tenta — e consegue — alcançar para ter impacto no nosso campo.”

Ainda assim, acredita o jurista, a Conectas e todas as outras organizações de direitos humanos do Sul Global terão de enfrentar muitos desafios nas próximas décadas. O primeiro deles é o de dar

à questão climática a importância e a urgência que merece, mas mantendo a sua própria integridade. “A integridade de uma organização deriva do seu histórico de trabalho em alguns temas em particular, e as organizações de direitos humanos não têm uma tradição de trabalhar nesse campo”, diz.

Mas, segundo ele, a resposta a esse dilema pode estar justamente em não perder o foco de trabalho que sempre tiveram. “Ao mesmo tempo em que não queremos ser aproveitadores, que começam a trabalhar num tema porque é aquele que os financiadores estão apoiando agora, **não podemos fechar os olhos para as mudanças que têm ocorrido e que vão ocorrer no nosso planeta. Como sempre, elas vão afetar principalmente os indivíduos e comunidades mais vulneráveis e marginalizados**, e são os direitos desses grupos que sempre foram o foco de nosso trabalho.”

Para trabalhar com novos temas como esse, as organizações de direitos humanos terão de se esforçar para construir uma multidisciplinariedade genuína. **p.134 —** **“Temos de integrar nosso foco tradicionalmente jurídico a outras áreas para criar novas abordagens”**, afirma. “Temos que pensar em integrar redes que incluam atores globais ligados à sociologia, à antropologia, à economia, à biomedicina, e a partir daí criar novas formas de pensar sobre as questões da nossa época.”

Outro desafio, prevê Frans, será o de

integrar a perspectiva internacional, que sempre foi a marca de organizações como a Conectas, ao trabalho de denunciar e reverter as violações de direitos no nível local. Segundo ele, depois de Trump e a onda de populismo que elegeu, entre outros, o atual presidente brasileiro Jair Bolsonaro, “o multilateralismo não é mais o que era”. A pandemia de Covid-19 também fez com que as nossas preocupações se voltassem para círculos mais próximos, além de ter exacerbado problemas como o desemprego e a fome, que exigem atenção local imediata.

“A crescente indiferença ao que acontece além da esfera nacional vai piorar — e há uma legitimidade nessa preocupação com questões urgentes e locais — e **será cada vez mais difícil defender de forma coerente e convincente a perspectiva internacional, multilateral dos direitos humanos, na qual baseamos tanto de nosso trabalho**”, diz. Para ele, o desafio será encontrar um equilíbrio. “Não estou sugerindo que abandonemos o trabalho internacional, mas precisamos integrá-lo ao nacional, de forma que ele seja útil também localmente e que dialogue com as preocupações cotidianas das pessoas.”

Segundo Frans, para encontrar esse equilíbrio, é crucial participar não apenas de redes internacionais de organizações de direitos humanos, mas fortalecer as relações com organizações de base. O que, afirma, leva a outro desafio para organizações de

direitos humanos como a Conectas e seu próprio Centro de Direitos Humanos em Pretória: o de encontrar sua posição, seu lugar, num mundo que questiona cada vez mais a legitimidade de pessoas e organizações tradicionalmente “elitistas” para falar em nome dos grupos mais afetados pelas violações de direitos humanos.

“A África do Sul e o Brasil estão entre os países mais desiguais do mundo”, diz. “Como lidar com tamanha desigualdade, com o racismo, com as injustiças que derivam daí? Qual é o lugar de uma organização internacional de direitos humanos numa questão como essa?”

Segundo ele, as gerações mais novas são muito mais críticas do que as gerações anteriores em relação a essas questões, tais como a composição da organização, seu modo de operar e seus parceiros. “Por exemplo, qual é sua legitimidade para falar de questões raciais? Antes, passava-se por cima dessas questões, mas não mais.” É preciso falar sobre isso, decidir quem você quer ser e encontrar um lugar, uma posição como organização, afirma o jurista.

Por Maria Brant



ISSN 1806-6445

v. 11 • n. 20 • Jun./dez. 2014

20 EDIÇÃO COMEMORATIVA

Português

EDIÇÃO COMEMORATIVA
DIREITOS HUMANOS EM MOVIMENTO

sur

20

15 revista internacional de direitos humanos

À esq., capa da edição de número 20 da Sur. À dir., capa da edição de número 28 da revista. Crédito: Reprodução



ISSN 1806-6445

v. 15 n. 28 São Paulo Dez. 2018

28

sur

Português

revista internacional
de direitos humanos

edição

28

15 revista internacional de direitos humanos

Custódio Duma

MOÇAMBIQUE

ADVOGADO

EX-PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS

CURSO NO BRASIL MUDOU REALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Advogado criou a mais importante entidade LGBTQIA+ do país após formação em direitos humanos da Conectas

Quando saiu de Moçambique, em 2005, para tomar parte na formação em direitos humanos promovida pela Conectas, em São Paulo, o advogado Custódio Duma era um. Quando voltou para casa, já era outro e estava irremediavelmente tocado por uma noção de direitos humanos para além daquela que trouxe na mala em sua viagem para o Brasil.

Entre as mudanças, estava a compreensão de que não era possível, por exemplo, garantir a dignidade das pessoas enquanto certos temas e discussões permanecessem silenciados. “Para nós, era um tabu falar de gays e lésbicas, por exemplo. Quando fui ao Brasil, tinha um pensamento sobre isso. Quando regresssei, meu entendimento sobre o tema estava transformado.”

Em 2004, Custódio já havia experienciado suas primeiras discussões em direitos humanos quando participou de um **exercício realizado na Universidade de Pretória, na África do Sul**: um julgamento fictício. E foi lá que descobriu existir uma formação no Brasil voltada para ativistas de países africanos cuja língua oficial fosse o português.

Naquele ano, surgiu o Programa de Direitos Humanos para a África Lusófona, uma parceria da Conectas com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), financiada pela Open Society Foundations (OSF). O programa selecionava ativistas a partir de projetos a serem desenvolvidos ao longo de um ano e buscava promover uma simbiose entre formação acadêmica - em cursos de graduação e de

“A formação habilitou-me a ser mais interventivo, não só de forma apaixonada, mas também de forma mais elaborada e incisiva”

Custódio Duma

pós-graduação na universidade – e vivência e estágio em organizações ligadas a direitos humanos.

O advogado planejava fazer sua formação em Pretória, mas a oportunidade de estudar em língua portuguesa e no Brasil falou mais alto. Ele se inscreveu no programa e foi selecionado junto com mais quatro colegas, todos de Moçambique. No Brasil, Custódio participou de aulas da PUC, visitou várias organizações e fez uma imersão no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), em Salvador (BA).

“A formação fez com que nos tornássemos uma das primeiras gerações de jovens advogados de Moçambique com formação específica em direitos humanos”, explica ele. “Quando regressamos do Brasil, criamos a maior organização LGBTQIA+ do país, a Lambda. E isso aconteceu por conta dos trabalhos e do conhecimento adquirido no Brasil, com professoras como Flávia Piovesan.”

Para ele, sua formação como jornalista ajudou bastante a forjar sua atuação como advogado de direitos humanos. Mas fundamental mesmo foi a oportunidade que teve no Brasil. Custódio avalia que o programa deu consistência a suas ações e falas, tornou sua atuação mais incisiva e elaborada e, assim, mais proativa. Além disso, a vivência no país incluiu sua participação no já tradicional Colóquio Internacional de Direitos Humanos.

Essa experiência inseriu Duma em **uma rede internacional de ativistas do Sul Global**, a mesma que, diz, o circunda até os dias de hoje. “Esses contatos se efetivaram bastante no Colóquio Internacional daquele ano”, lembra ele. — p.108

Durante a duração do programa, Custódio e seus colegas africanos todos negros, residiram nos Jardins, bairro de classe alta da capital paulista. Eles nunca passavam despercebidos por onde iam, o que lhes rendeu experiências contraditórias nas ruas e nos espaços de convívio do Brasil. Se, por um lado, Custódio percebia olhares de admiração acompanhando o grupo, por outro, notou perseguições e preconceitos, em especial na atitude de seguranças dos shopping centers que às vezes frequentavam. “Era um pouco embaraçoso, não estávamos acostumados a isso”, revela. **“Foi a primeira experiência com o racismo da minha vida”**. — p.122

Na volta para casa, Custódio encontrou uma Moçambique diferente daquela que observa agora em 2021. Em 2005, o país tinha cerca de 600 advogados para uma população de 30 milhões de pessoas, e era dramática a combinação de pobreza e vulnerabilidade extrema com a falta de letramento em direitos humanos do pequeno grupo de advogados moçambicanos. Hoje, Moçambique registra 2.200 advogados na ordem dos profissionais do país.

De lá para cá, Custódio integrou a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, organização criada em 1995 voltada a denúncias de violações e de outras arbitrariedades. Com sede na capital, Maputo, e presente em todas as províncias do país, a Liga foi base para a projeção de Custódio na defesa dos direitos humanos.

Em 2012, foi criada a primeira Comissão Nacional dos Direitos Humanos do país, e Custódio foi nomeado pelo então presidente de Moçambique, Armando Guebuza, para liderar o grupo de 11 juristas e ativistas. Ele esteve à frente da Comissão até novembro de 2017.

“Vimos crescer o número de faculdades de Direito e o entendimento do que são os direitos humanos”, aponta ele. “A ordem dos advogados de Moçambique tem hoje uma comissão voltada para esse tema, e isso é resultado de um ativismo muito forte.” Custódio acredita que a linguagem de direitos humanos se popularizou no país antes que os direitos pudessem ser colocados em prática.

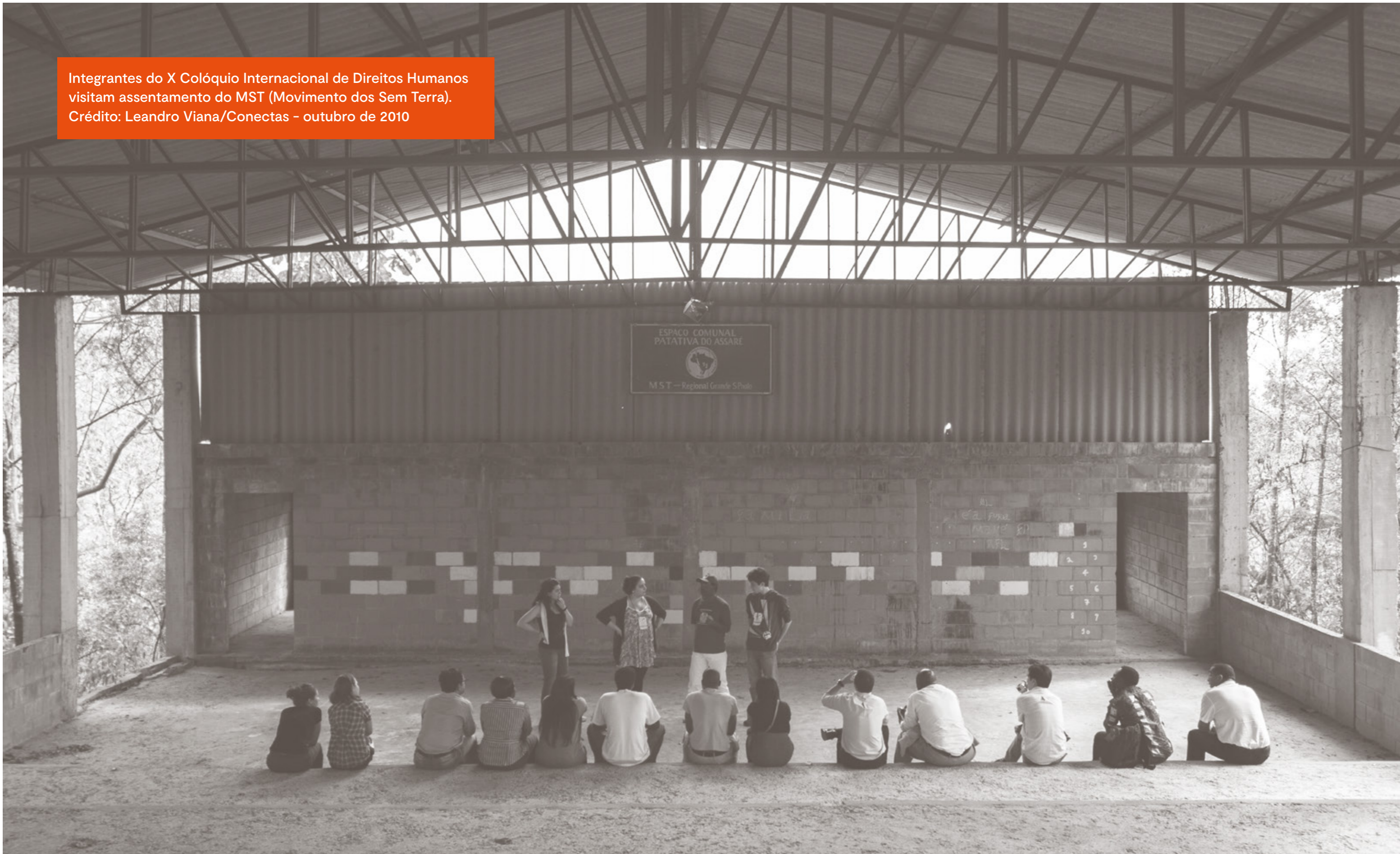
O Índice de Desenvolvimento Humano da ONU de 2019 informa que Moçambique ocupa uma das últimas posições no ranking global de desenvolvimento: está na posição 181 de uma lista de 189 nações.

Para Custódio, o agir coletivo está na base das mudanças necessárias ao país. **“Precisamos despertar para uma nova luta, não para depor nossos governos,**

mas para chamar a atenção para uma sociedade que, se mais radicalizada e menos humanista, só pode nos conduzir a um colapso”, avalia. “Hoje, pensamos na realização da própria vida sem pensar na realização dos outros. Nós tínhamos aquele ideal africano de ubuntu, de coletividade, e esse ideal está aos poucos se perdendo para um individualismo superficial. Precisamos despertar para um novo engajamento e para uma nova libertação.”

Por Fabiana Moraes

Integrantes do X Colóquio Internacional de Direitos Humanos visitam assentamento do MST (Movimento dos Sem Terra).
Crédito: Leandro Viana/Conectas - outubro de 2010



Otto Saki

ZIMBÁBUE

JURISTA

OFICIAL DE PROGRAMAS PARA ENGAJAMENTO
CÍVICO E GOVERNAMENTAL DA FUNDAÇÃO
FORD NA ÁFRICA DO SUL

ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CONFERIU CREDIBILIDADE ÀS VOZES DO SUL GLOBAL

Com trabalho equivalente ao de ONGs do Norte (ou melhor), Conectas obrigou governos a ouvir ativistas sem intermediários

“A Conectas é atrevida”, define Otto Saki. “É uma organização relativamente nova, vinda do Sul Global, mas que atua como uma Anistia Internacional, uma Human Rights Watch ou uma FIDH, que são enormes e que existem desde os anos 1960 e 1970.”

Para o advogado nascido no Zimbábue, é por causa dessa ousadia que a parceria com a Conectas contribui para dar **credibilidade ao trabalho de organizações operando no Sul global**. Ajudou, por exemplo, a constranger o governo do ex-revolucionário e ditador zimbabuano Robert Mugabe a responder a denúncias de violações de direitos humanos diante da ONU.

“Se a Human Rights Watch publica uma denúncia de violações de direitos humanos no Zimbábue, o governo não vai nem

se preocupar em falar sobre o conteúdo em si; vai simplesmente dizer que é mais uma organização branca do Norte blá, blá, blá”, afirma Otto. Mas, se a denúncia vier de uma organização brasileira, diz ele, o governo vai ter mais trabalho para desmerecê-la. “Eles não podem dizer que é uma organização do Norte — aí, olham quem são os financiadores e constatam que o governo americano não está entre eles”, diz. “Então, se veem obrigados a se manifestar em relação ao conteúdo da denúncia.”

O envolvimento de Otto com direitos humanos começou na Universidade do Zimbábue, onde estudou Direito e se engajou no movimento estudantil. “Naquela época - e ainda hoje - você corria o risco de ser expulso ou suspenso caso se opusesse às

“O capitalismo está funcionando? Para quem? E a democracia? Se não estão, o que podemos colocar em seu lugar? E, se estão, como podem ser aperfeiçoados? Essas são perguntas urgentes”

Otto Saki

autoridades da universidade; eu mesmo fui suspenso por uns seis meses”, conta. “E, por isso, professores me colocaram em contato com organizações de direitos humanos.”

Ele conta que, primeiramente, se envolveu com as organizações como forma de dar apoio e solidariedade a outros estudantes que sofreram punições por sua atuação no movimento. Depois, acabou trabalhando também com camponeses que haviam sido expulsos de suas terras pela reforma agrária do governo de Mugabe. “Isso me deu direção e propósito”, afirma.

Segundo ele, a opção por trabalhar com direitos humanos não foi recebida com grande entusiasmo por sua família e parte de seus amigos. “O que se esperava é que eu fosse trabalhar como advogado em algum escritório privado, fazer algo que fosse financeiramente compensador”, lembra. Não foi o caso, mas Otto não se arrepende. “Sei que não tenho a vida de uma celebridade ou de um figurão da advocacia, mas saber que ajudei a transformar a vida de pessoas, que contribuí para algo de positivo, é muito recompensador; não teria escolhido outro caminho.”

Hoje, Otto trabalha no escritório sul-africano da Fundação Ford como oficial de programas de engajamento cívico e governamental. Ele conheceu a Conectas anos antes, quando dirigia a organização Lawyers for Human Rights, no Zimbábue. “Nós estávamos tentando identificar plataformas

nas quais pudéssemos avançar em diálogos sobre a responsabilização do governo em violações de direitos humanos que ocorriam no Zimbábue na época”, conta. “E o Brasil estava, por um lado, se tornando um ator importante em diferentes plataformas internacionais, incluindo a ONU, e, por outro, tomando decisões sobre investimentos em agricultura, tecnologia e outras indústrias em muitos países africanos, incluindo o Zimbábue.”

Otto conta que, ao mesmo tempo, a conversa sobre a cooperação Sul-Sul estava ganhando força, e o Brasil, a Índia e a África do Sul, sob a iniciativa dos BRICS, haviam tomado a liderança na articulação de ideias e políticas para resolver os problemas políticos e econômicos que alguns países enfrentavam em suas respectivas regiões ou em regiões sob sua influência.

A Lawyers for Human Rights estabeleceu uma parceria com a Conectas e também passou a frequentar o Colóquio Internacional de Direitos Humanos e percebeu que o evento havia se tornado um **importante espaço de troca e diálogo — p.80 com organizações da África lusófona e FRANCESA**. Finalmente, as duas organizações tiveram atuações conjuntas na ONU, tais como as denúncias de violações pelo governo de Mugabe, que a Conectas “se atreveu” a capitanear.

Segundo Otto, o fato de a Conectas ter mantido um escritório em Genebra por

muitos anos foi crucial para a organização ganhar a credibilidade que ganhou¹. O engajamento das organizações de direitos humanos, a despeito de todo o discurso e dos esforços pela autonomia do Sul Global, diz, ainda é muito direcionado a algumas poucas instituições, onde atuam alguns poucos — e grandes — atores. “É um espaço capturado”, afirma. “É triste que o escritório da Conectas tenha fechado porque é um espaço que foi difícil conquistar e que se fecha para outros atores também.”


Outro espaço importante aberto pela Conectas, para Otto, foi aquele da reflexão sobre direitos humanos, na *Sur — Revista Internacional de Direitos Humanos*. “A *Sur* contribui para que os ativistas também sejam críticos e pensem sobre o que estão fazendo”, diz. **“Sim, sabemos que os direitos humanos são para todos, mas também sabemos que há impedimentos muito práticos que os Estados enfrentam por causa de fatores políticos, econômicos e outros — é preciso documentá-los e olhá-los de um ponto de vista analítico, e não apenas repetir slogans.”**

Para Otto, um dos principais desafios a ser enfrentado pelo movimento de direitos humanos na próxima década será precisamente o de refletir sobre modelos políticos. “O capitalismo está funcionando? Para quem? E a democracia? Se não estão, o que podemos colocar em seu lugar? E, se estão, como podem ser aperfeiçoados?”, indaga. “Essas são

perguntas urgentes, e precisamos tentar respondê-las, mas sem cair nas armadilhas da extrema-direita, que as está respondendo, mas de uma forma muito, muito diferente da nossa perspectiva.”

por *Maria Brant*

1. De 2010 a 2017 a Conectas teve uma representação permanente em Genebra conjuntamente com CELS (Argentina) e Corporación Humanas (Chile), em um formato inovador de parceria e compartilhamento de custos e estratégias. O projeto foi concluído em dezembro de 2017 por conta de seus altos custos.



Distrito de Paracatu de Baixo, Mariana (MG), atingido por rompimento da Barragem de Fundão. Conectas apoia os atingidos nas suas demandas por reparações, em particular nas articulações junto aos investidores estrangeiros. Crédito: Isis Medeiros - setembro de 2016

Débora Maria da Silva

BRASIL, PERNAMBUCO ATIVISTA

COFUNDADORA DO MOVIMENTO MÃES DE MAIO

UMA TRAJETÓRIA FEITA DE LUTO QUE SE TORNOU LUTA E UNIU MÃES DE TODO O BRASIL

Ativista explica como o assassinato do filho nos Crimes de Maio de 2006 transformou dor em movimento para exigir responsabilização

Em março de 2005, em São Paulo, um ex-policia civil sequestrou o enteado do homem apontado como líder do PCC, o Primeiro Comando da Capital, na tentativa de extorquir o narcotraficante. O crime, somado a outras disputas entre Estado e tráfico, produziu um trágico efeito dominó que marcaria para sempre a história brasileira.

Pouco mais de um ano depois, a partir do dia 12 de maio de 2006, teve início uma matança que em duas semanas alcançaria um saldo de 59 agentes do Estado e mais de 500 civis assassinados. Os chamados Crimes de Maio conseguiram ultrapassar em poucas semanas o número oficial de mortos pelo Estado nos 21 anos de ditadura militar no Brasil.

Naquele momento, ficou exposta uma

longeva relação entre poder público e organizações criminosas: uma rede formada por policiais, escrivães, delegados e grupos de extermínio compôs a trilha de sangue na qual centenas de civis foram assassinados, entre eles o gari Edson Rogério Silva dos Santos, então com 29 anos.

Edson Rogério era filho de Débora Maria da Silva, 62, fundadora do Movimento Independente Mães de Maio, criado a partir do luto das mães que perderam seus filhos assassinados durante aquele terrível mês de 2006. Foi ao ouvir um programa de rádio que Débora descobriu que seu filho havia sido morto, quando o locutor citou os nomes das vítimas e comentou: “Mataram um monte de neguinho”.

Os homicídios ocorridos neste período

“Só fui descobrir direitos humanos quando mataram meu filho. E aí descobri que direitos humanos somos nós mesmas: pessoas que lutam pelo direito à vida, moradia digna, comida, saúde e educação”

Débora Maria da Silva

vitimaram uma maioria de jovens negros das periferias de São Paulo e da Baixada Santista, onde Débora criou os três filhos, entre Santos e São Vicente.

Em comum, a maioria das mortes guardava características de execução sumária em circunstâncias típicas da ação de esquadrões da morte — grupos de policiais que surgiram no Brasil durante a ditadura para vingar a morte de colegas e que passaram a executar quem quer que fosse considerado suspeito ou inconveniente.

E há quem enxergue nesse enredo a explicação para a morosidade e as negligências que marcaram as investigações desses assassinatos. “As investigações aqui não iam pra frente”, conta dona Débora, como passou a ser conhecida. “A gente apontava as evidências, e eles não davam a mínima. A gente ia ao Ministério Público, pior ainda. Era uma dança dos carimbos, e nada acontecia.”

Talvez também ajude a explicar o fato de 79 promotores de justiça do Ministério Público Estadual de São Paulo terem manifestado seu apoio à “eficiência da resposta da Polícia Militar, que se mostrou preocupada em restabelecer a ordem pública violada”, em ofício divulgado uma semana após os ataques. Anos depois, apenas dois dos promotores se declararam arrependidos.

Débora afirma que não foram sequer resgatadas as imagens das câmeras de segurança ao redor do posto de gasolina onde

Rogério foi visto pela última vez e onde teria sido abordado por policiais ao abastecer a moto, saindo da casa da mãe.

“Quando foram buscar as imagens, elas já tinham sido apagadas. A gente pensava que ia conseguir alguma coisa, uma justiça, mas foi um descaso muito grande e aquilo foi me deprimindo muito, muito, muito. Caí de cama e fui parar no hospital.”

A caminhada do luto à luta ganhou sentido ali, no quinto dia de internação hospitalar. Débora atribui a transformação de dor em movimento a um encontro sobrenatural.

“Eu tive uma visão. Ainda estava muito fraca para me levantar da cama, e meu filho apareceu pra mim”, diz. “Foi uma coisa muito estranha. Ele me puxou da cama com raiva, com a maior cara feia. Me sentou e falou: ‘Não quero a senhora aqui. Eu não volto mais, não adianta ficar assim. Vai pra luta.’”

Débora conta que ficou com medo, mas tentou se convencer de que aquilo era alucinação por causa dos remédios. “No dia seguinte, no banho, senti o braço dolorido e vi que ele tinha marcas roxas. Do outro lado, a mesma coisa. Aquilo me deu um choque muito grande.”

Dois dias depois, ao receber alta, Débora começou a ir atrás das mães de outras vítimas que tinha visto na TV ou sobre as quais tinha lido em jornais. Primeiro bateu na casa de Ednalva Santos, mãe do Marcos Rebello Filho, morto no Dia das

Mães. Juntas, foram atrás de Vera Freitas, mãe de Matheus de Andrade Freitas, cujo pai era um conhecido líder comunitário.

“Entramos pra dentro da favela, ninguém queria falar nada, mas acabamos achando a Vera, que contou toda a história e disse que conhecia a mãe da menina grávida de nove meses que foi assassinada, a Ana Paula Santos”, conta. “E, no dia seguinte, nós fomos atrás da mãe dela, a Vera Gonzaga, que ficou desconfiada e disse pra gente: ‘Vocês conhecem a história das mães de Acari? Nós vamos morrer assassinadas.’”

Vera Gonzaga se referia ao movimento de mães surgido no Rio em 1990 depois que 11 jovens desapareceram após uma abordagem policial em Magé, na Baixada Fluminense. Elas se mobilizaram para investigar os casos e exigir a responsabilização dos policiais. Uma de suas lideranças foi assassinada em 1993 em circunstâncias nunca explicadas.

Débora conseguiu contornar seus próprios medos e os das outras mães e formar um grupo. Descobriu que existiam, na capital paulista, um centro de atendimento a vítimas de violência, uma Ouvidoria da Polícia e um Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe). E organizou um bate-volta das mães da Baixada a São Paulo. “Eu nunca tinha ido pra São Paulo. Não conhecia São Paulo. Mas juntei as mães e falei: ‘Vamos, vamos, vamos!’”

Nascida em uma família de evangélicos que migraram de Pernambuco a São Vicente quando ela tinha apenas 3 anos, Débora foi criada de saia e cabelos longos, com muito medo de tudo, inclusive da cidade de São Paulo. O pai, religioso e conservador, excomungou-a quando ela cortou os cabelos. Depois, bateu nela quando modelou as sobrancelhas. E com frequência repetia uma história segundo a qual quem se perde em São Paulo nunca mais encontra o caminho de volta para casa.

“Pegamos o metrô e eu, apavorada, fazia as mães descerem a cada estação com medo de nos perdermos”, lembra ela. Depois de darem seus depoimentos na Ouvidoria, chegaram ao Condepe, onde foram recebidas pela jornalista Rose Nogueira, presidente do conselho e membro do grupo Tortura Nunca Mais.

“Foi lá que conhecemos pela primeira vez o que eram direitos humanos. A gente não tinha noção até a pedra cair no nosso telhado”, diz. “A Rose nos explicou quem eram as Mães da Praça de Maio, na Argentina. E a gente passou a se colocar no lugar de outras mães.”

Naquele dia, Rose tinha sobre a mesa uma pilha do livro Crimes de Maio, que o Condepe havia lançado poucas semanas antes, com textos de especialistas e relatórios da comissão independente que investigou as mortes. “A Rose me deu aquele livro e, no autógrafo, ela escreveu: ‘Débora, mãe

modelo do Brasil’.”

Com o livro, Débora e as colegas da Baixada descobriram que os casos extrapalavam, em muito, as mortes de seus filhos. E começava ali uma nova fase da jornada do Movimento Mães de Maio. Débora e suas colegas de luta depuseram à Comissão de Justiça e Paz, participaram de ato no Conselho Regional de Medicina (Cremesp) e organizaram uma passeata de uma igreja ao cemitério de Santos para marcar o primeiro ano dos assassinatos. Débora lembra que pediu à prefeitura para que a polícia não estivesse presente ao ato. Mas conta que viaturas policiais cantaram pneus em frente à igreja.

“Tentaram nos intimidar, nos colocar medo. Mas isso funcionou como uma munição de coragem”, avalia. “Eu era muito acelerada. Era barril mesmo, muito estourada. E disse: ninguém intimida as Mães de Maio porque lutar não é crime. Nós somos as verdadeiras defensoras de direitos humanos porque somos mães.”

p.156 — Àquela altura, **o grupo já tinha suas próprias propostas**, como bordar os nomes dos policiais nos uniformes (para evitar que eles pudessem retirar os crachás de identificação ao cometer irregularidades) e o fim da revista vexatória nos presídios, que inclui nudez e agachamentos.

“Eu não sabia nem falar no microfone. Eu tinha vergonha. Mas a dor me ensinou a falar e a colocar as pessoas para pensar:

ontem foi meu filho, amanhã pode ser qualquer outra pessoa”, afirma.

Em sua luta, repleta de pedras e percalços, mas também de avanços e parcerias, Débora encontrou a Conectas durante um evento que marcava os três anos dos Crimes de Maio, quando a organização lançou um relatório sobre todas as execuções ocorridas entre 12 e 21 de maio de 2006.

“O relatório era assustador e nos fez conhecer outras mães de vítimas daqueles crimes”, conta ela. Na representação dos casos no Judiciário, os assassinatos da Baixada Santista ficaram a cargo da Defensoria Pública, enquanto a Conectas ficou com o caso da chacina do Parque Bristol. Em 2009, a organização pediu a federalização das investigações do caso ocorrido na periferia Sul de São Paulo.

Depois de uma desconfiança inicial, Débora e as Mães de Maio se aproximaram da Conectas. “A gente embirrou muito e a gente tretou mesmo. Somos treteiras. Mas chegou uma hora em que percebemos que a gente tinha que caminhar lado a lado, no coletivo. Que a Conectas poderia nos dar esse colo já que não somos uma organização, mas um movimento”, diz. “Hoje, Mães de Maio e Conectas são comadres.”

Em 2010, o Movimento Mães de Maio pediu a federalização das investigações das mortes de seus filhos na Baixada Santista. E, em 2011, **a Justiça Global e a Faculdade de Direito de Harvard lançaram o relatório**

São Paulo Sob Achaque, que expôs esquemas de corrupção, sequestro, extorsão e assassinato entre Estado e crime organizado.

Dois anos depois, Débora recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos das mãos da presidenta Dilma Rousseff (PT). Em 2015, ela foi para os Estados Unidos por meio da Anistia Internacional para denunciar os crimes e, em 2016, lançou a Rede Nacional de Mães e Familiares, cuja construção teve apoio da Conectas.

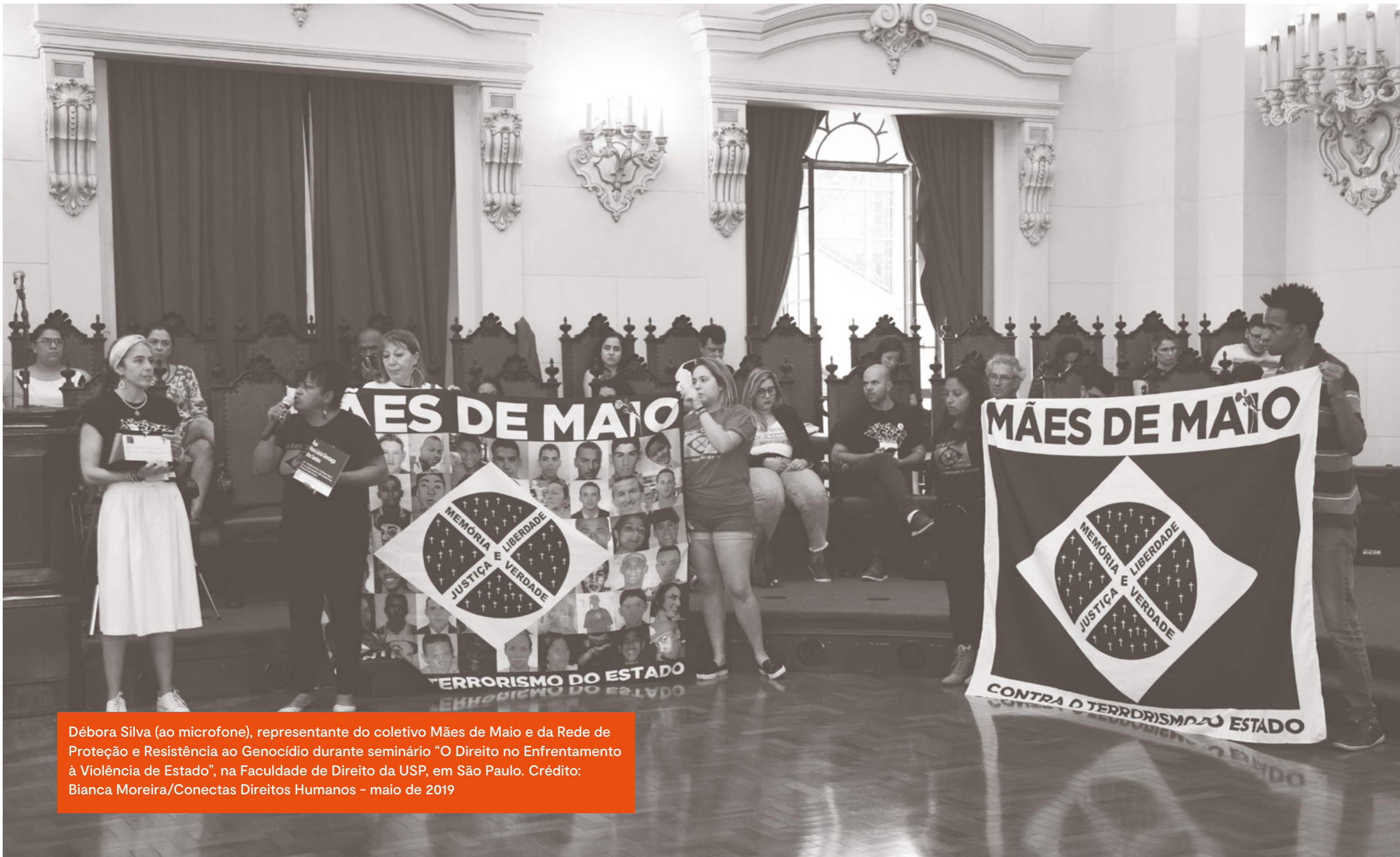
“A Conectas virou comadre das Mães de Maio porque os direitos humanos estão no nosso útero”, diz ela, que viajou a Bogotá, na Colômbia, em 2018, para participar de uma audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

“A Conectas se inscreveu e passou seu tempo para as Mães de Maio. E, ali, ganhamos uma confiança mútua muito grande por causa do lugar da fala”, explica. **“Nós p.140 — sempre pleiteamos que quem fala por nós somos nós mesmas, por mais que tenhamos parceria com quem quer que seja. Ao mesmo tempo, sabemos que só conseguimos avançar e multiplicar nossas lutas coletivamente. Não existe luta importante que possa ser vencida só no singular.”**

Em 2021, 15 anos depois dos Crimes de Maio, as autoridades ainda não explicaram as mortes ocorridas em 2006. Para Débora, são 15 anos de direitos humanos. “Eu só fui descobrir mesmo direitos humanos quando mataram meu filho. E aí eu descobri que

direitos humanos somos nós mesmos: pessoas que lutam pelo direito à vida, moradia digna, comida, saúde e educação”, explica. “As mães estão determinadas a parir uma nova sociedade.”

por *Fernanda Mena e Fabiana Moraes*



Débora Silva (ao microfone), representante do coletivo Mães de Maio e da Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio durante seminário “O Direito no Enfrentamento à Violência de Estado”, na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo. Crédito: Bianca Moreira/Conectas Direitos Humanos - maio de 2019

Clément Nyaletsossi Voule

TOGO

ADVOGADO

RELATOR ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE
LIBERDADE DE REUNIÃO E DE ASSOCIAÇÃO

SUL GLOBAL SE TORNOU IMPORTANTE NO SISTEMA ONU DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Segundo Relator Especial que acompanha a Conectas há 15 anos, ONG brasileira deu maior amplitude a debates travados em Genebra

Clément Nyaletsossi Voule cresceu sem perceber que vivia imerso num regime autoritário, sem direitos ou liberdade. Ele nasceu em Togo, no Oeste da África, durante a ditadura militar de Gnassingbé Eyadéma, militar que assassinou Sylvanus Olympio, o líder da independência e descolonização do país, nos anos 1960. Aquele era o seu normal.

Clément estudava e tinha planos de se tornar um dia piloto de avião ou comandante militar. E foi só nos seus últimos anos de escola que uma sequência de eventos colocou a sua vida sob nova perspectiva.

A suspensão do pagamento regular de salários a seus professores resultou em um movimento grevista. Sem aulas havia duas semanas, os estudantes organizaram uma passeata do colégio até a prefeitura da

cidade de Lomé, onde pediram ao prefeito que as aulas retornassem.

“Não conseguimos chegar ao nosso destino porque a polícia nos interceptou, nos espancou e nos prendeu”, lembra.

Essa memória carrega consigo a surpresa e a indignação daqueles dias. “Na delegacia, fui espancado e depois solto, assim como tantos outros colegas. Ficamos sem entender aquilo porque não estávamos pedindo a saída do governo, só queríamos voltar para a escola”, explica. “Essa foi a primeira experiência de violência que eu vivi. E não parava de me questionar: ‘Por quê? Por quê?’”

O questionamento que brotou daquela injustiça tem pautado a trajetória política de Clément desde então. Atualmente, ocupa

“O governo Bolsonaro é duro com regimes internacionais. Ele classifica tudo o que vem do sistema ONU como intervenção estrangeira, como inimigo, porque funciona como obstáculo a seus interesses”

Clément Nyaletsossi Voule

o prestigioso posto de Relator Especial das Nações Unidas sobre Liberdade de Reunião e de Associação Pacíficas, para o qual foi nomeado em 2018.

Pouco tempo após aquelas primeiras indagações, no entanto, Clément já encontrara parte das respostas que buscava ao receber de um colega de classe, às escondidas, uma publicação. Tratava-se de um relatório da Anistia Internacional de meados dos anos 1980 que trazia informações sobre direitos humanos em todo o planeta, inclusive em seu Togo. “Descobri algo que vinha sendo escondido de mim. Havia informações sobre o meu país que eu nunca tinha acessado. Eram questões sobre a vida política e denúncias de casos de tortura cometidos pela ditadura.”

Fazer circular um relatório sobre direitos humanos em um país onde esses direitos não existiam era uma atividade de alto risco, e um grupo de jovens rapidamente se articulou para manter contato com a organização internacional. Eles escreviam cartas para presos políticos de países como Sérvia e Uzbequistão. “Era uma experiência interessante porque eu antes nem sabia da existência desses lugares e de seus contextos, mas escrever para ativistas em países tão distantes me dava a sensação de que eu não estava só na frente da defesa dos direitos humanos”, conta.

Clément fez Direito e seguiu firme na atuação junto à Anistia, organização da qual

foi Secretário-Geral para o Togo. A perspectiva internacional adquirida nessa trajetória o impulsionou a criar, em 2005, a Rede de Defensores de Direitos Humanos do Oeste da África (WAHRDN, na sigla em inglês). “Eu logo entendi a relação entre os esforços de cada país e as redes internacionais e passei a fazer trabalhos com a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos”, explica.

No mesmo ano, Clément foi a Genebra fazer um curso no International Service for Human Rights (ISHR), organização voltada para o apoio e a formação de ativistas e para a facilitação de acesso ao sistema ONU para a proteção dos direitos humanos. Foi lá que ele conheceu **a cientista política brasileira Lucia Nader, então coordenadora de redes da Conectas**. A afinidade foi imediata.

Convidado pela Conectas a participar de um dos colóquios promovidos pela organização, Clément encontrou uma rede de defensores do Sul como nunca havia visto antes. “A Conectas reunia uma diversidade muito grande no Colóquio e estava realmente conectando pessoas de todo o Sul Global. Eles são muito bons em juntar pessoas e fomentar a solidariedade entre ativistas”, avalia. “Isso foi uma chave para muita gente. Eu mesmo, por meio da Conectas, conheci pessoas com as quais trabalho até hoje.”

Para Clément, uma das grandes conquistas da Conectas foi o **sucesso em engajar ativistas e organizações em torno**

do conceito de Sul Global. “Vindo de um país do Sul Global, onde direitos humanos não eram nem sequer discutidos, e trabalhando no âmbito internacional, eu sabia que o ativismo dos países do Sul não era propriamente reconhecido”, afirma. “Havia uma ideia pré-concebida de quem poderia representar direitos humanos na ONU, e as organizações do Sul não eram vistas como representantes.”

Segundo ele, a situação era um contrassenso. “Por um lado, existia a sociedade civil organizada europeia, rica e bem conectada. Por outro lado, os grandes desafios de direitos humanos estavam no Sul Global, e **p.40 — a sociedade civil desses lugares enfrentava dificuldades de financiamento e de acesso aos mecanismos de luta**, concentrados nos EUA e na Europa”, relata.

Contratado pela ISHR em 2006, o advogado togolês passou a integrar, cada vez mais, defensores e ONGs da América do Sul, África e Ásia ao sistema ONU, e toda vez que era consultado sobre o Brasil, sabia que podia contar com a Conectas e recomendá-la.

“Hoje, as grandes ONGs europeias ainda estão lá, mas as organizações do Sul já não podem mais ser ignoradas. E isso enriquece a ideia de direitos humanos”, diz. “Uma das coisas de que mais tenho orgulho foi ter trazido ativistas e membros de organizações do Sul Global para fazer treinamentos. Eles voltavam para seus países sabendo mais do funcionamento das

coisas na ONU.”

Clément conta que aconselhou a Conectas e apoiou a organização na busca por um representante em Genebra. “Discutimos estratégias e compartilhei meu conhecimento sobre o funcionamento do sistema e quais avenidas facilitavam esse acesso.” Com isso, diz ele, a Conectas construiu pontes entre a sociedade civil brasileira e o sistema ONU e levou conteúdos importantes para os debates em Genebra. “O espaço estava lá, mas era preciso ocupá-lo.”

Como Relator Especial das Nações Unidas sobre a Liberdade de Reunião e de Associação Pacíficas, Clément tem prestado atenção especial ao contexto político brasileiro. “O governo Bolsonaro é muito duro com os regimes internacionais. Ele classifica tudo o que vem do sistema ONU como intervenção estrangeira, como inimigo, porque funciona como obstáculo a seus interesses.”

Outro desafio no campo dos direitos fundamentais que Clément aponta é o da transformação digital, capaz tanto de criar muitas oportunidades quanto de causar danos. “Estamos entrando num terreno em que direitos e liberdades fundamentais não têm sido respeitados, em especial o direito à privacidade”, aponta. “Há sistemas de vigilância em toda parte, e uma pessoa sozinha com um computador é capaz de monitorar milhões de indivíduos.”

Segundo o relator, **a mesma tecnologia**

utilizada para mobilizar ativistas também é usada para monitorá-los, desmobilizá-los ou mesmo prendê-los.

“Há empresas que não estão preocupadas em proteger direitos e, sim, em garantir lucros. A tecnologia está tão avançada e os governos estão tão equipados que nós já perdemos essa batalha, mas temos que ganhar a guerra.”

Para ele, o campo das liberdades fundamentais está sob ataque em diversos aspectos, em especial após os atentados de 11 de Setembro de 2001 e as leis anti-terrorismo que surgiram a partir de então. “Se a Declaração Universal dos Direitos Humanos fosse escrita hoje, ela seria bem menos avançada por conta disso.”

por *Fernanda Mena*

Participantes do VII Colóquio Internacional de Direitos Humanos.
Crédito: Leandro Viana/Conectas - novembro de 2007



Haris Azhar

INDONÉSIA

ADVOGADO

DIRETOR DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
LOKATARU E EX-DIRETOR DA ONG KONTRAS

MAIOR INTERCÂMBIO NO SUL GLOBAL REFORMULOU MÉTODOS E PARADIGMAS DO ATIVISMO

Rede de amizades forjada nos encontros organizados pela Conectas impulsionou atuação conjunta em temas globais

Quando o corpo de Osama bin Laden foi jogado ao mar em 2006, um grupo de organizações de direitos humanos enviou uma carta ao governo dos Estados Unidos exigindo explicações. Entre os signatários, estava a organização Comissão para Pessoas Desaparecidas e Vítimas de Violência (KontraS), que entre 2010 e 2016 foi liderada pelo advogado e ativista Haris Azhar.

Foi uma iniciativa inédita. A carta classificava a ação do Exército norte-americano como um “desaparecimento forçado”, um termo tradicionalmente utilizado por grandes organizações de direitos humanos sediadas no Norte Global para se referir a violações de direitos humanos cometidas por governos de países do Sul Global.

“Mas, desta vez, eram organizações

do Sul denunciando um país do Norte, em termos muito duros, pelo desaparecimento de ninguém menos que o terrorista mais procurado do mundo”, conta Haris. “E tudo isso foi puxado pela Conectas.”

Segundo ele, a importância da cooperação entre organizações do Sul não está em ser uma rejeição ao trabalho de ativistas do mundo desenvolvido. “Não se trata de erguer um muro entre o Norte e o Sul”, diz. Para ele, **a questão é conquistar autonomia no Sul para decidir quais causas são importantes e como trabalhar com elas.** — p.18

“É muito diferente quando a chama que dá impulso à ação vem da base”, afirma. “Se você está ali no meio da floresta, você consegue sentir o cheiro do mato, mas também o das baratas; se está no meio

“A Conectas injetou autoconfiança nas nossas organizações ao mostrar que podíamos juntar esforços em torno de objetivos comuns sem esperar pelas ONGs do Norte”

Haris Azhar

da cidade, já sentiu a textura das mãos das pessoas que dormem na rua.”

Haris começou a trabalhar com direitos humanos em 1999, como voluntário na área de *advocacy* da KontraS, logo após se formar em Direito. A entidade se constituiu a partir de uma rede de organizações que lutam pela responsabilização do Estado por violações de direitos humanos e desaparecimentos na Indonésia.

Entre 1999 e 2010, o advogado assumiu vários postos na rede, até se tornar seu diretor, posição que ocupou por sete anos. Em 2017, fundou com três sócios um escritório de advocacia especializado em direitos humanos, do qual é diretor-executivo. Mas, não importa que posição oficial ocupe, a motivação do seu trabalho vem justamente desta “proximidade com a floresta” – seu contato permanente com sobreviventes ou familiares de vítimas que, apesar de inúmeras dificuldades, não desistem de descobrir a verdade e buscar justiça.

Nem sempre a experiência direta com as vítimas, contudo, garante que sua voz será ouvida nas plataformas internacionais de defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, diz Haris, a liderança da Conectas fez

p.80 — muita diferença para o trabalho e a **cooperação entre ativistas do Sul Global, não apenas na América Latina, mas também na África e na Ásia.** “A Conectas injetou muita autoconfiança nas nossas organizações

ao nos mostrar que podíamos nos juntar em torno de objetivos comuns sem ter que esperar pelas organizações do Norte”, afirma. “Passamos a trabalhar juntos, tanto em iniciativas comuns mais amplas — redigindo cartas, denúncias etc. — quanto em ações bilaterais.”

Quando o brasileiro Marcos Archer Cardoso foi preso e condenado à morte por tráfico de drogas na Indonésia em 2015, por exemplo, a KontraS, a pedido da Conectas, saiu em sua defesa. No ano seguinte, o próprio Haris foi ameaçado de prisão por denunciar num jornal um esquema de corrupção envolvendo policiais indonésios, e a organização brasileira se mobilizou para pressionar o governo daquele país a abandonar as acusações.

Para o ativista indonésio, a liderança da Conectas tem se exercido de diferentes formas. A primeira é por meio de iniciativas como o Colóquio Internacional de Direitos Humanos. Haris esteve quatro vezes no país, sempre a convite da Conectas, e foi aqui que conheceu e construiu relações com colegas argentinos, guatemaltecos, sul-africanos e indianos. “Mas não se trata apenas de um evento: o que a Conectas faz de diferente é que ela cria um espaço de troca permanente, que está sendo constantemente construído”, diz. “A partir desses encontros, pessoas da organização nos escrevem, nos perguntam o que estamos fazendo, nos

provocam a agir conjuntamente.”

p.100 — Além disso, a Conectas **provê instrumentos para o trabalho de outras organizações.** “Quando começamos a fazer incidência internacional conjunta, escrever cartas, denúncias, mesmo quando o tema fosse algo que tivesse acontecido na Coreia do Norte ou em Myanmar, a maior parte das informações, da argumentação, vinha da Conectas.”

O ativista conta ainda que, quando sua ONG decidiu trabalhar com incidência internacional em direitos humanos, pediu dicas aos colegas da organização brasileira sobre como atuar. “Eles me escreveram de volta com uma cartilha pronta”, conta. “A Conectas está sempre dois passos à frente.”

Para Haris, contudo, nenhuma organização pode se acomodar com determinada metodologia de trabalho, ainda que tenha sido muito bem-sucedida. Para permanecer relevante, afirma, é preciso repensar constantemente métodos de trabalho e paradigmas. **“Os temas estão sempre mudando”, diz. “O fundamental é desenvolver, construir e apurar a metodologia de trabalho sempre.”** Nesse sentido, a Revista *Sur* exerce um papel importante, segundo ele. “É um espaço onde podemos parar para examinar e refletir sobre os paradigmas que estão guiando o nosso trabalho.”

A terceira, e talvez a mais importante, forma de a Conectas exercer a sua liderança,

afirma Haris, **é alimentar amizades. Para o — p.148** **ativista, esse é o elemento que de fato impulsiona a ação conjunta.** “Sempre digo aos jovens ativistas que me procuram que o trabalho de incidência tem a ver com construir amizades — não é um trabalho burocrático.”

Para ele, a organização fomenta amizades ao reunir pessoas acolhedoras, dispostas a compartilhar experiências e a tentar compreender realidades diferentes, o que estimula a mesma abertura em quem se relaciona com elas: “São mentes argutas e corações quentes”.

Por *Maria Brant*

LEIA MAIS

+ **A luta pelos direitos humanos na Indonésia, por Haris Azhar – *Sur* 20 (2014)**



Participantes do X Colóquio Internacional de Direitos Humanos.
Crédito: Leandro Viana - outubro de 2010

Thiago Amparo

BRASIL, SÃO PAULO

ADVOGADO

PROFESSOR DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV-SP);
FOI EDITOR DA REVISTA SUR

REVISTA SUR CONSEGUIU UNIR ATIVISTAS E ACADÊMICOS EM DIREITOS HUMANOS DO SUL GLOBAL

Para jurista que editou a *Sur*, publicação evidenciou a diversidade do pensamento crítico em direitos humanos nos países do Sul

O ativismo do advogado Thiago Amparo nasceu enquanto uma importante contribuição para a popularização dos direitos humanos também chegava ao mundo. Fazia somente um ano que o jovem estudante estava na Conectas no momento da publicação do primeiro número da *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos* em 2004.

Criada para contribuir com um debate crítico sobre temas de direitos humanos a partir de uma perspectiva do Sul Global, a *Sur* nasceu para fazer frente a publicações acadêmicas sobre direitos humanos da Europa e dos Estados Unidos. Publicada em três línguas — português, inglês e espanhol —, a revista passou por algumas mudanças ao longo de sua história. Seus textos se tornaram gradativamente menos teóricos e

mais sucintos, abrindo diálogos não só com quem pensa os direitos humanos, mas **também com aqueles que enfrentam desafios práticos em sua defesa.** “A *Sur* desempenha um papel fundamental para mostrar que, sim, se produz muito e de forma diversa e crítica sobre direitos humanos no Sul Global, bem como tem um papel fundamental por ser uma revista trilingue e, portanto, possibilitar o diálogo entre diferentes localidades e contextos”, diz Thiago.

Ao longo dos seis anos em que trabalhou na Conectas, o advogado passou por vários setores da organização, do programa de Justiça à coordenação de colóquios. A partir de 2009, passou a contribuir frequentemente na edição da *Sur*. E tomou parte no primeiro grande marco na história da

“Sem levar em consideração a questão racial e as mazelas históricas impostas à população negra, a gente não vai conseguir dizer que somos uma democracia de verdade”

Thiago Amparo

revista que viu nascer: foi editor da edição de número 20 da *Sur*, comemorativa dos dez anos da Conectas, ao lado de Maria Brant, Luz Gonzalez e Tânia Rodrigues.

“Foi uma edição muito especial porque condensou em um único número um leque considerável de ativistas e acadêmicos para repensar direitos humanos no século 21”, lembra. Há, por exemplo, um artigo da analista sênior de políticas públicas da Friedrich-Ebert-Stiftung, Sara Burke, sobre a eficácia da linguagem dos direitos humanos para alcançar mudanças sociais, e outro, da sul-africana Janet Love, diretora do *Legal Resources Center*, sobre como defensores em geral respondem de forma burocrática e pouco eficiente às deliberadas irresponsabilidades do poder econômico.

A primeira vez que Thiago pensou em direitos humanos foi quando teve acesso aos processos judiciais sobre tortura e maus-tratos contra adolescentes da antiga Febem, em 2003. Ele era estagiário da Conectas e estudante de Direito. “Eu não sabia ao certo o que eram os direitos humanos. Mas, ao ver aquelas fotos no Fórum de Franco da Rocha, pensei que queria usar o Direito para combater atrocidades”, afirma ele, que hoje, aos 35 anos, é advogado, doutor em direitos humanos e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Tudo começou ainda nos tempos da graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), quando Thiago

diz ter se apaixonado pelas aulas do professor **Oscar Vilhena Vieira, fundador da Conectas e atual diretor da FGV Direito.** “Oscar falava de Direito como uma gramática de contestação de injustiças. Isso me iluminou.” Ele tinha 17 anos e era um dos únicos negros numa sala com 50 estudantes. Ali, o jovem conheceu direitos humanos, mas também a solidão do racismo, tema que passou a acompanhar seu ativismo desde então.

As trajetórias da Conectas e de Thiago se entrecruzam durante um período de mudanças profundas provocadas por novos desenhos culturais e sociais, como a popularização das redes sociais, a maior presença de pessoas negras nas universidades e a conseqüente disseminação de debates sobre raça, classe e gênero. Com isso, diz Thiago, as organizações de direitos humanos também tiveram de se adaptar.

Ele lembra que, dez anos atrás, havia um consenso sobre o que se entendia como organização de direitos humanos, com uma forte hierarquização entre entidades. “Era um meio monopolizado por organizações que transitavam pela ONU e pela Organização dos Estados Americanos (OEA), com capacidade institucional para escrever em inglês e circular com mais *networking*. Todas eram majoritariamente brancas.”

Fora deste entendimento estavam associações, ONGs e movimentos cujas pautas se voltavam para o combate ao racismo,

à violência policial ou ao encarceramento em massa, entre outras lutas. O Geledés - Instituto da Mulher Negra, criado e dirigido pela filósofa Sueli Carneiro, era um exemplo. “Ativistas brasileiros estavam na Conferência de Durban, mas eram encarados como representantes de coletivos antirracistas, e não de organizações de direitos humanos”, aponta ele, referindo-se ao encontro organizado pela ONU na África do Sul em 2001, cujo tema foi racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância.

Ainda assim, destaca Thiago, foi Sueli Carneiro quem formulou um pedido ao Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) para que fossem considerados dados de raça nos relatórios sobre pessoas mortas pelas polícias.

Ele aponta que, 20 anos depois da histórica Conferência de Durban, é possível perceber avanços no enfrentamento ao racismo, como o estabelecimento das cotas raciais, consolidadas em 2012, que promoveram mudanças estruturais na sociedade brasileira. Mas o racismo persiste, como ficou evidente quando George Floyd, um homem negro, foi sufocado e morto pelo policial branco Derek Chauvin em Minneapolis (EUA), em 2020, o que fez explodir um movimento antirracista naquele país e em várias partes do mundo. No Brasil, em 2020, quase 80% das pessoas mortas por policiais eram negras, um índice desproporcional

em relação ao percentual de 56% de pessoas que se autodeclaram negras no país.

Segundo Thiago, as mudanças provocadas pelo reconhecimento do racismo estrutural são um caminho sem volta, pavimentado pela atuação do movimento negro, que protagonizou momentos fundamentais na defesa dos direitos humanos. “A conversa hoje está em outro patamar, de que não há uma mudança efetiva de direitos humanos e de combate à crise da democracia sem passarmos pela discussão do racismo, que envolve a maioria da população do Brasil. O debate precisa ser conversado e pactuado com essa parcela da população”, afirma ele. “Sem levar em consideração a questão racial e as mazelas históricas impostas à população negra, a gente não vai conseguir dizer que somos uma democracia de verdade.”

Para Thiago, é estratégico para o movimento antirracista brasileiro o fato de organizações como Black Lives Matter terem alcançado projeção mundial, enquanto o Brasil vive o enfraquecimento de sua democracia. “A gente tende a se beneficiar em termos de comunicação, acesso a recursos e compartilhamento de ideias. Essa junção de forças, com respeito às diferenças e semelhanças, impulsiona essa agenda, seja no âmbito local, seja internacionalmente”, diz. “As organizações de direitos humanos já perceberam que precisam compartilhar dessa luta antirracista, inclusive para

manterem sua legitimidade social.”

O advogado fez parte do processo de **p.122 — abertura da Conectas para a luta antirracista.** Ele editou, junto à teóloga Maryuri Mora Grisales, a edição 28 da *Sur*, um dossiê sobre raça e direitos humanos que teve Sueli Carneiro como editora convidada.

“Editar a revista com Sueli foi um prazer sem tamanho. Primeiro, foi uma reparação histórica na revista porque poucos artigos haviam abordado até então a questão racial em direitos humanos. Isto foi reconhecido expressamente na apresentação da revista”, aponta. “Foi também no número 28 que iniciamos um programa de bolsas para pessoas negras se tornarem autoras da publicação, cumprindo com a missão de promover ativistas de um Sul Global com diversas vozes, e não somente a mesma elite global brasileira que não é tão diferente do que se encontra no Norte Global.”

Thiago conta que o programa de bolsas teve 803 candidaturas e selecionou três ativistas: Megg Rayara Gomes de Oliveira, Aline Maia Nascimento e Rosane Viana Jovelino. Com isso, apoiou essas intelectuais negras por três meses financeiramente e com mentorias de escrita de modo a propiciar a ponte entre prática e teoria necessária àquele exercício. O número 28 da *Sur* foi lançado em um espaço-símbolo das novas gerações do movimento negro brasileiro, o Aparelha Luzia, no Centro de São Paulo,

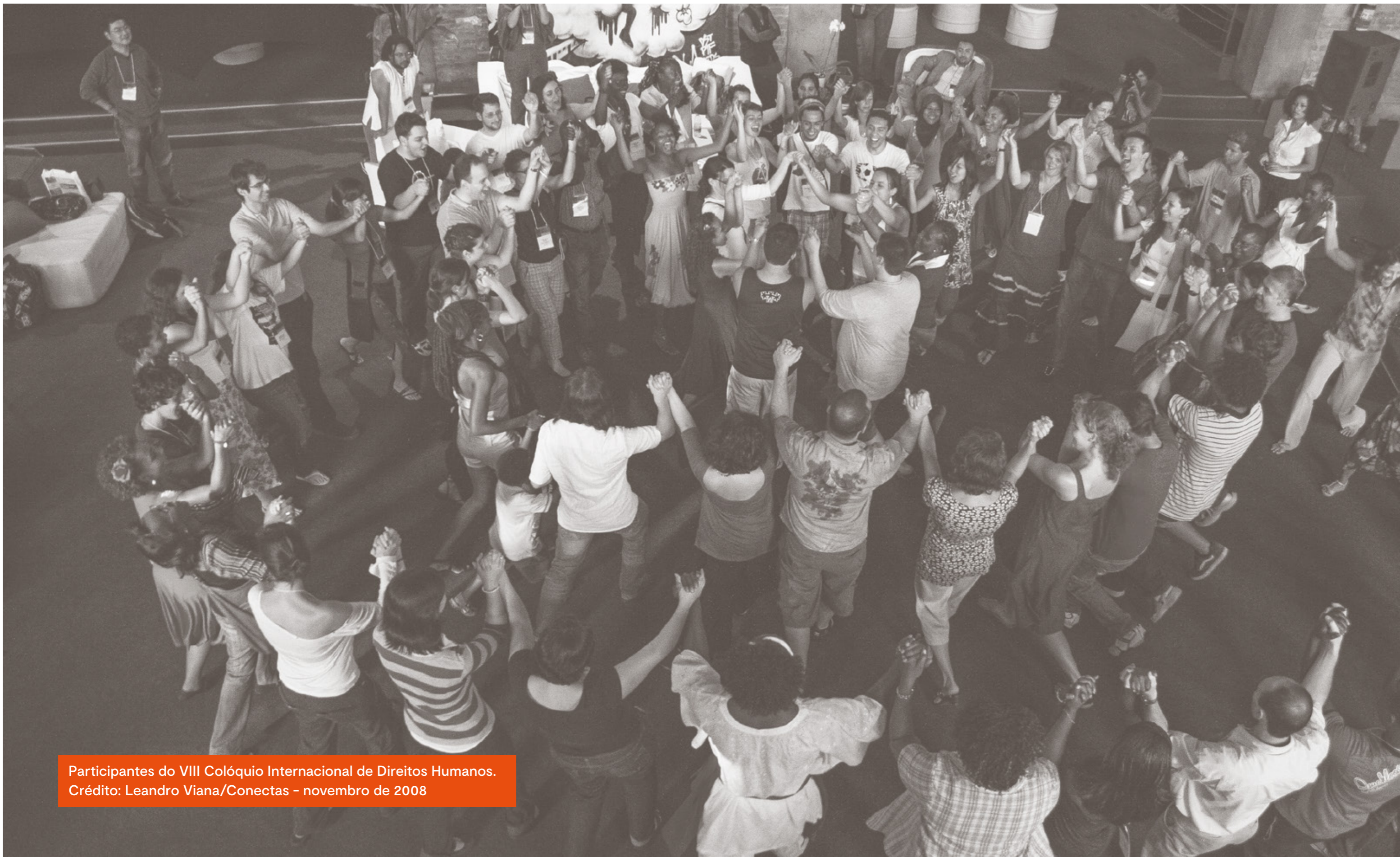
com direito a debate com autores sobre a escrita como forma de ativismo.

Para ele, um desafio importante para o futuro dos movimentos é **estabelecer uma comunicação que seja de fato descomplicada e que se mostre atenta às demandas cotidianas das pessoas ligadas à saúde, educação, segurança e moradia.** Essa é tanto uma forma de desburocratizar os direitos humanos quanto de fortalecê-los, argumenta o advogado. “Se a gente não conseguir reestruturar essa ideia de direitos humanos como algo que é um pouco mais especial do que qualquer outro interesse da sociedade, fica difícil. Precisamos criar laços de empatia, ou não saímos dessa especificidade. Quando falo em descomplicar, é no sentido de chegar mais próximo da realidade das pessoas.” Para ele, mesmo com o traço conservador do país, é possível realizar esse caminho. “Quebrar oposições é fundamental.”

Por *Fabiana Moraes*
e *Maria Carolina Trevisan*

LEIA MAIS

+ **Diversificando saberes, por Thiago Amparo – *Sur* 28 (2018)**



Participantes do VIII Colóquio Internacional de Direitos Humanos.
Crédito: Leandro Viana/Conectas - novembro de 2008

Douglas Belchior

BRASIL, SÃO PAULO

ATIVISTA, HISTORIADOR
E EDUCADOR

COFUNDADOR DA UNEAFRO BRASIL,
ARTICULADOR DA COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS
E CONSELHEIRO DA CONECTAS

RACISMO BRASILEIRO BOICOTA DEMOCRACIA E RESSIGNIFICA OS DIREITOS HUMANOS DO PAÍS

Para ativista, movimento negro brasileiro fez campo dos direitos humanos encarar a complexidade das relações raciais no Brasil

O campo dos direitos humanos amadureceu na medida em que, finalmente, reconheceu a trajetória do movimento negro brasileiro como fundamental na luta por direitos. É assim que Douglas Belchior, educador, historiador e liderança desse movimento, enxerga as conexões feitas nos últimos anos entre organizações de direitos humanos e o ativismo negro.

“Os negros tiveram a sua humanidade negada historicamente. Então, o pressuposto de atuação para a vida desse sujeito é reivindicar o direito humano dele, que a sociedade nega”, afirma Douglas. “Ao reivindicar a humanidade de um segmento violentamente desumanizado, como fomos os negros brasileiros, a gente luta pela humanidade de todos. E a sociedade ganha

como um todo”, avalia ele, que é fundador da Uneafro Brasil, rede de cursinhos populares criada em 2008 para jovens negros e periféricos.

“Até poucos anos atrás, o pressuposto no campo dos direitos humanos era a experiência de luta contra a ditadura militar. Aquele foi o momento da história em que corpos historicamente detentores de direitos foram violados em grande escala”, avalia Douglas.

“Essa foi uma experiência que certo setor da sociedade não tinha vivido: eram filhos de trabalhadores brancos, das classes média e alta que também eram torturados e mortos. E, com isso, cresceu na sociedade uma repulsa àquele tipo de prática do Estado.”

“Ao reivindicarmos a humanidade de um segmento violentamente desumanizado, como fomos os negros brasileiros, nós lutamos pela humanidade de todos”

Douglas Belchior

Mas a violência de Estado seguiu ocorrendo depois da ditadura. Em 2006, surgiu o Movimento das Mães de Maio, que escancarou a violência policial voltada à população negra após um massacre. Sob o argumento do combate a facções criminosas, **a Polícia Militar de São Paulo matou 564 pessoas, em sua maioria jovens negros.**

p.92 —

“Não dava mais para o campo de direitos humanos ignorar a violência cotidiana, sistemática, imposta à população negra, seja pela repressão do Estado, seja pela negação de direitos”, afirma Douglas.

A disseminação desse novo entendimento foi rapidamente percebida pela Conectas, que se propôs a fazer uma grande mudança estrutural na própria organização de modo a possibilitar uma atuação integral na promoção dos direitos humanos no Brasil, país que carrega as marcas do mais longo e intenso período de escravidão do planeta.

Ao participar de uma reunião do conselho do Fundo Brasil de Direitos Humanos, em 2016, Douglas teve o primeiro contato com a Conectas e surgiu, a partir dali, um diálogo sobre a importância do debate racial dentro do campo dos direitos humanos.

“A Conectas é uma das organizações que compreenderam a mudança no tempo e a necessidade de autocritica e de mudança interna”, avalia ele. “Foi só nos últimos anos que transformações importantes aconteceram. Hoje, **você não consegue falar de**

p.114 —

direitos humanos no Brasil sem falar sobre o racismo e sobre a violência do Estado contra pessoas. Mas, há apenas cinco anos, não era assim.”

Segundo Douglas, os setores tradicionalmente ligados aos direitos humanos foram forçados a se movimentar, “até para se manterem coerentes com a ideia genérica de direitos humanos: que se respeite a humanidade de todos”, aponta ele. “Havia uma tensão para que os alvos da violência pudessem falar em seu próprio nome e uma pressão para que as organizações levassem essas vozes, e não apenas falassem em nome delas”, explica.

Foi a partir de uma articulação de organizações de direitos humanos, da qual a Conectas foi parte importante, que Douglas representou o movimento negro brasileiro em uma sessão ordinária da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em Washington, em 2018. “Essa prática colaborativa avançou e fortaleceu organizações negras de base. Isso é uma contribuição muito importante do nosso tempo”, afirma.

Para Douglas, a Conectas é uma organização que promoveu e praticou mudanças de maneira visível. “É impossível não reconhecer que houve mudanças internas no direcionamento, na composição das equipes, na linha de atuação, na elaboração e na percepção sobre direitos humanos”, aponta. “A Conectas teve coragem, teve

compromisso e foi coerente. Ela guardou a coerência que o campo de direitos humanos deve ter.”

Dois fatos fizeram com que as organizações que atuam no campo dos direitos humanos tivessem que acelerar a **compreensão sobre como opera o racismo** e qual é a melhor atuação para enfrentá-lo: o assassinato da vereadora Marielle Franco, mulher negra, em março de 2018, e a morte de George Floyd, homem negro, em 2020, sufocado pelo policial branco Derek Chauvin em Minneapolis, nos Estados Unidos.

p.80 —

“Esses acontecimentos moveram placas tectônicas que sustentam as estruturas da sociedade e encontraram um terreno fértil, trabalhado pelo movimento negro nos momentos de pior sensibilidade para o assunto”, diz Douglas. “O sangue de Marielle brota em um chão arado pelo movimento negro. Não é um chão seco. São 500 anos dizendo exatamente aquilo que esse setor branco, inclusive dos direitos humanos, só admite agora”, conclui ele, para quem o debate sobre racismo ganhou novos olhares e perspectivas também ao ser impulsionado pelo movimento antirracista que tomou os Estados Unidos.

No Brasil, há ainda o contexto político imposto pela chegada de Jair Bolsonaro à Presidência junto com uma agenda de negação do racismo, desrespeito aos direitos humanos, exaltação de torturadores e defesa de abusos por parte de policiais.

Esse cenário fez com que organizações do movimento negro se unissem. E dessa união nasceu a Coalizão Negra por Direitos, com centenas de organizações e coletivos negros, além de algumas instituições brancas aliadas. Douglas é um dos grandes articuladores da Coalizão, um importante marco de defesa dos direitos humanos, da democracia e do enfrentamento ao racismo.

Em seu manifesto, a Coalizão afirma que “enquanto houver racismo, não haverá democracia”, um *slogan* que Douglas ajudou a criar a partir de sua observação do cotidiano e da polícia do país. **“O racismo é o principal elemento de boicote e inviabilização da democracia. Não existe democracia com racismo”**, conclui.

Por Maria Carolina Trevisan

Participantes do XVI Colóquio Internacional de Direitos visitam o Aparelha Luzia, centro cultural e quilombo urbano de São Paulo fundado pela ativista e educadora Érica Malunguinho - Crédito: Bianca Moreira/ Conectas - outubro de 2019



Paolo Parise

ITÁLIA

PADRE DA ORDEM DOS
ESCALABRINIANOS

DIRETOR DA MISSÃO PAZ EM SÃO PAULO

FOMENTAR PARCERIAS REQUER TRANSPARÊNCIA E RESPEITO À IDENTIDADE DE CADA UM

Para o sacerdote italiano que acolhe imigrantes, onda de retrocessos requer trabalho conjunto e modelo da Conectas é exemplar

No início de 2017, Paolo Parise estava na Câmara dos Deputados acompanhando a votação da nova Lei de Migração quando um deputado pegou o microfone para “falar bobagens”. “Perguntei para o pessoal que estava comigo quem era aquele sujeito, e eles me disseram que era um cara do Rio, que estava fazendo de tudo para impedir a aprovação da lei, inclusive já tinha tentado mobilizar a bancada da bala”, conta.

O “cara do Rio” era Jair Bolsonaro, eleito no ano seguinte presidente do Brasil. Naquele dia, Paolo, padre da congregação dos escalabrinianos, estava acompanhado por Camila Asano e Raísa Ortiz Cetra, que trabalhavam com a questão migratória na Conectas. Apesar da oposição daquele deputado, a Câmara aprovou o PL, que, após

passar também pelo Senado, foi sancionado pelo então presidente Michel Temer em maio daquele ano.

A nova lei, adotada em substituição ao Estatuto do Estrangeiro, que vigorava desde a época da ditadura militar no país, ampliou os direitos dos imigrantes. Criou, por exemplo, a categoria do “visto humanitário”, que agiliza a concessão de refúgio a vítimas de desastres ambientais, conflitos armados e violações de direitos humanos.

“Foi uma grande vitória. Depois, saímos para comemorar. Tenho as fotos desse dia guardadas até hoje”, lembra o sacerdote. “Mas foi o ponto de chegada de uma longa caminhada de ações conjuntas de *advocacy*.”

“Teremos de identificar pautas comuns e encontrar atores que compartilhem dos mesmos valores para atuarmos juntos, sem perdermos cada identidade”

Paolo Parise

Antes do trabalho conjunto relacionado à lei federal de migração, conta Paolo, a Missão Paz, instituição de acolhimento de imigrantes que dirige desde 2010, e a Conectas já haviam trabalhado juntas em São Paulo pela aprovação da lei municipal de migração, em 2016, e, antes disso, em uma série de iniciativas menores de incidência política em defesa dos direitos dos imigrantes.

Mas, segundo Paolo, a Missão Paz não tinha uma atuação estruturada em *advocacy* — ou incidência política — até conhecer o trabalho da Conectas. “Foi a partir do contato com eles que percebemos a necessidade de ter alguém dedicado a isso para uma atuação mais sólida em prol da pauta dos imigrantes.”

A entidade dirigida pelo sacerdote foi fundada na década de 1930 na região conhecida como Baixada do Glicério, no Centro de São Paulo. Foi criada para receber os imigrantes italianos que haviam chegado ao Brasil após o final da Primeira Guerra Mundial e se estabelecido principalmente nos bairros da Mooca e Bela Vista. Era um centro de acolhimento para a comunidade italiana, incluindo escola, creche, aulas de música e outras atividades culturais.

Com o tempo, conta Paolo, a instituição passou a trabalhar também com migrantes internos, que vinham de outras regiões do Brasil. “Havia uma rodoviária ao lado da Missão Paz. E então a congregação

passou a oferecer acolhimento também aos migrantes que chegavam por ali, a oferecer cursos profissionalizantes e outros tipos de auxílio.”

A partir dos anos 1970, afirma, o perfil dos imigrantes mudou mais uma vez. “Primeiro, houve uma onda de imigrantes vietnamitas, depois, chilenos e coreanos”, diz. “Nos últimos 15 anos, recebemos muitos bolivianos, a partir do acordo Bolívia-Brasil de 2005, e, depois, haitianos. E, então, houve um fluxo não tão grande, mas significativo, de pessoas oriundas da Síria e, finalmente, da Venezuela.”

Com o tempo, a Missão Paz foi ampliando suas atividades até chegar à estrutura atual, que conta com uma casa de acolhida com 110 vagas e o oferecimento de uma série de serviços, que vão desde ensino de português até atendimento médico, psicológico e jurídico, inserção laboral, cursos profissionalizantes e regularização migratória. “Um quarto das regularizações migratórias, ou cerca de 12 mil, a partir de 2009, foi feito por aqui”, conta o padre, com orgulho.

Nascido em Marostica, uma pequena cidade do Norte da Itália, Padre Paolo, como é conhecido por aqui, é ele próprio um migrante. Mas, antes de se tornar diretor da Missão Paz, o sacerdote já havia vivido no Brasil em outros períodos. Sua primeira temporada no país foi dedicada a estudar teologia em São Paulo, no início dos anos 1990. Depois, passou dois anos

no Guarujá, onde desenvolvia um trabalho de atendimento à população mais vulnerável. No final da década, voltou para São Paulo, mais especificamente para o bairro do Grajaú, na região Sul da capital paulista, onde viveu por nove anos. Após nova temporada na Itália dedicada a sua pesquisa de doutorado, o sacerdote retornou em 2010 para assumir a direção do Centro de Estudos do Migrante, que, sob sua gestão, se transformaria em 2012 na Missão Paz.

Foi em 2014, quando o governo do Acre fretou ônibus para enviar imigrantes haitianos a São Paulo, que Paolo começou a ter mais contato com a Conectas. “Chegavam 400, 450 imigrantes por dia”, lembra. “Vimos que tínhamos uma pauta em comum com a Conectas, que era a de exigir que o governo tomasse medidas rápidas para garantir os direitos desses imigrantes.” Assim, as duas organizações começaram uma parceria, realizando missões conjuntas, pressionando autoridades e buscando a imprensa para denunciar violações e exigir medidas.

“A partir daí vimos que fazia sentido ter estruturada não apenas a área de acolhimento da Missão Paz, mas **também a de p.64 — incidência política**”, afirma.

A Conectas também serviu de exemplo à Missão Paz quanto à sua forma de atuação em parceria. “Há respeito pela identidade da organização com a qual está trabalhando, e o relacionamento que se estabelece é transparente, de confiança recíproca”, diz.

“É uma postura ética de trabalho em parceria que não é óbvia.” — p.140

O sacerdote avalia que essa característica da organização será essencial no futuro próximo. “São inúmeros os retrocessos que estamos vivendo, **pensando — p.164 na questão indígena**, na migração, no meio ambiente, em direitos trabalhistas”, afirma Paolo. “E acredito que isso não é apenas uma característica deste governo, mas uma ameaça constante que teremos de enfrentar nas próximas décadas.” Segundo ele, quem quiser fazer frente a essa ameaça terá de construir parcerias, “trabalhar em redes estruturadas e fortes”.

“Teremos de identificar pautas comuns e encontrar atores que compartilham dos mesmos valores para atuarmos juntos, sem perdermos a identidade de cada um”, avalia. “E isso a Conectas faz muito bem.”

Por *Maria Brant*

LEIA MAIS

+ **“Tudo que está a serviço da vida nos aproxima”, perfil de Padre Paolo Parise – Sur 29 (2019)**



Migrantes venezuelanos atravessam a fronteira do Brasil em Pacaraima (RR). Conectas atua para impedir o fechamento da fronteira e para garantir o acesso de migrantes e refugiados a seus direitos, entre eles ao trabalho, a saúde e a educação. Crédito: Leonardo Medeiros/Conectas - janeiro de 2018

César Rodríguez-Garavito

COLÔMBIA

ADVOGADO

PRESIDENTE E DIRETOR DO CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA GLOBAL DA ESCOLA DE DIREITO DA NYU, FOI DIRETOR DA ONG DEJUSTICIA

ELO ENTRE UNIVERSIDADE E ATIVISMO DEVE ESTAR NA BASE DOS DIREITOS HUMANOS

Professor e parceiro da Conectas diz que a organização orienta mudanças ao aproximar pesquisadores e movimentos de base

Reduzir a desigualdade entre organizações de direitos humanos do Sul Global e do Norte sempre esteve entre os mais ambiciosos objetivos da Conectas. Essa desigualdade tem se expressado historicamente tanto no protagonismo das vozes que revelam violações e reivindicam direitos como nos fluxos de financiamentos destinados a lidar com as violações e a busca da garantia desses direitos.

“Essa relação segue sendo desigual, mas não tanto como há dez anos. Houve um avanço na medida em que organizações da sociedade civil, como a Conectas, passaram a realizar um trabalho mais articulado com outras organizações do Sul Global”, afirma César Rodríguez-Garavito, professor e diretor do Centro de Direitos Humanos e

Justiça da New York University (NYU).

César aponta como exemplos desse pioneirismo da Conectas o programa de estágios e intercâmbios com outros países de língua portuguesa e o programa de incidência em política externa em direitos humanos do Brasil, além de destacar o impacto decisivo do Colóquio Internacional de Direitos Humanos na geração de uma solidariedade Sul-Sul. “A Conectas esteve na vanguarda deste tipo de programa”, afirma César, que atualmente é membro do Comitê Externo de Acompanhamento da Litigância Estratégica da organização.

A aprendizagem cruzada e a circulação de ideias acerca de jurisprudências em direitos humanos entre países como África do Sul, Brasil, Índia e Colômbia resultaram em

“Percebemos que a democracia, na verdade, é incompleta se não vem com igualdade social”

César Rodríguez-Garavito

maior presença e visibilidade do Sul Global nos processos de reforma legal desses países. “A Conectas tem ainda um mecanismo específico, que é preciso reconhecer: a *Revista Sur*, um espaço único, que não existe nem sequer no Norte Global”, aponta. “Porque não há uma revista como essa, que se publique em português, inglês e espanhol, com autores e autoras do Sul Global. Só a *Sur*”, admite César, que também é diretor editorial da plataforma Open Global Rights. “Hoje em dia, as ideias produzidas na América Latina, Ásia e África circulam mais, são mais visíveis e chegam mais rápido não somente ao restante dos países do Sul, como também naqueles do Norte.”

César lecionava na Universidade de los Andes, em Bogotá, na Colômbia, onde criou o Programa de Justiça Global e Direitos Humanos. Quando teve seu primeiro contato com a Conectas, corria o ano de 2008, e ele desenvolvia uma pesquisa sobre formas de educação jurídica inovadoras na América Latina.

p.114 — “A *Revista Sur* me chamou a atenção por ser um exemplo de inovação em comunicação na área dos direitos humanos”, lembra César, que contribuiu com a *Sur* em diversas oportunidades e havia cofundado a ONG DeJusticia - Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, em Bogotá.

A confluência entre universidade e sociedade civil está no centro do trabalho de César e faz parte da gênese da Conectas,

que trabalha com esta intersecção desde sua fundação, em 2001. “Assim como a Conectas, **eu sempre tentei cultivar esse lugar híbrido dos direitos humanos**”, afirma.

Para ele, quem atua em direitos humanos precisa estar atento às mudanças geopolíticas e se adaptar aos novos tempos. Em 2017, o 15º Colóquio apontava para o encolhimento do Estado como fator de enfraquecimento do acesso a direitos humanos no mundo.

Essa configuração global, bastante presente na América Latina, impõe às organizações de direitos humanos a necessidade de ocupar os espaços que antes eram preenchidos pelo Estado. Para César, a forma de incidir nesse contexto e evitar retrocessos é fortalecer a colaboração entre instituições.

Em 2018, ele se mudou para Nova York e aumentou seus laços com a Conectas. Colabora com a instituição na área do litígio estratégico e em temas relacionados às mudanças climáticas. “Tenho muito apreço pela evolução da Conectas, que seguiu como uma organização com visibilidade internacional especialmente inovadora e criativa.”

Esse perfil da organização, avalia ele, é cada vez mais importante. “Nos últimos dez anos, o contexto e as ferramentas mudaram na área dos direitos humanos. No começo dos anos 2000, houve um período de expansão e de otimismo em relação aos instrumentos e normas de direitos humanos

como linguagem universal”, afirma.

Criaram-se normativas internacionais para balizar denúncias enquanto a democracia parecia um destino certo. Depois, com o avanço para democracias liberais e autoritarismos populistas, que favorecem polarizações, esse processo se desacelerou. A democracia já não parece tão garantida assim. “Percebemos que a democracia, na verdade, é incompleta se não vem com igualdade social. Os direitos civis têm de estar acompanhados dos direitos econômicos e sociais”, afirma.

“Vivemos um tempo de confrontação da realidade, o que fez com que o ativismo em direitos humanos se aproximasse de outros movimentos sociais, como o dos povos indígenas e aquele contra mudanças climáticas”, diz. “Esses movimentos mostraram novas formas de mobilização que precisam ser incorporadas pelos direitos humanos.”

“Creio que a Conectas foi pioneira em **p.64 — dar ênfase às ferramentas jurídicas** num modelo de ativismo híbrido e amplificado por meio de um trabalho sólido de comunicação. Mais recentemente, **incorporou p.156 — articulações com movimentos de base** e se colocou adiante de outras organizações de direitos humanos.”

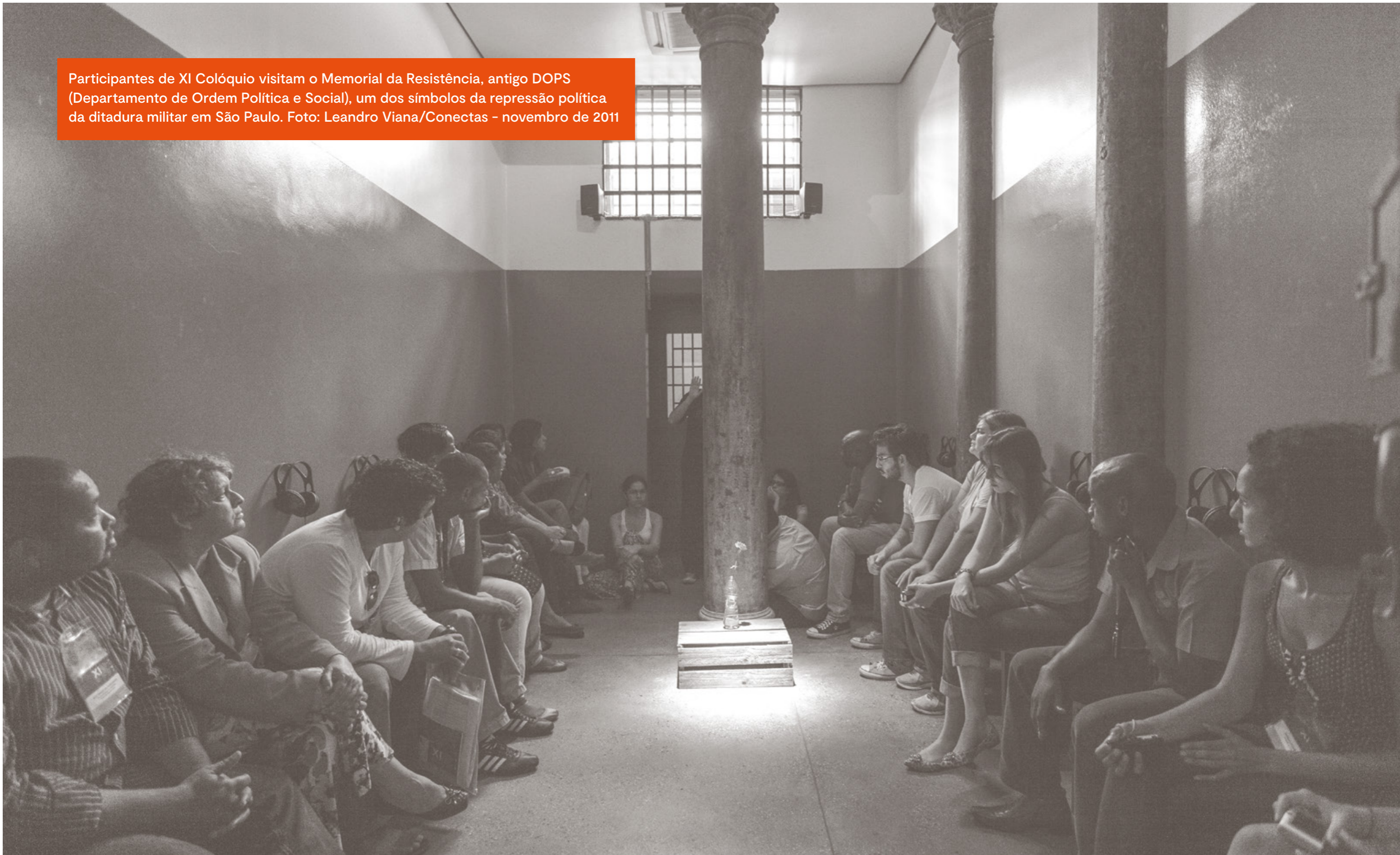
Por *Maria Carolina Trevisan*

LEIA MAIS

+ **Desenvolvimento e direitos humanos**, por Juana Kweitel, César Rodríguez-Garavito e Laura Trajber Waisbich - *Sur* 17 (2012)

+ **O futuro dos direitos humanos**, por César Rodríguez-Garavito - *Sur* 20 (2014)

Participantes de XI Colóquio visitam o Memorial da Resistência, antigo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), um dos símbolos da repressão política da ditadura militar em São Paulo. Foto: Leandro Viana/Conectas - novembro de 2011



Jorge Ferreira dos Santos

BRASIL, MINAS GERAIS

TRABALHADOR RURAL
E ATIVISTA

DIRIGENTE DA ARTICULAÇÃO DOS EMPREGADOS
RURAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ADERE-MG)

APOIO PERMITIU A MOVIMENTOS DE BASE ACESSAREM MECANISMOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO

Ativista mineiro denunciou à ONU trabalho análogo ao de escravo em fazendas de café de Minas Gerais em parceria com a Conectas

Quando saiu de Pirapora, no Norte de Minas Gerais, em 2000, para buscar serviço no Sul do Estado, Jorge Ferreira dos Santos não poderia imaginar que a jornada que começava ali o levaria a lugares bem mais distantes, como Genebra, na Suíça.

Em 2019, quase 20 anos depois daquela mudança, Jorge tomava parte em uma mesa, organizada pela Conectas durante evento na ONU, para denunciar o atual governo federal brasileiro pelo fechamento do Ministério do Trabalho e pela desmobilização de seus organismos de fiscalização e controle, mesmo diante da exploração criminosa do trabalho nas lavouras de café do Sul de seu Estado, o maior produtor desse grão no país.

Com o apoio da Conectas, Jorge e

seus companheiros de luta tinham escrito uma denúncia sobre o trabalho análogo ao de escravo nas fazendas de café do Sul de Minas, protocolada em 2018 no junto ao Ponto de Contato Nacional (PCN) do Brasil para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O PCN é um mecanismo que se dedica a implementar e divulgar as normas da OCDE para condutas empresariais mais responsáveis. Ele recebe e verifica denúncias de violações feitas contra empresas multinacionais, que costumam se eximir de responsabilidade com base na terceirização de suas cadeias produtivas.

“Nós nunca tínhamos pensado em fazer uma denúncia deste tipo”, admite o ativista. “Porque a gente imaginava que

“Quando alguém chegava pra nós querendo fazer matéria, denúncia ou relatório, a minha primeira pergunta era: qual é o seu compromisso em contribuir para melhorar a vida do nosso povo aqui no campo?”

Jorge Ferreira dos Santos

chegar até a ONU e fazer uma denúncia era coisa de organização muito grande. E nós estamos aqui, numa pequena região, falando nosso “mineirês”, o português à mineira. Não imaginava que pudéssemos chegar até lá”, lembra ele.

Esse percurso começou naquela viagem de Pirapora para o Sul de Minas. Jorge tinha 24 anos e energia de sobra para o trabalho. Ainda assim, a lida nas carvoarias da região lhe pareceu “pesada e violenta”.

Corria o ano de 2000, e Jorge conseguiu mudar da carvoaria para uma fazenda de café, onde não encontrou situação muito melhor. “Eu também não tinha direito nenhum respeitado ali. E, hoje, entendo que fui submetido a situações de trabalho análogo ao de escravo, como jornadas exaustivas de trabalho e servidão por dívida”, conta ele.

Ainda que só tempos depois Jorge tenha elaborado de maneira mais precisa essas violações, ele percebeu no ato que algo estava errado naqueles seus arranjos de trabalho.

E, três anos depois, ingressava no sindicato local de trabalhadores rurais. Seu batismo se deu numa ação em uma fazenda de café onde encontrou homens em situação de trabalho degradante. Foi como reencontrar a si mesmo, três anos depois, do outro lado da história. E aquela virou sua luta.

“A gente encontrava o trabalho

degradante, negociado com o fazendeiro, que pagava algumas verbas rescisórias aos trabalhadores e, no ano seguinte, a gente encontrava todo mundo da mesma forma na mesma fazenda”, conta ele, que percebeu os riscos e as limitações daquela estratégia.

“Tentaram me matar. E, quando saí da região para dar um tempo, invadiram a minha casa vazia duas vezes”, lembra ele. “Na parede do quarto dos meus filhos, escreveram: ‘Você vai morrer.’”

O Brasil é um dos países onde há mais execuções de defensores de direitos humanos no mundo. Entre 2015 e 2019, a cada 8 dias um ativista, ambientalista ou líder comunitário foi assassinado no país, segundo levantamento do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos. Foram 174 defensores assassinados no Brasil no período, atrás apenas da Colômbia (397 casos) e pouco à frente das Filipinas (173 casos).

“Chegamos à conclusão de que não tinha como a gente continuar a entrar nas fazendas sem Ministério do Trabalho, sem as autoridades para resgatar trabalhadores porque a obrigação não era nossa, que não temos dinheiro, estrutura ou salário para nos arriscarmos. A obrigação era do Estado, que deveria nos proteger, trabalhadores e sindicalistas, mas ele era omissivo”, avalia ele, que ajudou a criar a Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais (ADERE-MG), cujos membros passaram por formações sobre direitos humanos

e trabalho análogo ao de escravo.

Três anos depois, em 2011, ele e mais 800 companheiros ocuparam a Superintendência Regional do Trabalho, de onde só saíram depois de reunião com o então ministro da Agricultura, Carlos Lupi, e do compromisso do governo federal em realizar operações de fiscalização do trabalho em 537 fazendas da região. “A pauta era sempre trabalho escravo”, conta Jorge, que logo seguiu uma pista que o levou a uma epifania.

“A gente descobriu que, além do aliciamento de trabalhadores, havia tráfico de pessoas. E isso transformou em pauta política e criminal algo que era visto como apenas trabalhista”, aponta o ativista.

Descobriu, ali, o artigo 149 do Código Penal brasileiro, que define como crime “reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”.

Jorge conheceu integrantes da Repórter Brasil, que buscavam informações sobre exploração do trabalho no café daquela região. A pesquisa virou um relatório, realizado em parceria com a ONG dinamarquesa Danwatch. Intitulado “Café Amargo”, o documento identificou a presença de trabalho análogo ao de escravo nas cadeias

de fornecedores de duas das maiores empresas globais de café: a suíça Nestlé e a holandesa Jacobs Douwe Egberts. Foi um escândalo internacional.

O impacto positivo daquela ação fez Jorge passar a avaliar estrategicamente os contatos e parcerias da ADERE. “Quando alguém ou alguma organização chegava pra nós querendo fazer matéria, denúncia ou relatório, a minha primeira pergunta era: **qual é o seu compromisso em contribuir para melhorar a vida do nosso povo aqui no campo?**” — p.156

Com a Conectas, esse laço de confiança surgiu na **redação e apresentação — p.92 conjunta da denúncia à OCDE**, num processo que segue tramitando. “Hoje, nós temos um grau de confiança muito grande nos companheiros da Conectas. De acreditar na seriedade do trabalho deles, no compromisso que eles têm com a defesa dos trabalhadores rurais do café”, explica Jorge. “Falo do café porque é o meio no qual eu estou inserido diretamente. Mas eu entendo que a Conectas é uma ferramenta de defesa do povo, seja ele trabalhador assalariado rural ou trabalhador urbano.”

Para Jorge, a Conectas está sempre “puxando e animando essas ações” em **uma jornada de muitas trocas e aprendizados**. “Sendo bem franco, acho que aprendemos que não é metendo o pé na porta a única forma que nós vamos conseguir para resolver os problemas. Aprendemos

com a Conectas que precisamos criar unidade, criar pontes. E que essa ponte tem de levar para os dois lados.”

Segundo o ativista, **entre os grandes desafios dos direitos humanos para o futuro está o de trabalhar a consciência do povo**. “Qualquer lugar em que você vai no meio do povo, você vai falar direito de humanos, e [as pessoas] já vêm com discurso de que direitos humanos só servem para defender bandido”, aponta Jorge. “Parece que o povo ainda não entendeu que direitos humanos implica em defender prisão para agressor de mulheres, por exemplo, ou mesmo a luta contra o fascismo”, diz.

Para ele, o caso da produção de café ilustra bem a importância dos direitos humanos. “Não tem sentido o setor do café, um produto tão consumido, que dá lucro para as empresas e que contribui para a balança comercial do Brasil, ter trabalhador sem o mínimo de dignidade nas fazendas”, afirma. “A gente luta por direitos básicos: liberdade, um lugar decente para dormir e para comer, tempo de descanso e um salário que dê para a comida sua e dos seus filhos.”

Por *Fernanda Mena*

Trabalhadores aguardam transporte para fazendas de café, em Minas Gerais,
nas quais trabalham sob condições degradantes e análogas à escravidão.
Crédito: João Paulo Brito/Conectas - setembro de 2016



Ishtar Lakhani

ÁFRICA DO SUL

ANTROPÓLOGA

CONSULTORA EM ATIVISMO CRIATIVO

NUTRIR RELAÇÕES É ESSENCIAL PARA QUEM QUER MUDAR O MUNDO DE VERDADE

Para ativista, principal papel das organizações de direitos humanos é fomentar laços entre pessoas, algo que a Conectas faz muito bem

Após 20 anos de ativismo, Ishtar Lakhani chegou à conclusão de que o principal trabalho que organizações de direitos humanos podem fazer é conectar pessoas e fomentar relações entre elas. “As organizações têm um papel institucional importante, mas quem faz as coisas são as pessoas.” Nesse sentido, ela diz, a Conectas desempenha um papel muito importante no Sul Global.

Ishtar conheceu o trabalho da Conectas a fundo em 2017, quando foi convidada a facilitar algumas oficinas no 7º Colóquio Internacional de Direitos Humanos. A sul-africana, filha de indianos, é conhecida por seu trabalho com ativismo criativo, que

à **violência de gênero** na África do Sul.

A ativista atribui sua abordagem pouco convencional da luta por justiça social a sua família “ingovernável”. Filha de uma muçulmana historiadora da arte e de um hinduísta ator e jornalista, Ishtar diz ter aprendido desde cedo que o ativismo pode assumir formas tão diferentes quanto ir a uma passeata, receber amigos para um jantar ou amar quem se quer amar. Mas foi durante a faculdade que ela se envolveu mais pessoalmente com a luta por direitos humanos.

Era a época em que o ex-presidente da África do Sul, Jacob Zuma, estava sendo julgado por estupro, e Ishtar passou a integrar uma rede feminista que lutava pelos direitos de sobreviventes de violência sexual - chamada 1 in 9 Campaign. E foi por

p.40 — **começou a praticar em sua luta pelos direitos de profissionais do sexo e no combate**

“As organizações têm um papel institucional importante, mas quem faz as coisas são as pessoas.”

Ishtar Lakhani

meio dessa rede que ela conheceu o trabalho da Sex Workers Education and Advocacy Taskforce (Sweat), uma organização de defesa dos direitos de profissionais do sexo.

“Sempre admirei e respeitei o trabalho delas, principalmente no que diz respeito a como geriam a organização, **sob o princípio** — **p.164** — **pio de ‘nada sobre nós sem nós’**, garantindo que as trabalhadoras do sexo participassem de todos os processos de organização e tomada de decisão”, conta. Quando se mudou de Durban, onde nasceu em 1985, para a Cidade do Cabo em 2014, Ishtar foi trabalhar com elas.

Com a Sweat, Ishtar montou uma cela no meio de uma conferência da ONU e “prendeu” participantes para que eles sentissem na pele a experiência de trabalhadoras do sexo. Também inventou um prêmio inexistente só para o cantor e compositor britânico Elton John com o objetivo de envolver o músico em sua campanha. Hoje, a ativista presta consultoria a organizações do mundo todo que querem encontrar formas criativas de lutar por direitos humanos: “free(lance) radical advocacy strategist” (algo como estrategista em incidência política radical livre) é como se autointitula.

Para estimular a criatividade dos ativistas, Ishtar costuma convidar pessoas de fora do campo dos direitos humanos para participar de suas oficinas – artistas, psicólogos, profissionais da moda e até crianças. “Se uma criança não entende o

que fazemos, não estamos sabendo nos comunicar direito.”

Ela admite que, ao receber a descrição do evento que iria facilitar para a Conectas — uma oficina voltada a advogados e advogadas — teve dúvidas de quanta criatividade conseguiria extrair do grupo. “Mas na verdade acabou sendo uma das melhores oficinas que eu já conduzi na vida; mudou completamente a visão que eu tinha dos advogados de direitos humanos.” E isso ela atribui à maneira como a Conectas organiza o Colóquio em que a oficina ocorreu. “A Conectas fez o possível e o imaginável para fazer as pessoas sentirem que podiam participar”, afirma. “Cada detalhe foi pensado para que todos se sentissem incluídos.”

O evento contava, por exemplo, com tradução simultânea para todas as línguas dos participantes, algo que a ativista nunca tinha visto em eventos da sociedade civil. “Isso foi fantástico porque cada uma das pessoas sentia que podia genuinamente participar da conversa — eu nunca tinha passado por uma experiência dessas, e ela me mostrou como um colóquio global de verdade deveria ser.”

Outra característica inovadora, conta ela, era que o evento levava em conta, de forma concreta, a dinâmica Norte-Sul. “Desde o começo, ficou muito claro que o evento inteiro havia sido pensado para ser um espaço de troca entre organizações do Sul Global e **principalmente para** — **p.108**

dar espaço às vozes do Sul que sempre foram marginalizadas”, afirma. Diferentemente do que costuma acontecer em eventos do tipo, explica Ishtar, o espaço dado para os temas considerados importantes pelos ativistas era maior do que aquele dado aos financiadores, por exemplo, ou às organizações do Norte.

A ativista voltou ao Brasil em 2019 para outra oficina, desta vez focada no Brasil. “O clima estava diferente. Bolsonaro já tinha sido eleito e a Conectas, acertadamente, levou em conta essa atmosfera ao organizar as atividades.” A organização, diz Ishtar, percebeu que o evento não poderia ser “business as usual”, que os ativistas estavam amedrontados, traumatizados, e que não daria para fazer simplesmente o mesmo colóquio de sempre, com painéis e mesas de debate. “Elas viram que o que os ativistas de direitos humanos precisavam naquele momento era de um espaço para conversar, conectar-se uns com os outros e compartilhar seus temores e seus planos”, observa.

“De novo, muita atenção e cuidado foram dedicados a cada um dos espaços criados para os ativistas”, afirma. “Ainda que organizar aquilo, do ponto de vista logístico, deva ter sido um pesadelo”, brinca. Ela conta que os participantes foram divididos em grupos e que cada grupo foi visitar organizações de base em diversas partes do Brasil. “Meu grupo foi para o Rio e lá tivemos uma experiência bastante aprofundada

com o trabalho de uma organização local.”

Além de a experiência ter sido muito comovente, diz Ishtar, ela demonstrou como a Conectas realmente está ligada ao que está acontecendo com os ativistas em seu contexto e como tem sensibilidade para reagir ao momento. A organização se sente **responsável pelos participantes e** — **p.56** — **por salvaguardar o espaço que criou para os ativistas**. “Isso é muito bonito”, avalia ela.

A ativista acredita que é exatamente esse tipo de trabalho que será mais crucial nas próximas décadas. “Em meu trabalho de *advocacy*, às vezes tenho a impressão de que as organizações são o túmulo das ideias inovadoras”, diverte-se. “Cada dia mais, acho que são pessoas apaixonadas e convictas, não necessariamente ligadas institucionalmente às organizações de direitos humanos, que estão provocando as grandes mudanças no mundo, mais sustentáveis e duradouras.” Para ela, o futuro dos direitos humanos está, portanto, menos em fortalecer as instituições e muito mais em nutrir relações que cruzam temas, setores, países e em criar mais espaços onde o trabalho conjunto dessas pessoas possa crescer e florescer.

“Nós, ativistas de direitos humanos, somos muito bons em descrever contra o que nós lutamos — por exemplo, somos contra a tortura, o discurso de ódio, a violência contra a mulher. Mas somos muito ruins em descrever a favor do que lutamos.

Temos dificuldade em mostrar como seria o mundo que queremos, de transmitir uma imagem desse mundo de uma forma que as pessoas consigam visualizá-lo", afirma.

"E mais: se nós conseguirmos descrevê-lo em detalhes, vai ser muito mais fácil descobrir os passos que precisamos dar para transformar cada aspecto até chegarmos àquele mundo que queremos", diz. "Se as pessoas conseguirem visualizar esse outro mundo — mais igualitário e justo —, elas vão querer viver nele."

Por *Maria Brant*

LEIA MAIS

+ [Sou uma defensora de direitos humanos, por Ishtar Lakhani - Sur 30 \(2020\)](#)



Participantes do VII Colóquio Internacional de Direitos Humanos.
Crédito: Leandro Viana/Conectas - novembro de 2007

Shyrlei Rosendo

BRASIL, RIO DE JANEIRO

MESTRE EM EDUCAÇÃO
E POLÍTICAS PÚBLICAS

COORDENADORA NA REDES DA MARÉ

ONGs PROFISSIONAIS E DE BASE TÊM SE UNIDO DE MANEIRA ESTRATÉGICA E EFETIVA

Educadora do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, aposta em tratamento coletivo para contextos ligados a Justiça e a violações

“Quando eu era criança na Maré, eu nunca vi uma pessoa armada”, conta a pedagoga Shyrlei Rosendo, 38, coordenadora de mobilização do Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça da ONG Redes da Maré, localizada em um dos maiores conglomerados de favelas do Rio de Janeiro, o Complexo da Maré. “Depois, na minha adolescência e na minha juventude, a exposição às armas foi crescendo cada vez mais.”

Mestre em Educação e em Políticas Públicas, Shyrlei foi testemunha, ao longo da vida, de mudanças em seu território que acompanharam o recrudescimento das políticas de segurança pública do Rio a partir da chamada Guerra às Drogas. Políticas de segurança pública deveriam proteger os cidadãos da violência. Mas, nesse caso,

expõem à **violência policial os moradores — p.92 das favelas, em sua maioria, negros.**

Na Maré, Shyrlei acompanhou a implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a intervenção federal que colocou o Exército e seus tanques nas ruas da comunidade, a “política do abate” do ex-governador Wilson Witzel e a expansão da ação de facções e de milicianos. Em 2021, mais de 140 mil pessoas vivem na Maré, que reúne 16 favelas e é maior do que nove em cada dez municípios brasileiros.

A incursão violenta de policiais nas favelas e periferias brasileiras é ineficiente e letal. Não combate o crime e expõe a população à violência e à morte, resultando em violações de direitos e em problemas de saúde mental. Em 2020, o Instituto de

“Nasci num território em que vejo todas as mazelas do Estado. A pior delas é na segurança pública. Não existe democracia numa situação de violência como essa”

Shyrlei Rosendo

Segurança Pública (ISP) mostrou que, no Rio de Janeiro, a cada quatro mortes violentas, uma foi em decorrência de ação policial.

Para incidir sobre essa situação inaceitável, organizações da sociedade civil, como a Conectas e a Redes da Maré, se articularam junto a movimentos sociais e à Defensoria Pública do Rio de Janeiro para construir a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, conhecida como ADPF das Favelas.

A ação foi apresentada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e reuniu ativistas de direitos humanos de várias vertentes, em especial dos movimentos de base. Foi a primeira vez que organizações e coletivos de moradores das favelas, atingidos diretamente pelas operações policiais violentas, puderam se manifestar diretamente aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ao participarem do julgamento da ação como *amicus curiae*.

“Em um primeiro momento, o Supremo negou a inclusão de organizações de base como *amicus curiae* na ADPF. A Conectas recorreu e conseguiu garantir a nossa participação”, conta Shyrlei. A insistência valeu a pena, e eles foram ouvidos.

Em agosto de 2020, o STF impôs restrições às operações policiais em favelas durante a pandemia como forma de enfrentar o racismo institucional expresso na brutalidade e no abuso da força policial durante essas incursões em territórios

mais vulneráveis, que concentram populações negras.

Trata-se de uma decisão histórica que proíbe o uso de escolas e hospitais como base operacional das polícias, obriga a preservação das cenas em que pessoas foram mortas e veda remoções indevidas de feridos e cadáveres. A decisão ainda proíbe o uso de helicópteros blindados nas ações, conhecidos como caveirões aéreos, e regulamenta a atuação da polícia técnico-científica para assegurar uma revisão independente, imparcial e transparente do contexto das mortes.

Por meio de uma liminar, o Supremo proibiu as operações policiais durante a pandemia, o que diminuiu em 78% as mortes em decorrência de intervenção policial, segundo levantamento do Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos (GENI), da Universidade Federal Fluminense. O estudo também apontou para a redução dos crimes contra a vida (47,7%) e contra o patrimônio (39%) no período, o que contradiz a premissa de combate ao crime que sustenta o apoio público a este tipo de operação policial.

“Existem duas pontas do ativismo em direitos humanos: movimentos de base e ONGs profissionais”, aponta Shyrlei.

“Os movimentos de base, em geral, se sentem atropelados e com seu protagonismo roubado pelas ONGs. A Conectas tem como princípio deixar as organizações falarem por si próprias”, afirma ela, que teve o primeiro

contato com a organização em 2017, quando participou do 15º Colóquio Internacional de Direitos Humanos.

Apesar da determinação do Supremo, depois confirmada pelos demais ministros do tribunal, houve descumprimento da ADPF. No caso mais trágico e emblemático, a Polícia Civil fluminense protagonizou a maior chacina da história do Estado do Rio de Janeiro. Ocorrida durante operação na favela do Jacarezinho, em maio de 2021, a chacina vitimou 24 civis e um policial civil.

“Precisamos ultrapassar essa política de morte, das chacinas que não acontecem por acaso, e os direitos humanos precisam se integrar às outras lutas, como aquela pelo direito à educação. Como a gente consolida o direito à educação da nossa população preta, pobre, favelada e periférica?”

Shyrlei avalia que o problema da segurança pública se amplifica com a interrupção dos diálogos com o governo do Rio, que suspendeu o Conselho de Segurança Pública em janeiro de 2019 e, com isso, impediu a participação da sociedade nos debates sobre o setor. Num contexto como este, diz ela, a presença de uma organização como a Conectas ajuda a reverberar denúncias de violações e a prevenir violências.

“Não existe democracia numa situação de violência como essa”, afirma. “A democracia é a possibilidade dos grupos disputarem a eleição, e quem ganha tem

que escutar a sociedade. A Conectas nos ajudou a entender como funciona o sistema de justiça e criou a possibilidade real de sermos escutados.”

Integrantes da Redes da Maré fizeram uma formação com a Conectas, que aprofundou e deu sustentação técnica ao argumento político que a Redes oferece à organização na compreensão prática dos contextos de violação de direitos humanos. Essa relação de confiança e de troca entre uma organização de base, como a Redes da Maré, e a Conectas potencializa e torna mais efetiva a atuação nas duas pontas.

“Nasci num território em que vejo todas as mazelas do Estado. **A pior delas está — p.48 na segurança pública porque, quando matam alguém, não tem volta**”, diz Shyrlei. “O Estado sempre esteve na favela, mas ele atua no controle social daquelas pessoas, mantendo a precariedade em que vivem. A favela não é carente. Ela é composta por cidadãos que têm direitos desrespeitados.”

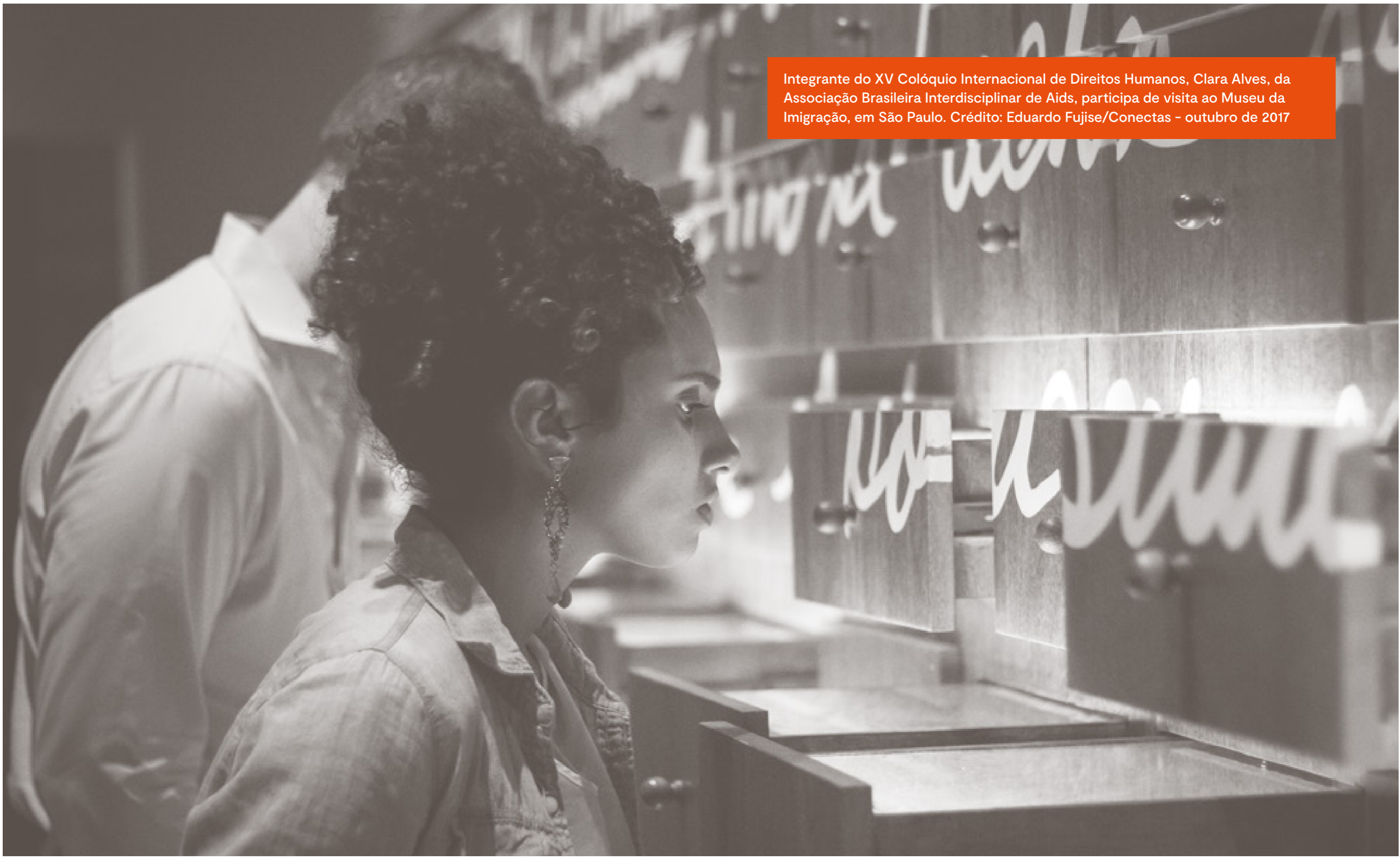
As violações de direitos humanos no Brasil se dão em contextos complexos, em que se somam camadas de preconceitos, desigualdades sociais e violências. Para enfrentar essas violações é preciso também formar composições entre diferentes atores da sociedade, com formas diversas de atuação, conhecimento e história, como em um grande mosaico. Foi essa construção coletiva que resultou na ADPF das Favelas. “Temos uma relação de confiança.

A Conectas abraçou a demanda sobre a ADPF, colaborou com organizações de base e ajudou a que fossem ouvidas como *amicus curiae* no STF. Em geral, essas organizações não ocupariam esse espaço. Então, a atuação da Conectas foi fundamental para entendermos o sistema de justiça e chegarmos até ele”, conclui Shyrlei.

“Hoje a gente ainda está lutando para sobreviver, mas meu desejo maior é que um dia a gente possa se unir para pensar qual é a melhor política, o melhor programa e a melhor ação para que as pessoas possam viver de maneira digna e solidária.”

Por *Maria Carolina Trevisan*

Integrante do XV Colóquio Internacional de Direitos Humanos, Clara Alves, da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, participa de visita ao Museu da Imigração, em São Paulo. Crédito: Eduardo Fujise/Conectas - outubro de 2017



Samara Pataxó

BRASIL, BAHIA

ADVOGADA

ASSESSORA JURÍDICA DA ARTICULAÇÃO DOS
POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB)

PAUTA SOCIOAMBIENTAL IMPACTA DIREITOS HUMANOS E EXIGE ATUAÇÃO CONJUNTA URGENTE

Aproximação entre Conectas e movimento indígena vem ampliando a atuação jurídica pelos direitos dos povos originários no Brasil

Samara Pataxó tinha só dez anos, mas se lembra bem das “comemorações” dos 500 anos do descobrimento do Brasil em 2000. Criada na aldeia de Coroa Vermelha, entre Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, na Bahia, ela até então tinha tido pouco contato com indígenas de outros povos. Só com os Pataxó HãHãHãe e com os Tupinambá, que também habitam o Sul da Bahia.

“Em paralelo à festa oficial, foi organizada a conferência ‘Brasil, Outros 500’, puxada pelo movimento indígena e outros movimentos sociais”, conta Samara, que nunca havia visto tamanha concentração de indígenas de outros povos. “Embora fosse criança, eu me lembro de falas de lideranças contrárias a tudo o que estava acontecendo nas celebrações dos 500

anos. E me lembro também do confronto entre polícia e manifestantes indígenas, impedidos assim de participarem da ‘festa.’”

A época também ficou gravada na memória da advogada, hoje com 31 anos, por causa dos conflitos a que deu origem, ainda antes do marco dos 500 anos. “O governo da Bahia e o governo federal queriam criar um ‘Museu Aberto do Descobrimento’ e tombar toda a área da minha aldeia como patrimônio histórico. Isso acarretava a retirada de indígenas do território tradicional, além de não indígenas que ocupavam a área.”

Com isso, a demarcação da terra indígena Coroa Vermelha foi concluída às pressas em 1998, conta Samara, deixando de fora várias áreas importantes de ocupação tradicional do povo Pataxó.

“Tive que me desdobrar para aplicar o direito branco eurocêntrico à realidade da minha gente e de outros povos indígenas”

Samara Pataxó

“Houve muitas transformações físicas dentro da aldeia nesse processo. Me lembro de casas sendo derrubadas, de pessoas sendo retiradas, mas também de muita luta das lideranças: viagens a Brasília, a Salvador, muitas negociações”, afirma ela. “E eu cresci assim, vendo tudo isso.”

Para ela, o processo de demarcação deu concretude à importância da luta pelo território de seu povo que ela já havia aprendido com a família. “Meu avô Manuel Siriri é lembrado até hoje como uma pessoa fundamental no processo de organização social da comunidade indígena de Coroa Vermelha”, explica ela, que completou o ensino básico ali. “Ter estudado numa escola indígena foi crucial porque, além de aprender a ler e a escrever, aprendi muito sobre a cultura e a língua do nosso povo, e também sobre as nossas lutas pelo território, por uma educação melhor e por saúde.”

Até o finalzinho do ensino médio, Samara queria ser professora. No terceiro ano, no entanto, ela fez um estágio de Jovem Aprendiz na agência local da Fundação Nacional do Índio (Funai). “Foi quando me dei conta de que, para resolver nossos problemas, precisávamos de outros profissionais, como médicos e advogados. Eu não tinha vocação para saúde, mas vi no direito uma possibilidade de ajudar efetivamente nossas lutas.”

Mesmo antes de se formar em direito

pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Samara já prestava assessoria jurídica para o movimento indígena. “Quando eu voltava para a comunidade nas férias, eu participava das discussões e reuniões locais”, conta.

Hoje, mais de 20 anos depois da primeira demarcação que tanto a impressionou, Samara é uma das lideranças que atua na tentativa de regularizar as áreas que ficaram de fora do primeiro desenho do território Pataxó na aldeia de Coroa Vermelha. Esse percurso, no entanto, precisou ser desbravado por ela e por uma geração de jovens indígenas que tomaram parte do curso de Direito.

Na universidade, Samara sentiu falta de disciplinas voltadas para a questão indígena. “Mas só a minha presença ali e a de outros parentes que também entraram no curso de Direito sensibilizou alguns professores a abordar o tema nas aulas”, afirma. “Na minha época, tive que me desdobrar para aplicar o direito branco eurocêntrico à realidade da minha gente.”

Assim que se formou, Samara entrou na assessoria jurídica do Mupoiba, o Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia, que faz parte da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), de caráter regional. Já a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) congrega as várias organizações regionais.

Samara conta que, a partir de 2019, o

aumento das ameaças aos direitos indígenas a partir da eleição do atual presidente brasileiro fez os advogados dos movimentos buscarem maior conexão. “Surgiu uma rede nacional de advogados indígenas para que, por exemplo, a gente pudesse ter pontos focais e saber qual advogado procurar quando surgisse uma demanda em tal região.”

Em meados de 2020, quando o movimento indígena decidiu propor uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) pela péssima condução federal das medidas de contenção à pandemia, Samara passou a integrar a assessoria jurídica da própria Apib, onde se juntou a outros advogados mobilizados para estruturar a ação.

“Pensamos na ADPF como uma peça de litígio estratégico. Ou seja, além da ação em si, pensamos em suas repercussões política, social, econômica e cultural”, explica. Na ADPF 709, o movimento indígena demanda que a União execute um plano de contenção da Covid-19 em territórios indígenas. “Embora o objeto do processo seja a saúde indígena no contexto da pandemia, ele tem vários desdobramentos, tais como a questão da necessidade de proteção territorial e a de retirada de invasores desses territórios, sobretudo Munduruku e Yanomami, ocupados por garimpeiros.”

A Apib agregou outros atores à ação, tais como partidos políticos e organizações da sociedade civil, para demonstrar

que os povos indígenas não estavam sozinhos em sua demanda. **A Conectas entrou — p.64 como *amicus curiae*** e ofereceu memoriais e manifestações que demonstravam a importância de assegurar os direitos dos indígenas. “Essa participação foi fundamental”, diz Samara.

A partir daí, a recente relação entre Apib e Conectas se estreitou, principalmente em torno da atuação internacional do movimento indígena. As duas organizações têm levado denúncias de violações de direitos indígenas a diversas instâncias, tanto no âmbito do sistema interamericano de direito humanos quanto na ONU.

Em 2021, a Conectas apoiou a Apib na gravação e tradução de vídeos que denunciam tentativas do governo federal de flexibilizar a legislação de proteção sócio-ambiental. Os vídeos foram apresentados durante sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra.

“A Apib tem tentado fortalecer sua incidência internacional e, nesse sentido, tem aprendido muito com a Conectas, **que tem — p.100 mais expertise nas interlocuções com os mecanismos de proteção internacionais**”, diz. “Para nós, essa aproximação tem sido muito positiva.”

Para Samara, essa atuação conjunta será ainda mais fundamental daqui por diante. **“A questão dos impactos climáticos e ambientais sobre os direitos humanos tem ganhado cada vez mais urgência** e, ao

mesmo tempo, vemos governos cada vez mais descomprometidos com essa pauta”, lamenta. **p.134 — “Garantir a proteção desses direitos vai exigir a atuação conjunta da sociedade civil** tanto em ações jurídicas no país quanto em denúncias de violações no âmbito internacional.”

Por *Maria Brant*

VALORES UNEM EQUIPE DE ONTEM, DE HOJE E DE AMANHÃ

Algo profundo atravessa todos os ciclos da Conectas: são os valores que unem sua equipe. Uma equipe cujas cores e rostos têm mudado ao longo dos últimos 20 anos, e cuja determinação, energia e perseverança têm sido as âncoras do nosso trabalho.

Entender que um mundo melhor não é só necessário, mas imprescindível: é nosso ideal.

Acreditar que esse mundo melhor não é só necessário, ele também é possível: esse é o nosso compromisso com impacto.

Ousar se desafiar e repensar a si próprio sempre que necessário: é nossa capacidade de inovação.

Focar a luta que é a origem de todas as outras: a luta antirracista.

Ter a convicção de que nossas ações só fazem sentido dentro de um movimento maior: é nosso compromisso com o valor da parceria.

Entender que a maneira como a gente trata um ao outro/outra nos define: essa é a cultura do cuidado.

Encontrar força para não desistir e continuar na adversidade: é nossa persistência.

A história da Conectas nos últimos 20 anos é, antes de qualquer coisa, uma aventura humana. A história daqueles e daquelas que toparam — e continuam topando — essa aposta corajosa de construir uma sociedade justa, livre e democrática para todes.

Nas próximas páginas, cada integrante da nossa equipe atual relata aquilo de que se orgulha, aquilo que mais valoriza na organização, o que o inspira e de que maneira cada um se conecta com a organização.

A história da Conectas, das vitórias alcançadas e dos desafios superados é a história da nossa equipe de ontem, de hoje e de amanhã.

Por Muriel Asseraf



RODRIGO DORNELLES

ADVOGADO LITÍGIO

Das transformações e mudanças a que sempre se submete para cumprir melhor o seu papel. Se engajar na luta por um mundo mais justo implica, por dever de coerência, enfrentar os próprios defeitos.

Aquilo de que eu tenho mais orgulho na Conectas é...



JULIA NEIVA

COORDENADORA DDSA

De nossa indignação com injustiças do país e do mundo. Das causas em que atuamos, com coragem, respeito. De agirmos para mudar a realidade.



MURIEL ASSERAF

CONSULTORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A decisão e capacidade da organização de desenvolver um modelo de gestão próprio, com base nos seus valores.



GABRIEL GUERRA

ESTAGIÁRIO COMUNICAÇÃO

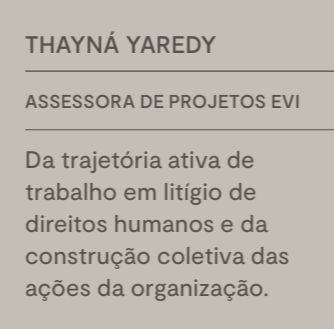
Uma coisa que faz meus olhos brilharem é a união entre pessoas de diferentes lugares, classes sociais e idades em torno de um único propósito: a defesa dos direitos humanos no Brasil.



PEDRO GOMES DA SILVA

ASSESSOR DE INCIDÊNCIA NACIONAL

Ela ser uma organização em constante busca por aperfeiçoamento, com a potência de se movimentar para mudar, sem medo.



THAYNÁ YAREDY

ASSESSORA DE PROJETOS EVI

Da trajetória ativa de trabalho em litígio de direitos humanos e da construção coletiva das ações da organização.



JUANA KWEITEL

DIRETORA

Da decisão de colocar o enfrentamento ao racismo no centro de sua agenda e valor organizacional, transformando a composição de sua equipe e Conselho.

ELIANA PERUCCI

ASSESSORA ADMINISTRATIVA

De trabalhar com pessoas dedicadas, inteligentes, experientes e unidas pelo mesmo objetivo.



GISELE MARIA DOS SANTOS

ASSESSORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

A humildade de estar sempre disposta a compartilhar o que sabe e de aprender aquilo que ainda não sabe.



JOÃO PAULO DE GODOY

ADVOGADO LITÍGIO

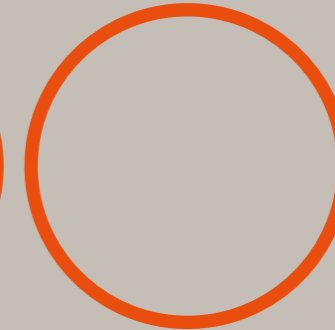
Nossa organização interna, cujo funcionamento sólido e consistente permite trabalhar com as melhores condições materiais.



CAMILA ASANO

DIRETORA DE PROGRAMAS

O fato de ela ser muito combativa e não se omitir em denunciar violações. Ao mesmo tempo, é muito técnica e propositiva.



GABRIEL MANTELLI

ASSESSOR DE PROJETOS DDSA

A Conectas ser uma ponte de acesso a instâncias de tomada de decisão.

O que eu mais valorizo na organização é...



MARYURI MORA GRISALES

ASSESSORA DE PROJETOS FED

O trabalho em equipe graças ao compromisso de pessoas muito competentes que respeitam valores democráticos e acreditam na importância dos direitos humanos no mundo.



ROBERTA MARINA DOS SANTOS

ASSESSORA DE PROJETOS DE EVI E LITÍGIO

O cuidado com as pessoas num momento tão atípico como o da pandemia. Isso foi essencial para manter vivo o sonho de que o trabalho pode, sim, ser uma extensão de quem somos. É dizer que o cuidado que chega até nós volta para todas as pessoas à nossa volta.



SHEILA PARIZOTTO POLETO

ASSESSORA ADMINISTRATIVA

A transparência, a cultura e os valores da organização.



BARBARA MARTINS ALVES DOS SANTOS

ESTAGIÁRIA LITÍGIO

A atuação da organização na ONU e na Corte Interamericana de Direitos Humanos, da OEA. Conheço a Conectas de anos, antes de entrar na faculdade de Direito, e sempre fui inspirada por isso.

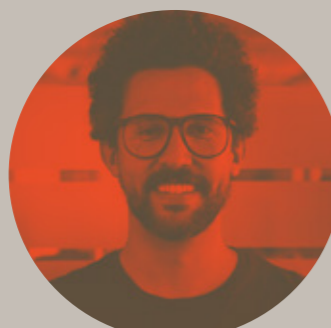
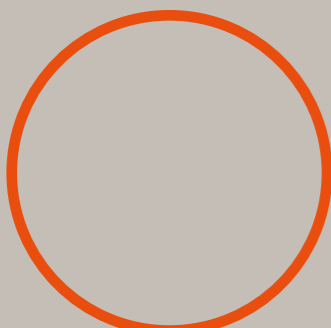


MARCOS FUCHS

DIRETOR ADJUNTO

A possibilidade de enfrentarmos injustiças e violações de direitos através de denúncias, petições, entrevistas e opiniões.

O que mais me inspira na Conectas é...



RENATO BARRETO

CONSULTOR DA REVISTA SUR

A resiliência diante das adversidades inerentes ao trabalho de defesa dos direitos humanos e a criatividade na comunicação interna e externa.



GUSTAVO HUPPEL

ASSESSOR DE PROJETOS EM INCIDÊNCIA INTERNACIONAL

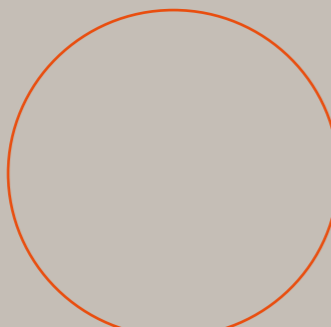
A construção e manutenção de parcerias sólidas. A Conectas é construída na base dessas parcerias e da atuação conjunta em prol de alguma causa.



MARINA RONGO BARBOSA

ASSESSORA DE PROJETOS FED

A capacidade de articulação, o trabalho em rede, o compartilhamento de espaços e a troca de conhecimento com organizações e movimentos sociais diversos e representativos.



ARQUIAS CRUZ

ASSESSOR DE PROJETOS FED E INCIDÊNCIA INTERNACIONAL

Nosso compromisso com a luta internacional para efetivar e ampliar os direitos humanos e combater as desigualdades e as injustiças sociais.



FERNANDA MIOTO

COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

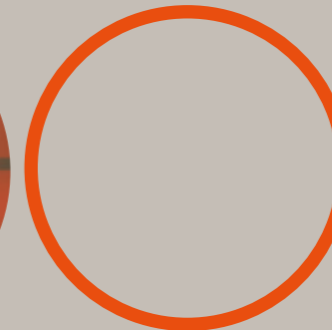
O respeito que cada integrante recebe. Somos seres únicos e respeitados como tal.



CELSO MURILO

ASSESSOR DE TI

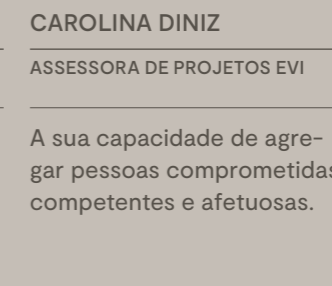
Apesar de não ser da linha de frente, eu me identifico com as lutas e conquistas da Conectas. É como se fosse minha segunda casa.



TAINARA NAGOT

ANALISTA DE REDES SOCIAIS

Com certeza, o trabalho com causas sociais. Eu resolvi me candidatar para a minha vaga justamente pela vontade de trabalhar com isso.



CAROLINA DINIZ

ASSESSORA DE PROJETOS EVI

A sua capacidade de agregar pessoas comprometidas, competentes e afetuosas.



JEFERSON BATISTA

EDITOR DE CONTEÚDO

A esperança no meio do caos, mas não uma esperança ingênua, uma esperança aguerrida, bem informada, conectada com a realidade.

O que liga você à Conectas é...



FERNANDA DRUMMOND PINHEIRO

ASSESSORA DE PROJETOS DDSA

A vontade de fazer a diferença e de apresentar o diferente, mostrando um olhar do Sul que é muito esquecido, mesmo dentro do próprio campo dos direitos humanos.



THAYNAH GUTIERREZ GOMES

ASSESSORA DE PROJETOS DDSA

O olhar não compartimentado nem superficial para tudo que envolve o antirracismo. É uma escolha desafiadora, e eu esperava isso de uma organização de direitos humanos. Encontrei aqui.



FLAVIA SOUZA

ASSESSORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O trabalho "humano" que realizamos. Essa humanização começa nos grupos de trabalho, sempre disponíveis para atuar de forma colaborativa e receber sugestões, e vai até a ponta, quando cedemos espaço para vozes e causas importantes.



GABRIEL SAMPAIO

COORDENADOR LITÍGIO E EVI

Sintetizo em 3 verbos essenciais: existir, resistir e construir as lutas por um mundo solidário e livre de injustiças.



Meu sonho para os próximos 20 anos da Conectas é...



LUIZA BUCHAUL

ASSESSORA DE IMPRENSA

Que a organização cresça plural e diversa, estendendo seu acesso a espaços de defesa da democracia e dos direitos humanos a vozes que nunca tiveram seu lugar e potência plenamente conquistados.



LEONARDO MEDEIROS

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO

Que a Conectas possa influenciar a opinião nacional sobre direitos humanos e sobre a necessidade de a luta por igualdade necessariamente passar pelo fortalecimento da democracia e pelo respeito a direitos fundamentais.



SUSANA BARBERY

ASSESSORA DE CAPTAÇÃO

Que tenha maior alcance nacional nas ações, que seja mais conhecida pela população e que inspire outras organizações com seus objetivos relacionados à diversidade.



CAMILA MIKIE

ASSESSORA DE PROJETOS DDSA

Que a gente nunca pare de sonhar. Que a gente olhe para os 20 anos que se passaram e pergunte: "Como isso era possível? Como lutávamos por direitos tão básicos?"



GISELE CAMPOS BATISTA

ASSESSORA DE CAPTAÇÃO

Que tenhamos sido capazes de colaborar para que o Brasil e o mundo estejam sob democracias sólidas, transparentes e participativas, que zelem pelos direitos de todas as pessoas.



RAISSA BELINTANI

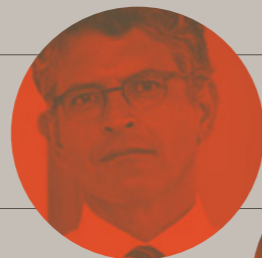
COORDENADORA DE FED

Que tenhamos sido capazes de colaborar para que o Brasil e o mundo estejam sob democracias sólidas, transparentes e participativas, que zelem pelos direitos de todas as pessoas.



Conselho Deliberativo

Theo Dias (presidente)



Anamaria Schindler



Andre Degenszajn



Denise Dora



Douglas Belchior



Flavia Regina de Souza



Hélio Menezes



Malak Poppovic



Margarida Genevois



Marcelo Furtado



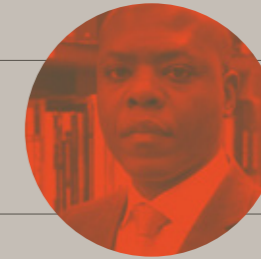
Oscar Vilhena Vieira



Renata Reis



Silvio Almeida



Sueli Carneiro



Conselho Fiscal

Emilio Martos



Heloísa Motoki



Luigi Puntel



Conectas Direitos Humanos

Diretora-executiva
Juana Kweitel

Diretora de programas
Camila Asano

Diretor jurídico e financeiro
Marcos Fuchs

Coordenadora administrativa-financeira
Fernanda Miotto

Coordenador de Enfrentamento
à Violência Institucional
Gabriel Sampaio

Coordenadora de Defesa dos
Direitos Socioambientais
Júlia Neiva

Coordenador de
comunicação e engajamento
Leonardo Medeiros

Coordenadora de Fortalecimento
do Espaço Democrático
Raissa Belintani

Conselho deliberativo
Theo Dias (presidente), Anamaria Schindler,
Andre Degenszajn, Denise Dora, Douglas
Belchior, Flavia Regina de Souza, Hélio
Menezes, Malak Poppovic, Margarida
Genevois, Marcelo Furtado, Oscar
Vilhena Vieira, Renata Reis, Silvio Almeida
e Sueli Carneiro

Conselho fiscal
Emilio Martos, Heloísa Motoki e Luigi Puntel

Conectas 20

20 perfis de ativistas celebram duas
décadas da organização internacional
pioneira do Sul Global

Coordenação, organização
e edição Fernanda Mena

Autoras
Fabiana Moraes
Fernanda Mena
Maria Brant
Maria Carolina Trevisan

Revisão
Renato Barreto

Projeto gráfico
Carolina Aboarrage, Studio Kader

CONNECTAS Direitos Humanos, 2021
www.conectas.org



Este documento é publicado sob a licença
de Creative Commons Attribution-
Non-Commercial-NoDerivatives 4.0
International License

